



Anais da Assembléia

Nº 143

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colapo - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Túlio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermaes Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 014/95

DATA: 23 de outubro de 1995

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito para criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito para criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, formado com áreas dos Distritos de Pirapó e São Pedro, com os seguintes limites e confrontações:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

1. Com o Município de Sabáudia

Inicia na foz do Ribeirão dos Dourados no Rio Pirapó, sobe por este até a foz do Ribeirão Lajeado.

2. Com o Município de Arapongas

Inicia na foz do Ribeirão Lajeado no Rio Pirapó, sobe por este até encontrar a divisa entre os lotes 167-A e 167-E da Gleba Pirapó.

3. Com o Município de Apucarana

Inicia no encontro do Rio Pirapó com a divisa entre os lotes 167-A e 167-E da Gleba Pirapó, segue por esta divisa na direção geral Leste até encontrar a linha de divisa entre os lotes 167-E e 166, deste ponto segue na direção geral Sudoeste pela divisa dos lotes, 167-E, 167-B, 167-C, 167-D, 168, 168-B, 168-C, 168-A, 168-E com os lotes 166, 165-E, 165-C, 167-F, 165-B, 165-a, 165-D, 165, 164-A, até encontrar a divisa entre os lotes 180 e 168-C, deste ponto segue na direção Sudoeste pela divisa entre os lotes, 180, 179-A, 179-B, 172-A, com os lotes 168-C, 168-D, 169, 171, 170, 172, até encontrar a divisa entre os lotes 160-E e 160-D, deste ponto segue na direção geral Sudeste pela divisa entre os lotes, 160-E, 156, 157-B, 139 e 218 com os lotes 160-D, 156-A, 157-D e 219, todos da Gleba Pirapó até encontrar a divisa entre os lotes 217 e 214, segue por esta divisa na direção Nordeste até encontrar a divisa entre o lote 212 com os lotes 213 e 208, segue por esta divisa na direção geral Sudeste até encontrar a divisa do lote 209 com os lotes 135-C e 135-B, segue por esta divisa na direção geral Sudoeste até encontrar a divisa en-

tre os lotes 135-B e 135-E, segue por esta divisa na direção geral Sudeste até encontrar a divisa entre os lotes 135-E e 135-D com os lotes 132-A e 133-A, segue por esta divisa na direção geral Sudoeste até encontrar a divisa entre os lotes 133-A e 131-A, todos na Gleba Pirapó, segue por esta divisa na direção geral Sudeste até encontrar a Estrada Municipal que dá acesso à BR-376, segue por esta na direção geral Sudoeste até a BR-376, segue por esta na direção geral Oeste até encontrar a PR-170, segue por esta na direção geral Sul até a cabeceira do Córrego Itacoatiara, desce por este até a sua foz no Ribeirão Cambira.

4. Com o Município de Cambira

Inicia na foz do Corrego Itacoatiara no Ribeirão Cambira, sobe por este até a foz da Água Maratá, sobe por esta até encontrar a Estrada Benjoim, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar o Ribeirão dos Dourados.

5. Com o Município de Mandaguari

Inicia no encontro da Estrada Benjoim com o Rio dos Dourados, desce por este até sua foz no Rio Pirapó, ponto inicial e final.

PERÍMETRO URBANO

Principia na BR-369 com a Travessa Mambuca, por esta até a linha férrea, por esta até a Travessa Siriema, por esta até a Avenida André Hernandez, por esta até a Rua Fioravante Fernandes ou Grauna, por esta divisando o lote 174 e 219, até a Rua Pedro José da Silva ou Itaguassu, por esta até a Rua Vereador Osvaldo Zatoní ou Marata, por esta até a divisa do Cemitério Atual contornando e incluindo o cemitério Erwin Schindler, por esta até a Rua José Pedro da Silva ou Itaguassu, por esta até o seu final, incluindo o campo de esportes na divisa do lote 185 e 184, por esta divisa até a Rua Cesar Benetti, por esta até a Avenida André Hernandez, por esta até a divisa do lote 227-A e 182, por esta até a Avenida Cezário Festi ou Ubatuba, deste ponto em linha reta e seca até a BR-369 e por esta até o ponto inicial e final.

Art. 2° - O plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana será realizado separadamente para as áreas dos distritos de Pirapó e São Pedro. Não aprovado por qualquer um dos distritos o mesmo não será incorporado ao novo município.

Art. 3° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.10.95.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 105.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1995

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Edson Lino e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edmo Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, José Marcos Alves e Irineu Colombo (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 056/95

Curitiba, 20.10.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto

de lei objetivando o atual órgão de regime especial Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, em autarquia, dotada, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, de personalidade jurídica de direito público, autonomia de gestão administrativa, financeira e patrimonial, com vinculação à Secretaria de Estado do Governo.

O Plano de Lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que o setor das atividades do SERLOPAR, pela sua característica de órgão de relacionamento direto com o cidadão, terá assegurado, como entidade autárquica, funcionamento mais eficiente e dinâmico, e, tendo receita e contabilidade próprias, prestação específica de contas, será mais eficazmente controlado, mormente em relação ao grande volume de recursos que movimenta.

Vale ressaltar que a medida não implicará em aumento de despesas para o Erário, pois a autarquia assumirá toda a estrutura do SERLOPAR, hoje órgão de regime especial, subordinado à Secretaria da Fazenda. Não haverá criação de novos cargos, nem tampouco, de provimento em comissão, pois serão aproveitados aqueles já existentes. Haverá, apenas, a elevação de símbolo (de DAS-2 para DAS-1), do atual cargo de Diretor Superintendente que passa, por isonomia às demais autarquias estaduais, a ter a denominação de Diretor-Presidente, com o símbolo DAS-1.

Por outro lado, destaca-se o fato de a medida prever que a autarquia será administrada por um Conselho de Administração, integrado por 7 (sete) membros não remunerados e por uma Diretoria composta por um Diretor-Presidente, um Diretor-Administrativo-Financeiro e um Diretor-Técnico, providos em comissão, para cargos já existentes, conforme antes esclarecido e, também, que os acordos, convênios e contratos firmados pelo órgão especial e ainda vigentes serão automaticamente assumidos pela transformação serão implantados sem solução de continuidade nessa área da atividade do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, órgão de regime especial a que alude o art. 113, alínea "c", da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, fica transformado em entidade autár-

quica, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios e autonomia administrativa, técnica e financeira, vinculada à Secretaria de Estado do Governo.

Parágrafo Único - A autarquia de que trata este artigo terá sede e foro na cidade de Curitiba/PR, e jurisdição em todo o território paranaense, gozando dos privilégios e isenções próprios da Fazenda Estadual.

Art. 2º - A autarquia Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR tem por finalidade a exploração dos serviços de loteria do Estado do Paraná.

Art. 3º - No desempenho de suas atividades compete ao SERLOPAR:

I - planejar, outorgar e explorar os serviços de loterias do Estado do Paraná;

II - cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos que regem a matéria;

III - programar, controlar e executar todos os serviços técnicos, administrativos e financeiros;

IV - promover a articulação com os órgãos congêneres;

V - realizar estudos, pesquisas e levantamentos visando o planejamento do sistema de loterias;

VI - manter serviços de informação permanente ao público.

Art. 4º - O SERLOPAR será administrado por:

I - Conselho de Administração; e

II - Diretoria.

§ 1º - O Conselho de Administração, composto por 7 (sete) membros, não remunerados, será presidido pelo Secretário de Estado do Governo, cabendo ao Diretor-Presidente do SERLOPAR o exercício das funções de Secretário Executivo do colegiado.

§ 2º - A Diretoria será composta por 01 (um) Diretor-Presidente, 01 (um) Diretor-Administrativo-Financeiro e 01 (um) Diretor-Técnico, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo dentre pessoas de reconhecida capacidade administrativa na área.

Art. 5º - O regulamento e a estrutura básica da autarquia SERLOPAR serão estabelecidas mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, atendidas as disposições da Lei nº 8.485/87, em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei.

Art. 6º - Constituirão receitas da autarquia SERLOPAR:

I - a renda líquida do concurso de prognósticos sobre o resultado de números;

II - os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras;

III - as dotações orçamentárias consignadas no orçamento anual do Estado;

IV - os auxílios, subvenções, doações e legados de pessoas físicas ou jurídicas e privadas, nacionais e internacionais;

V - o resultado de acordos e convênios celebrados pela autarquia;

VI - outras rendas eventuais.

Art. 7º - A entidade autárquica a que se refere esta lei prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação vigente.

Art. 8º - O patrimônio da autarquia de que trata esta lei será constituído pelos bens que nesta data estiverem sob a utilização do atual SERLOPAR, como órgão de regime especial, bem como dos que lhe forem destinados e dos que venha a adquirir mediante autorização legal.

Art. 9º - Os atuais cargos de provimento em comissão do transformado órgão de regime especial passam a integrar a lotação da autarquia, na seguinte forma:

Situação Atual:

1 Diretor Superintendente, DAS-2

1 Diretor Administrativo-Financeiro, DAS-3

1 Diretor-Gerente, DAS-3

Situação Nova:

1 Diretor-Presidente, DAS-1

1 Diretor Administrativo-Financeiro, DAS-3

1 Diretor-Técnico, DAS-3

Art. 10 - Os saldos das dotações do atual órgão de regime especial SERLOPAR, ficam transferidos para a autarquia em que é transformado.

Parágrafo Único - O orçamento próprio da autarquia conterá as receitas transferidas pelo Tesouro do Estado, bem como aquelas arrecadadas pelo então órgão de regime especial.

Art. 11 - Os acordos, convênios e contratos firmados pelo SERLOPAR, na condição de órgão de regime especial e em vigência na data de publicação desta lei, serão automaticamente assumidos pela autarquia em que, por esta lei, é transformado.

Art. 12 - As atribuições que as atuais leis pertinentes à exploração dos serviços de loteria do Estado do Paraná conferem ao Secretário de Estado da Fazenda, ficam transferidas ao Secretário de Estado do Governo.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 057/95

Curitiba, 20.10.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva convalidar a participação do Banco do Estado do Paraná S.A., na condição de acionista majoritário da Sociedade de Economia Mista BANESTADO Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa, é oportuno e necessário, eis que, atendendo recomendações do egrégio Tribunal de Contas do Estado, consubstanciadas no voto do Relator da Consulta protocolada sob n° 21.066/94, Conselheiro Rafael Iatauro e Resolução n° 3.346/95, daquela Corte, assim como no Parecer n° 145/95, da Procuradoria Geral do Estado (cópias autênticas em anexo), visa regularizar a presença do capital acionário do Banco do Estado do Paraná S.A., na BANESTADO Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, que, embora anterior à Carta Magna de 1988, carece de tal providência legal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica convalidada a participação do Banco do Estado do Paraná S.A., na condição de acionista majoritário da Sociedade de Economia Mista BANESTADO Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Conselheiro Rafael Iatauro
Protocolo n°: 21.066/94
Interessado: 2ª I.C.E.
Assunto: Consulta

VOTO

Consulta formulada pela 2ª Inspeção de Controle Externo pretende esclarecer sua situação perante a BANESTADO Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, que apresentaria falhas em seu processo constitutivo.

A discussão foi deflagrada por um ofício, encaminhado ao Diretor-Presidente daquela instituição, solicitando informações a respeito da lei que autorizou sua criação.

Como resposta, veio o seguinte comunicado: "Conclui-se que referida Empresa não dispõe dos requisitos que a caracterizariam como empresa pública, uma vez que seu capital não pertence ao Estado e sim ao Banco do Estado do Paraná S.A., detentor de 99,997894% das ações desde a sua constituição". E prosseguiu informando que a empresa "também não se enquadra na exigibilidade do conceito em questão (de empresa pública) quanto à sua criação por lei, visto ter sido adquirido, em 1986, pelo Banco do Estado do Paraná S.A., junto ao Grupo Sabrico, quando ainda denominava-se LOCRENT S.A. - Arrendamento Mercantil".

Em novo pronunciamento (p. 42 e 43), o Diretor-Presidente confirmou a inexistência de lei criadora e, ainda, que este Tribunal já havia emitido Provisão de Quitação de Contas da BANESTADO Leasing, até o ano de 1991.

Tais fatos, pela sua relevância, levaram a 2ª inspeção a propor indagações nestes termos:

1. A BANESTADO Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, é uma empresa pública, constituída de forma irregular, tendo em vista a ausência de lei autorizatória?
2. Pode o BANESTADO S.A., Sociedade de Economia Mista, da administração indireta do Estado, constituir entidade, qualquer que seja sua natureza jurídica, sem autorização legislativa?
3. Não se caracterizando a BANESTADO Leasing como empresa pública ou outra entidade da administração indireta, como entender a mesma relacionada na Portaria n° 633, de 21/12/93, deste Tribunal, que organizou os grupos de unidades administrativas e entidade públicas integrantes da estrutura dos três poderes do Estado, para efeito de distribuição entre as Inspeções de Controle Externo?

A Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos, através do Parecer n° 21.066/94, entendeu que a BANESTADO Leasing, pela ausência de lei que a criou, é empresa privada, não se enquadrando no conceito de empresa pública ou de Sociedade de Economia Mista. Argumentou, ainda, quanto ao segundo item, que para constituir empresa pública ou Sociedade de Economia Mista é necessária autorização legislativa. Fora desses casos, vislumbrou a possibilidade de participação através de compras acionárias. No que se refere ao último questionamento, concluiu que "apesar da BANESTADO Leasing S.A. tratar-se de uma empresa privada, cabe ao Tribunal de Contas fiscalizá-la, pois, assim determina a Constituição Estadual de 1989, em seu artigo 74, parágrafo único".

A Procuradoria do Estado, no Parecer

nº 25.952/94, frisou que a BANESTADO Leasing é uma Sociedade de Economia Mista Estadual, constituída de forma irregular, e que não é possível a constituição de outra entidade, qualquer que seja sua natureza jurídica, sem autorização legislativa. Respondeu, por fim, que compete a este Tribunal exercer a fiscalização sobre a BANESTADO Leasing, ante a existência de dinheiro público em sua participação.

Pela relevância da matéria, a consulta propicia, mais uma vez, a esta Corte, manifestar-se de maneira significativa. De fato, a natureza jurídica da BANESTADO Leasing e suas relações, seja com os demais órgãos da Administração de atuação do Estado, seja com particulares, assume conotações de extrema importância, posto que envolve a gerência de recursos públicos.

A inobservância de procedimentos legais, na constituição da BANESTADO Leasing, em que pese macular sua natureza jurídica, não pode prejudicar atos dotados de boa fé. Entender de modo contrário seria reverter toda uma gama de princípios publicistas que trazem, em seu bojo, a supremacia do interesse coletivo.

Tal posicionamento requer a tomada de medidas voltadas ao saneamento do vício constatado, sob pena de se perenizar situação irregular e beneficiar aqueles que porventura venham a alegar ausência de autorização legislativa para se eximir de responsabilidades.

Veja-se, nesse sentido, o entendimento do mestre Celso Antônio Bandeira de Mello (1): "Entendemos que - apesar de haverem (as empresas estatais clandestinas) irrompido defeituosamente no universo jurídico - a circunstância de se constituírem em realidade fática da qual irrompeu uma cadeia de relações jurídicas pacificamente aceitas impõe que se as considere assujeitadas a todos os limites e contenções aplicáveis a sociedades de economia mista ou empresas públicas regularmente constituídas, até que sejam extintas ou sanado o vício de que se ressentem."

Para se definir a natureza jurídica desse ente administrativo, é preciso, como ponto de partida, analisar o organismo que o controla. O Banco do Estado, que detém 99,997894% das ações da BANESTADO Leasing, é uma Sociedade de Economia Mista, que conjuga participação acionária pública e privada, com prevalência da primeira. Ora, se há participação majoritária do Poder Público no Banco do Estado, que é o órgão controlador da BANESTADO Arrendamento Mercantil, depreende-se que sobre esse ramo do Conglomerado, necessariamente, haverá significativa participação estadual.

Por outro lado, o capital privado, existente na sua constituição e no seu órgão controlador afasta, "ab initio", o en-

tendimento de que essa Instituição de Arrendamento Mercantil seja uma autarquia. Descabe, também, entendê-la como fundação, ante a inexistência de interesses lucrativos.

A BANESTADO Leasing deve ser enfrentada como uma Sociedade de Economia Mista e não como empresa pública, pois seu capital não é constituído por recursos integralmente provenientes de pessoas de direito público ou de entidades de suas administrações indiretas. Daí a fragilidade da afirmação da então direção do BANESTADO de que a Leasing não se enquadraria no conceito de empresa pública pelo fato de seu capital pertencer, em sua totalidade, ao Banco do Estado. Afinal, é bem visível a participação pública nessa organização, ainda que através do Banco Estadual.

Aqui, não há porque falar em empresa pública, já que o seu capital é constituído por recursos integralmente provenientes de pessoas de direito público ou entidades de sua administração indireta. Como a BANESTADO Leasing conjuga capitais públicos e privados, só pode ser enquadrada como uma Sociedade de Economia Mista.

Quanto à indagação se pode, o BANESTADO S.A., Sociedade de Economia Mista, portanto, da administração indireta do Estado, constituir entidade, qualquer que seja sua natureza jurídica, sem autorização legislativa, a resposta negativa se impõe, diante da clareza do inciso XIX do artigo 37 da Constituição Federal:

"XIX - Somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, Sociedade de Economia Mista, autarquia ou fundação pública".

Em verdade, a rigidez imposta pelo advento da Carta Magna de 88, contrasta com a ordem antes vigente. Deveras, em que pese o DL 200/67 exigir que as companhias da Administração Indireta sejam criadas por lei, tal preceptivo não foi tomado com rigor pelas autoridades. Por isso é possível constatar que a inexistência de lei fundando a BANESTADO Leasing não foi, à época, ato isolado e provido de má-fé. Mesmo porque a operação se embasou em decisão de uma Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para decidir sobre a aquisição.

Convém, todavia, que seja alertado o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, da ausência de lei na criação da BANESTADO Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, a fim de que sua Excelência determine as medidas legais cabíveis, junto ao Poder Legislativo, para a devida regularização.

Relativamente ao último item, a Portaria nº 633, de 21/12/93, arrolou com acerto a BANESTADO Leasing na área de atuação das Inspetorias deste Tribunal.

É o voto.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) Conselheiro RAFAEL LATAURO

Relator

RESOLUÇÃO N°: 3.346/95

PROTOCOLO N°: 21.066/94

ORIGEM: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

INTERESSADO: 2ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO

ASSUNTO: ESCLARECIMENTOS

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, por unanimidade,

R E S O L V E:

Responder à Consulta, constante da inicial, formulada pela 2ª Inspetoria de Controle Externo deste Tribunal, a respeito de sua situação com relação à BANESTADO Leasing S.A., incluindo-a na área de atuação da mesma Inspetoria, de acordo com as razões do voto escrito (anexo) do Relator, Conselheiro Rafael Iatauro.

Participaram do julgamento os Conselheiros Rafael Iatauro, João Féder, João Cândido Ferreira da Cunha Pereira e Artagão de Mattos Leão e o Auditor Roberto Macedo Guimarães.

Presente o Procurador-Geral do Estado junto a este Tribunal, Henrique Naigeboren.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) NESTOR BAPTISTA

Presidente

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

PARECER N° 145/95 - PGE

PARECER N° 001/95 - CRR

Ref. Prot. 2.315.818-3

EMENTA: Instituição financeira do Estado participação em outra sociedade - estrutura societária - autorização legislativa.

1. Relatório:

O Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná encaminhou ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando análise documental e providências referentes à situação atual da BANESTADO Leasing S.A..

O ofício decorre de consulta formulada por uma das inspetorias de controle daquele Tribunal indagando sobre a estrutura jurídica da BANESTADO Leasing - se empresa pública ou privada -, sobre a legalidade de sua constituição sem autorização legislativa e sobre a competência da referida inspetoria para promover fiscalização perante a empresa.

A resposta à consulta conclui que a BANESTADO Leasing é uma sociedade de economia mista constituída de forma irregular, face a inexistência de autorização

legislativa, sugerindo sejam tomadas as providências cabíveis à solução da irregularidade.

O ofício e cópia da resposta à consulta foram a mim encaminhados para parecer.

2. Da estrutura jurídica da BANESTADO Leasing:

A participação do Banco do Estado do Paraná na empresa iniciou-se no ano de 1986, tendo sido as ações adquiridas junto ao Grupo Sabrico.

O fato do BANESTADO participar e não ter constituído diretamente a Leasing não atribui a ela, como pretendido pela diretoria do Banco, a natureza de empresa privada. A caracterização da entidade como de natureza privada ou pública, na hipótese de aquisição (participação) de ações por parte de ente da administração direta ou indireta, decorre da análise da transitoriedade ou não da obtenção da titularidade das ações. Assim, se o ente público adquire transitoriamente, numa arrematação por exemplo, quantia suficiente de ações capaz de lhe atribuir o controle acionário da empresa, mas se desfaz das ações, promovendo uma nova alienação, o fato do ente público ter obtido transitoriamente a titularidade da maioria das ações com direito a voto não atribui à empresa cujas ações foram alienadas a condição de sociedade de economia mista. Contrariamente, quando o ente da administração direta ou indireta detém de modo duradouro a titularidade de ações que lhe garantem o controle da sociedade anônima, transformam-na em sociedade de economia mista. Quer ela tenha sido constituída pelo ente da administração, quer a titularidade tenha sido adquirida posteriormente.

Primeira conclusão: a BANESTADO Leasing não é uma empresa privada.

A segunda questão decorrente da leitura dos documentos apresentados conjuntamente ao ofício está na aceitação da BANESTADO Leasing como empresa pública ou como sociedade de economia mista. Para que se possa estabelecer uma conclusão é indispensável analisar a composição acionária da empresa. Segundo se lê na documentação, o Banco do Estado do Paraná S.A. detém 99,997894% das ações da BANESTADO Leasing S.A.. O titular de tal percentual é uma sociedade de economia mista. Assim, ainda que não haja esclarecimento quanto aos demais acionistas da Leasing, jamais poderá ser atribuída a ela a condição de empresa pública, cuja principal característica está no fato de ser constituída por capital exclusivamente público, o que não ocorre quando o capital utilizado é de uma sociedade de economia mista (o que por si só caracteriza a existência de capital

público e privado).

Conseqüentemente, segunda conclusão: a **BANESTADO Leasing é uma sociedade de economia mista.**

3. A inexistência de lei autorizadora

Em princípio, quer seja para a constituição ou aquisição de ações de caráter permanente de sociedade de economia mista, é indispensável a existência de autorização legislativa.

A regra da necessidade de autorização visa garantir que o capital público somente possa ser utilizado quando for manifesto o interesse público em tal utilização. Esse manifesto interesse público deverá ser atestado pelo Poder Executivo, quando sugere a operação de criação ou aquisição de ações de sociedade de economia mista e pelo Poder Legislativo, competente para a edição da necessária autorização legislativa.

No entanto, antes da edição da Constituição de 1988, que taxativamente determina a exigibilidade de lei específica para a criação de sociedade de economia mista, sem qualquer exceção, a Lei nº 6.404/76, que trata das sociedades anônimas, já dispunha:

"Art. 237 - A companhia de economia mista somente poderá explorar os empreendimentos ou exercer as atividades previstas na lei que autorizou a sua constituição.

§ 1º - (...)

§ 2º - As instituições financeiras de economia mista poderão participar de outras sociedades, observadas as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil."

Portanto, no regime da Lei das Sociedades Anônimas, uma sociedade mista sob controle acionário do ente público poderá, em princípio, atendida a exigência de autorização legal, "controlar acionariamente, em termos constitucionais e permanentes, outra companhia, a qual também será sociedade mista". (1)

No regime da Lei, a situação pode ser assim resumida:

"Será absolutamente nulo o ato de sociedade de economia mista que importe em participação acionária em outra sociedade, sem lei que autorize, salvo quanto às instituições financeiras de economia mista, a quem é facultado fazê-lo, observadas as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (art. 237, § 2º da Lei Federal 6.404), ou ainda, no tocante à opção legal prevista no mesmo artigo (§ 1º). (2)

No caso em exame, a participação do Banco do Estado do Paraná na **BANESTADO Leasing**, que se iniciou em 1986, por se tratar de instituição financeira, e face ao permissivo da Lei 6.404/76 em seu art. 237, § 2º, não necessitava de autorização

legislativa.

No regime anterior à Constituição Federal parece aceitável a aplicação do referido dispositivo da Lei 6.404. Hoje, uma vez observada a postura adotada pelo legislador constitucional, muito embora o art. 37, XIX, mencione "poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública", somente mediante lei específica, deve-se entender que também a participação acionária permanente dos entes públicos em outras empresas deverá ocorrer de autorização legislativa.

Face à época do início da participação do Banco do Estado do Paraná na hoje denominada **BANESTADO Leasing**, a terceira conclusão apresentada é: **A participação do Banco do Estado do Paraná na BANESTADO Leasing, no regime legal então vigente, não dependia de autorização legislativa específica.**

Assim sendo, o presente parecer é no sentido da regularidade da participação do Banco do Estado do Paraná na **BANESTADO Leasing S.A.**

Acrescente-se ainda, com vistas à adaptar a referida participação à legislação constitucional ora vigente, poderá o Poder Executivo apresentar projeto de lei no sentido de confirmar a participação das instituições financeiras do Estado em outras instituições que não tenha sido antecedida de lei específica.

Esse é o parecer, s.m.j.

Curitiba, 05 de julho de 1995.

“(a) MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO

- (1) Eliana Donatelli de Moura, na obra Sociedades de Economia Mista na Nova Lei das Sociedades Anônimas (O Acionariado do Estado), ed. Atrium, Porto Alegre, 1978, p.26.
- (2) Parecer L-154, do Consultor Geral da República Luiz Rafael Mayer, publicado no Diário Oficial da União de 26.07.77, p. 9519-9521, citado por Moura, ob. cit., p. 46.

MENSAGEM Nº 056/95

Curitiba, 20.10.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do art. 53, inciso IV, da Constituição Estadual, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 332,000,000.00 (trezentos e trinta e dois milhões de dólares norte-americanos) para implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento

Urbano e Melhorias de Infra-estrutura Municipal - PARANÁ URBANO.

Desse valor, prevê-se que US\$ 249,000,000.00 (duzentos e quarenta e nove milhões de dólares norte-americanos) poderão ser contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e US\$ 83,000,000.00 (oitenta e três milhões de dólares norte-americanos) junto à The Overseas Economic Corporation Fund of Japan - OECF.

A partir do corrente ano, o Governo do Paraná passou a adotar uma concepção integrada para o desenvolvimento do Estado, cujas ações correspondem a uma estratégia destinada a dinamizar os meios produtivos e estruturar as cidades, levando-se em conta o diagnóstico ora apresentado.

O movimento migratório para as áreas urbanas do Estado do Paraná, das duas últimas décadas, tem ocorrido de forma acelerada, intensa e desordenada, ocasionando a degradação do meio urbano e das condições econômicas e sociais de sua população.

As projeções estatísticas apontam para a continuidade dessa tendência de esvaziamento do campo e urbanização do Estado. A percentagem da população urbana sobre a população total aumentou de 36% em 1970, para 73% em 1991 e a média anual de crescimento durante o período indica os índices de 4,4% nas áreas urbanas e -3,2% nas áreas rurais, com índices mais elevados nas cidades maiores.

Por outro lado, registrou-se a estagnação econômica das pequenas cidades nas áreas rurais, cuja atividade agrícola que anteriormente lhes deu origem sofreu transformações em virtude do surgimento da cultura mecanizada ou voltada à atividade exclusivamente pecuária que oferecem menores oportunidades de emprego para a maioria da população.

A capacidade administrativa e financeira do setor público estadual e municipal para controlar e ordenar esse processo de urbanização, bem como fornecer infra-estrutura para atender às necessidades crescentes, face aos assentamentos gerados, foi ultrapassada.

As áreas urbanas apresentam enorme pressão por equipamentos sociais, de infra-estrutura urbana e saneamento básico.

A degradação ambiental tem se agravado com a ocupação em sítios das áreas urbanas com maior fragilidade e, por esse motivo, de custo acessível à população de baixa renda, como as áreas de mananciais, áreas sujeitas a inundações de rios, áreas sujeitas à erosão urbana e outras áreas inapropriadas à ocupação, resultando em altos índices de deficiência em infra-estrutura urbana básica e de serviços.

Paralelamente ao processo de urbaniza-

ção, manifestou-se o aumento da pobreza urbana no Paraná, em que cerca de 30% da população é de baixa renda (renda familiar menor que 5 salários mínimos), condição essa que se expressa pelo recrudescimento de aglomerações faveladas nas zonas periféricas dos principais centros urbanos.

Os principais objetivos com a implantação do PROGRAMA são:

- consolidação, aprimoramento e fortalecimento da capacidade institucional e administrativa dos municípios paranaenses;
- melhoria e implantação da rede infra-estrutura básica dos municípios paranaenses;
- readequação da infra-estrutura dos municípios para viabilizar a implantação das atividades dos setores produtivos secundários e terciários;
- geração de empregos e oportunidades econômicas com a finalidade de diminuir os níveis de pobreza;
- melhoria da qualidade de vida das populações.

A implantação do Programa se dará no período de 1995 a 1999 e os beneficiários em diferentes níveis serão as instituições municipais. As populações dos municípios serão diretamente beneficiadas, com a implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos básicos e incremento do setor produtivo com geração de empregos diretos e indiretos.

Desta forma, uma vez efetivada a autorização postulada, sem dúvida redundará o PROGRAMA, em significativo avanço na busca de dotação dos nossos municípios da infra-estrutura urbana necessária ao seu desenvolvimento.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 332.000.000,00 (trezentos e trinta e dois milhões de dólares norte-americanos) para a implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infra-estrutura Municipal - PARANÁ URBANO.

Parágrafo Único - do valor autorizado por este artigo, até US\$ 249,000,000.00 (duzentos e quarenta e nove milhões de dólares norte-americanos) poderão ser contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e até US\$ 83,000,000.00 (oitenta e três milhões de dólares norte-americanos) junto à The

Overseas Economic Corporation Fund of Japan - OECF.

Art. 2º - Os prazos para amortização e carência, os juros e taxas adicionais referentes aos financiamentos a serem contratados, obedecerão as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências dos órgãos financeiros e órgãos encarregados da política econômica-financeira da União.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantia e contragarantia, sobre o valor da operação de crédito a ser contratada podendo para tanto, vincular as quotas-partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto no art. 15º da Constituição Federal, observadas as suas vinculações, bem como oferecer ativos reais.

Art. 4º - O Poder Executivo incluirá no orçamento anual, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício, bem como para os juros e demais encargos da dívida que vier a ser contratada na forma desta lei.

Art. 5º - Os recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, bem como o resultado de sua aplicação e retorno integrarão o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, na forma da Lei nº 3.917, de 15 de dezembro de 1988.

Parágrafo Único - O Poder Executivo repassará os recursos provenientes do BID ao Fundo de Desenvolvimento Urbano em 48 horas, e os demais recursos que constituem as receitas do FDU em 10 dias.

Art. 6º - Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais respectivos, até o valor das operações contratadas com base nessa lei, para atendimento das despesas com as suas aplicações.

Parágrafo Único - Os recursos para a abertura dos créditos adicionais de que trata esse artigo serão os provenientes da operação de crédito a ser realizada, de acordo com as disposições desta lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 059/95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do art. 53, inciso IV, da Constituição Estadual, para ser

submetido à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para financiamento de parte do Projeto Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio do Paraná.

Visa ainda, autorizar o oferecimento de garantias e contragarantias sobre o valor das operações a serem contratadas, com utilização, para tanto, das quotas-partes de recursos transferidos pelo Governo Federal, na forma do disposto no art. 159 da Magna Carta, bem como oferecer ativos reais. Prevê também, abertura de créditos adicionais que se fizerem necessários, nos limites das operações formalizadas.

O plano de lei ora encaminhado consulta plenamente aos superiores interesses do Estado, uma vez que os recursos obtidos serão aplicados no mencionado projeto de expansão e melhoria do ensino médio, de fundamental importância para a coletividade.

Apresentando mais detalhados esclarecimentos quanto aos aspectos pertinentes à necessidade e oportunidade da medida, é feita anexação de Exposição de motivos que me foi apresentada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, cujos termos ratifico.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, instituição de crédito multilateral, com sede na cidade de Washington-DC, Estados Unidos da América, para financiamento de parte do Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná.

Parágrafo Único - Os prazos de carência e de amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo, obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica e financeira da União, observadas as condições propostas pelo Agente Financeiro.

Curitiba, 20.10.95.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantia e contragarantia sobre o valor da operação de crédito a ser contratada, podendo para tanto, vincular as quotas-partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto no artigo 159 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações, bem como oferecer ativos reais.

Art. 3º - Anualmente, a partir do exercício subsequente ao da contratação da operação de crédito, o Orçamento Geral do Estado consignará dotações próprias para o pagamento do serviço da dívida contratada.

Art. 4º - Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a:

I - firmar contratos, aditivos e outros instrumentos públicos e particulares necessários à obtenção da operação de crédito e à outorga das garantias e contragarantias de que trata esta lei;

II - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido projeto;

III - abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, para atendimento das despesas com sua aplicação.

Art. 5º - Os recursos para a abertura dos Créditos Adicionais de que trata o art. 4º, serão provenientes da operação de crédito a ser realizada, de acordo com as disposições desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 060/95

Curitiba, 20.10.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do art. 53, inciso IV, da Constituição Estadual, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para financiamento de parte do Projeto Paraná 12 Meses.

Visa ainda, autorizar o oferecimento de garantias e contragarantias sobre o valor das operações a serem contratadas, com utilização, para tanto, das quotas-partes de recursos transferidos pelo Governo Fe-

deral, na forma do disposto no art. 159 da Magna Carta, bem como oferecer ativos reais. Prevê também, abertura de créditos adicionais que se fizerem necessários, nos limites das operações formalizadas.

O plano de lei ora encaminhado consulta plenamente aos superiores interesses do Estado, uma vez que os recursos obtidos serão aplicados no mencionado projeto de expansão e melhoria do ensino médio, de fundamental importância para a coletividade.

Apresentando mais detalhados esclarecimentos quanto aos aspectos pertinentes à necessidade e oportunidade da medida, é feita anexação de Exposição de motivos que me foi apresentada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, cujos termos ratifico.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, instituição de crédito multilateral, com sede na cidade de Washington-DC, Estados Unidos da América, para financiamento de parte do Projeto Paraná 12 Meses.

Parágrafo Único - Os prazos de carência e de amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo, obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica e financeira da União, observadas as condições propostas pelo Agente Financeiro.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantia e contragarantia sobre o valor da operação de crédito a ser contratada, podendo para tanto, vincular as quotas-partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto no artigo 159 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações, bem como oferecer ativos reais.

Art. 3º - Anualmente, a partir do exercício subsequente ao da contratação da operação de crédito, o Orçamento Geral do Estado consignará dotações próprias para o

pagamento do serviço da dívida contratada.

Art. 4º - Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a:

I - firmar contratos, aditivos e outros instrumentos públicos e particulares necessários à obtenção da operação de crédito e à outorga das garantias e contragarantias de que trata esta lei;

II - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido projeto;

III - abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, para atendimento das despesas com sua aplicação.

Art. 5º - Os recursos para a abertura dos Créditos Adicionais de que trata o art. 4º, serão provenientes da operação de crédito a ser realizada, de acordo com as disposições desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 061/95

Curitiba, 20.10.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do art. 53, inciso IV, da Constituição Estadual, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) junto à Overseas Economic Corporation Fund of Japan - OECF, para financiamento de parte do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná.

Visa ainda, autorizar o oferecimento de garantias e contragarantias sobre o valor das operações a serem contratadas, com utilização, para tanto, das quotas-partes de recursos transferidos pelo Governo Federal, na forma do disposto no art. 159 da Magna Carta, bem como oferecer ativos reais. Prevê também, abertura de créditos adicionais que se fizerem necessários, nos limites das operações formalizadas.

O plano de lei ora encaminhado consulta plenamente aos superiores interesses do Estado, uma vez que os recursos obtidos serão aplicados no mencionado projeto de Saneamento Ambiental, de fundamental importância para a coletividade.

Apresentando mais detalhados esclarecimentos quanto aos aspectos pertinentes à necessidade e oportunidade da medida, é feita anexação de Exposição de Motivos que

me foi apresentada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, cujos termos ratifico.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), junto à The Overseas Economic Corporation Fund of Japan - OECF, instituição de crédito bilateral, com sede na cidade de Tokyo, Japão, para financiamento de parte do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná.

Parágrafo Único - Os prazos de carência e de amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo, obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica e financeira da União, observadas as condições propostas pelo Agente Financeiro.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantia e contragarantia sobre o valor da operação de crédito a ser contratada, podendo para tanto, vincular as quotas-partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto no artigo 159 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações, bem como oferecer ativos reais.

Art. 3º - Anualmente, a partir do exercício subsequente ao da contratação da operação de crédito, o Orçamento Geral do Estado consignará dotações próprias para o pagamento do serviço da dívida contratada.

Art. 4º - Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a:

I - firmar contratos, aditivos e outros instrumentos públicos e particulares necessários à obtenção da operação de crédito e à outorga das garantias e contragarantias de que trata esta lei;

II - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido projeto;

III - abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, para atendimento das despesas com sua aplicação.

Art. 5º - Os recursos para a abertura dos Créditos Adicionais de que trata o art. 4º, serão provenientes da operação de crédito a ser realizada, de acordo com as disposições desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 062/95

Curitiba, 20.10.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva elevar de 11 para 12 o número de representantes da sociedade civil organizada, no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente e incluir como membro do referido Conselho um representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade eis que virá proporcionar maior e mais ampla representatividade nas decisões do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, recentemente estruturado, em cujo funcionamento inicial contatou-se a grande conveniência do curso dos objetivados novos membros.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica elevado para 12 (doze) o número de representantes de entidades mencionadas no inciso XI, do art. 2º, da Lei n° 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pelas Leis n°s 10.014, de 29 de junho de 1992 e 11.136, de 18 de julho de 1995.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado responsável pela área da criança e do adolescente, a cobrir despesas com passagens, estadias e refeições, dos membros do Conselho de que tratam as leis referidas neste artigo, quando comprovadamente necessárias ao exercício das atividades do Colegiado.

Art. 2º - Ao Art. 2º, da Lei n° 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pelas Leis n°s 10.014, de 29 de junho de 1992 e 11.136, de 18 de julho de 1995, fica acrescido o inciso XIII, com a seguinte

redação:

"XIII - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania."

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 063/95

Curitiba, 20.10.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social e adota outras providências.

O Plano de Lei ora proposto consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade eis que, em perfeita harmonia com mandamentos da Magna Carta e da Constituição Estadual, também atendendo dispositivos de legislação federal, virá estabelecer normas legais na esfera estadual com vistas a estruturar e dotar de maior soma de recursos as ações públicas em prol da assistência social no Estado do Paraná.

Vale ressaltar que o anteprojeto de lei em referência consubstancia o resultado de criteriosos estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Criança e Assuntos da Família, do Planejamento e Coordenação Geral, do Governo, da Procuradoria Geral do Estado e de órgãos municipais, dos quais fizeram parte representantes de entidades assistenciais não governamentais e das participantes de Fóruns Regionais de Assistência Social.

Por oportuno, é bom lembrar que a Constituição Federal em seu art. 204 preceitua:

" Art. 204 - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis."

E a Carta do Estado, em seu art. 217, estabelece que:

"Art. 217 - O Estado incentivará as entidades particulares sem fins lucrativos, atuantes na política do bem-estar da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso, devidamente registradas nos órgãos competentes, subvencionando-as com auxílio financeiro e amparo técnico."

Por outro lado, a perfeita sintonia entre a medida ora proposta e as disposições da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) ensejará maiores possibilidades a fim de que o Estado do Paraná venha obter, junto ao Governo Federal, repasse de recursos para aplicação em programas assistenciais de grande relevância para combate à pobreza e conseqüente melhoria das condições de vida de nosso povo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

TÍTULO I

Da Instituição do Sistema Estadual de Assistência Social

Art. 1º - A assistência social, direito constitucional do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

Art. 2º - Para a consecução dos fins propostos pela assistência social e em atenção ao que dispõe a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, ficam instituídos:

- I - a Conferência Estadual de Assistência Social;
- II - o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS; e
- III - O Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

TÍTULO II

Da Conferência Estadual de Assistência Social

Art. 3º - A Conferência Estadual de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo, é composta por representantes de instituições assistenciais, de organizações comunitárias, de associações municipais, sindicais e de profissionais do Estado do Paraná, bem como por re-

presentantes do Poder Executivo Estadual, com a finalidade de propor diretrizes gerais da política de assistência social e eleger os membros do Conselho Estadual de Assistência Social.

Parágrafo Único - A Conferência Estadual de Assistência Social reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) anos, por convocação do Conselho Estadual de Assistência Social e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação do Conselho Estadual de Assistência Social ou de um terço de seus membros.

Art. 4º - A convocação da Conferência Estadual de Assistência Social deve ser divulgada através dos meios de comunicação diretamente às instituições que a ela se vinculem ou que sobre ela mantenham interesse.

Art. 5º - Os delegados da Conferência Estadual de Assistência Social serão eleitos em assembleias dos fóruns microrregionais convocadas para este fim específico, sob orientação do Conselho Estadual de Assistência Social, no período de 60 (sessenta) dias anteriores à data de realização da conferência, sendo garantida a participação paritária de delegados de todas as microrregiões.

Parágrafo Único - O Regimento Interno, a ser aprovado pelo CEAS, estabelecerá a forma de participação e de escolha dos delegados das entidades e organizações governamentais e não governamentais na Conferência Estadual de Assistência Social.

Art. 6º - Caberá à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família a responsabilidade pela convocação da I Conferência Estadual de Assistência Social.

TÍTULO III

Do Conselho Estadual de Assistência Social

Art. 7º - O Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS é órgão colegiado de caráter deliberativo permanente, vinculando-se ao órgão estadual responsável pela coordenação das questões afetas à assistência social.

Art. 8º - Ao Conselho Estadual de Assistência Social compete:

- I - a aprovação da Política de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e as diretrizes propostas pela Conferência Estadual de Assistência Social;
- II - o acompanhamento e o controle da execução da Política Estadual de Assistência Social;
- III - a aprovação do Plano Estadual Anual e Plurianual de Assistência Social;

IV - a normatização das ações e a regularização de prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, de acordo com as diretrizes propostas pela Conferência Estadual de Assistência Social e pela Política Nacional de Assistência Social, inclusive com a definição de critérios de qualidade;

V - o estabelecimento de diretrizes, a apreciação e a aprovação dos programas a serem subsidiados com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, e a definição de critérios de repasse de recursos destinados aos Municípios;

VI - o estabelecimento de diretrizes, a apreciação e a aprovação do plano de aplicação do Fundo Estadual de Assistência Social, bem como o acompanhamento da execução orçamentária e financeira anual dos seus recursos;

VII - a apreciação e a aprovação da proposta orçamentária de assistência social para compor o orçamento estadual;

VIII - a normatização das inscrições de entidades e organizações de assistência social no Conselho Estadual de Assistência Social, cuja área de atuação ultrapasse o limite de um só Município;

IX - o zelo pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

X - a proposição de critérios para a celebração de contratos ou convênios entre os órgãos governamentais e não governamentais na área de assistência social;

XI - a fiscalização e a avaliação da gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XII - a proposição da formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços de assistência social, no âmbito do Estado;

XIII - a publicação no Diário Oficial do Estado e em periódicos de circulação no Estado da súmula de suas atas e resoluções, bem como os demonstrativos das contas aprovadas do FEAS;

XIV - a regulamentação complementar das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social, de acordo com o art. 22, da Lei nº 8.742/93;

XV - o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização dos serviços de assistência social pelos órgãos governamentais e não governamentais do Estado, especialmente as condições de acesso da população usuária, indicando as medidas pertinentes à correção de exclusões constatadas;

XVI - a proposição de modificações nas estruturas do sistema estadual que visem a promoção, a proteção e a defesa dos direitos dos usuários da assistência social;

XVII - o estímulo e o incentivo à

atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidas na prestação de serviços de assistência social;

XVIII - a convocação da Conferência Estadual de Assistência Social e o estabelecimento de suas normas de funcionamento em regimento próprio;

XIX - o acompanhamento e o controle das inscrições das entidades e organizações de assistência social nos respectivos Conselhos Municipais, mantendo cadastro atualizado;

XX - a articulação com os Conselhos Nacional e Municipais, bem como organizações governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, inclusive propondo intercâmbio, convênio ou outro meio, visando a superação de problemas sociais do Estado; e

XXI - a elaboração e a aprovação do seu Regimento Interno.

Art. 9º - O Conselho Estadual de Assistência Social é composto paritariamente por 24 (vinte e quatro) membros efetivos com respectivos suplentes, assim distribuídos:

I - 12 (doze) representantes do Poder Público Estadual; e

II - 12 (doze) representantes da sociedade civil, dentre organizações de usuários, das entidades ou organizações prestadoras de serviços de assistência social e de trabalhadores do setor.

§ 1º - As entidades não governamentais, a que se refere o "caput" deste artigo, serão eleitas em assembleias próprias na Conferência Estadual de Assistência Social, sob a fiscalização do Ministério Público, devendo ser homologadas por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 2º - Caberá às entidades não governamentais e aos órgãos públicos a indicação de seus respectivos representantes, no prazo de 10 (dez) dias, para a devida nomeação pelo Governador do Estado, sob pena de substituição, no caso das entidades não governamentais, por instituição suplente, conforme a ordem de votação.

§ 3º - Os representantes dos órgãos governamentais serão nomeados pelo Governador do Estado, por período indeterminado, podendo ser substituídos a qualquer tempo por integrantes das Secretarias de Estado com interesses afins.

§ 4º - Os representantes das entidades não governamentais, a que se refere o inciso II, deste artigo, serão nomeados para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 5º - As funções de membro do Conselho Estadual de Assistência Social não serão remuneradas, sendo o seu exercício

considerado relevantes serviços de assistência social prestados ao Estado.

§ 6º - O Conselho Estadual de Assistência Social reunir-se-á, ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou da maioria de seus membros.

§ 7º - O Conselho Estadual de Assistência Social contará com um Secretário Executivo indicado por seu presidente e aprovado pelo próprio Conselho.

Art. 10 - A Secretaria de Estado afim com a matéria propiciará o necessário apoio técnico e administrativo, através de recursos humanos, materiais, financeiros e estrutura física para a consecução das finalidades do Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 11 - A organização e o funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social serão disciplinados em regimento interno, a ser aprovado por ato próprio do referido Conselho, no prazo de 90 (noventa) dias.

TÍTULO IV

Do Fundo Estadual de Assistência Social

Art. 12 - O Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, instrumento de natureza contábil, instituído com a finalidade de destinar recursos para o atendimento e apoio técnico e financeiro aos serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza em âmbito regional ou local aos municípios, a título de participação, será gerido sob a orientação e controle administrativo do Conselho Estadual de Assistência Social, com o apoio técnico e administrativo do órgão responsável pela coordenação da política de assistência social.

Art. 13 - Constituem recursos do FEAS:

I - dotação específica consignada no orçamento estadual para o Fundo e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;

II - verbas repassadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social;

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe sejam destinados;

IV - rendas eventuais, inclusive as decorrentes de depósitos e aplicações financeiras, bem como da venda de materiais, de publicações e da realização de eventos;

V - receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do Estado, patrimoniados ao órgão estadual responsável pela política de assistência social;

VI - produto de convênios firmados com entidades financiadoras nacionais e estrangeiras;

VII - produto da arrecadação de multas

e juros de mora, conforme destinação própria;

VIII - recursos retidos em instituições financeiras sem destinação própria; e

IX - outros recursos que lhe forem destinados.

§ 1º - Os recursos de responsabilidade do Estado destinados ao FEAS serão repassados automaticamente ao mesmo, à medida que se forem realizando as receitas.

§ 2º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser mantida em agência de estabelecimento bancário estadual de crédito.

§ 3º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I - da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação; e

II - da prévia aprovação pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 4º - Os saldos financeiros do FEAS constantes do balanço anual geral serão transferidos para o exercício seguinte.

§ 5º - O funcionamento e a administração do FEAS serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, ouvindo o Conselho Estadual de Assistência Social.

TÍTULO V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 14 - Para os efeitos desta lei consideram-se:

I - Organizações de usuários: as que congregam, representam e defendem os interesses dos segmentos previstos na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, sendo usuários da assistência social a criança, o adolescente, o idoso, a família e a pessoa portadora de deficiência;

II - entidades e organizações prestadoras de serviços de assistência social: as que prestam, sem fins lucrativos, atendimento, assistência específica ou assessoramento aos beneficiários alcançados pela Lei Orgânica de Assistência Social;

III - trabalhadores do setor: os que prestam serviços na área de assistência social, ao nível primário, secundário ou universitário, integrados em associações, conselhos de classes ou sindicatos e que atuam diretamente em entidades de atendimento ou de defesa dos direitos dos usuários de assistência social; e

IV - membros do Conselho: pessoas naturais representantes de entidade governamental ou não governamental nomeadas para comporem o Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 15 - As entidades e organizações de assistência social cadastrar-se-ão nos respectivos Conselhos Municipais, devendo

manter como atividade principal uma ou mais ações no campo:

I - da proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - do amparo às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social;

III - da promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - da habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e na promoção de sua integração à vida comunitária; e

V - da promoção de projetos de enfrentamento da pobreza.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a ressarcir as despesas com transporte, estadia e alimentação dos membros do Conselho Estadual de Assistência Social, representantes das entidades não governamentais.

Art. 17 - O Ministério Público zelará pelo cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 18 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 064/95

Curitiba, 20.10.95.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transformar, no Quadro Próprio do Magistério, 10.000 cargos do Grupo Ocupacional Professor MPP-100, Classe "C", nível de vencimento 3, em 8.700 cargos do mesmo Grupo, Classe "D", nível de vencimento 4.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da administração e da coletividade, eis que virá ensejar condições legais com vistas à realização de concurso público para provimento de cargos do Quadro Próprio do Magistério, bem como atender necessidades de acréscimo de professores, com indiscutível melhoria nos níveis de oferta de vagas nas escolas públicas estaduais.

Visando proporcionar mais detalhados esclarecimentos quanto à necessidade e oportunidade da medida ora proposta, é adiante transcrita justificativa que me foi apresentada pela Secretaria de Estado da Administração:

"Para o atendimento das necessidades

de suprimento de pessoal docente, técnico, administrativo e de apoio, a Secretaria de Estado da Educação vem, ao longo dos últimos anos, realizando Testes Seletivos buscando, dessa forma, e em caráter emergencial dotar o Sistema Educacional dos recursos humanos indispensáveis à oferta dos serviços à população.

Há que se ressaltar que essa forma de seleção, que visa contratos temporários, não proporciona a profissionalização dos aprovados e, em consequência, não se tem os recursos humanos mais adequados para o atendimento das exigências do Sistema. Referentemente a esses recursos humanos, a realidade nos mostra que a formação acadêmica dos que exercem atividade docente é, muitas vezes, inconclusa e, de outras vezes, não é específica para a área em que estão atuando.

Quanto aos serviços técnicos se tem uma realidade em que as necessidades, ou vêm sendo supridas precariamente por servidores sem a formação exigida, ou sequer estão sendo supridas.

Todos esses aspectos, Senhor Governador, vêm comprometendo a qualidade dos serviços educacionais ofertados à população do nosso Estado.

Hoje, o pessoal pertencente ao Quadro Próprio do Magistério supre 69% das necessidades do pessoal da 1.^a a 4.^a séries do 1.^o Grau, 57% das necessidades do pessoal de 5.^a a 8.^a séries do 1.^o Grau e do 2.^o Grau e apenas 15% das necessidades de Especialistas de Educação. O restante das necessidades vêm sendo supridas precariamente.

Um fato marcante e que merece ser salientado é a previsão de aposentadorias: só para este ano de 1995, do efetivo do pessoal que atua no 1.^o Grau (5.^a a 8.^a séries) e no 2.^o Grau, 5% vão se aposentar, e dos Especialistas de Educação, em torno de 15%.

Os aspectos mencionados, a nosso ver, justificam a necessidade da realização de concursos públicos para as áreas docente, técnica e administrativa.

Quanto ao atendimento das necessidades de pessoal para a 1.^a a 4.^a séries do 1.^o Grau não se está propondo, neste momento, o suprimento através de concurso público, já que os dados disponíveis evidenciam que do total dos municípios paranaenses 87% têm sob sua responsabilidade a manutenção desse ensino e espera-se, até o final deste ano, o posicionamento dos demais municípios para que, então, a SEED possa dimensionar corretamente a participação do Estado nesse ensino.

As disciplinas técnicas, constantes dos currículos profissionalizantes do ensino do 2.^o Grau não estão sendo consideradas na presente exposição, já que a SEED

objetiva firmar acordo com empresas para o atendimento das necessidades desse pessoal, uma vez que através da realização dos últimos concursos públicos se constatou que inexistem profissionais habilitados com formação pedagógica.

De igual modo também não foi considerada, neste documento, a necessidade de suprimento do pessoal de apoio. Para o atendimento dos serviços de vigilância e de limpeza estamos propondo a terceirização, já que entendemos que a transferência de atividades para empresas contratadas assegura, a nosso ver, a qualidade dos serviços prestados, além de permitir que a SEED possa efetivamente concentrar seus esforços na sua atividade-fim.

Quanto aos custos, os cálculos demonstram sobejamente que o suprimento através de pessoal concursado será significativamente menor do que esse que vem sendo feito através de Teste Seletivo com contratos de servidores da C.L.T..

Senão vejamos:

Custos (em R\$/mês)

	Contratos atuais	Concursos
Professor	10.561.970,	6.255.264,
Especialista	3.500.294,	2.968.616,
Técnico	1.323.476,	1.168.715,
Administrativo	2.155.165,	1.453.480,
	17.540.905,	11.846.075,

A redução que se terá, se efetivada a presente proposta, será da ordem de R\$ 5.694.830,00 mensais, que representará um decréscimo de 32% no custo com esse pessoal.

E por derradeiro, Senhor Governador, é imperioso assinalar a justificativa embasada no argumento de ordem jurídica, ou seja, o Acórdão do Tribunal Regional do Trabalho, 9.^a região, encaminhado à SEED pela Procuradoria Geral do Estado através do Ofício n° 119/95, o qual notifica que as contratações de pessoal, pela SEED, vêm sendo feitas sem a observância do dispositivo constitucional do artigo 37, II, que prevê o concurso público como condição para a investidura em cargo ou emprego público. A sentença afasta veementemente a contratação temporária e, considerando que os contratos atualmente existentes encerram, os de professores em 31/12/95 e os de pessoal administrativo em 28/02/96, urge providenciarmos a realização dos concursos mencionados no presente ofício.

Considerando, no entanto, os entendimentos havidos entre os Secretários de Estado do Governo, da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral e as Pastas da Educação e Administração, optou-se pela realização de concurso público somente para o atendimento da necessidade de suprir 11.392 (onze mil, trezentos e noventa e dois) cargos de professor de 5.^a a 8.^a sé-

ries do 1º Grau e séries do 2º Grau. Para tanto, faz-se necessária a transformação de 10.000 cargos de Professor C3 em 8.700 cargos de Professor D4, na forma do incluso Anteprojeto de Lei."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam transformados, no Quadro Próprio do magistério, 10.000 cargos do Grupo Ocupacional Professor MPP-100, Classe "C", nível de vencimento 3, em 8.700 cargos do mesmo Grupo, Classe "D", nível de vencimento 4.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 065/95

Curitiba, 20.10.95

Senhor Presidente.

Em conformidade com o art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, área edificada com aproximadamente 200,00m², localizada no segundo andar do bloco "A", do Edifício sede do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, situado na Rua Hermes Fontes, n° 315, bairro Batel, nesta Capital, construído sobre imóvel de propriedade do Estado do Paraná e do IASP, conforme transcrição n° 36.990, do livro 3-K, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição Imobiliária da Capital e transcrição n° 51.610, do livro 3-AX, do Cartório de Registro de Imóveis da 6.^a Circunscrição Imobiliária, também da Capital.

Vale esclarecer que o PROVOPAR - Ação Social, sociedade civil sem fins lucrativos e com finalidades filantrópicas, foi declarado de Utilidade Pública pela Lei n° 7.759, de 27 de outubro de 1983.

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos interesses superiores da Administração e da Coletividade, pois objetiva abrigar entidade cuja finalidade precípua é promover a valorização da pessoa humana.

A área em questão integra o imóvel on-

de funciona o IASP, que, através de sua diretoria, manifesta-se favoravelmente à cessão, viabilizando, assim, a instalação do PROVOPAR - Ação Social no mesmo edifício em que funciona aquele Instituto, ambos voltados à promoção da ação social neste Estado.

Por último, cabe frisar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as atividades previstas, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, cuja duração está prevista até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes. Ficará, ainda, o cessionário, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Certo de que a medida proposta merecerá o indispensável apoio e conseqüente aprovação, renovo a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, área edificada com aproximadamente 200,00m², localizada no segundo andar do bloco "A" do Edifício sede do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, localizada nesta Capital, no bairro do Batel, na Rua Hermes Fontes, n° 315, em edifício construído sobre imóvel de propriedade do Estado do Paraná e do próprio IASP, conforme o que consta respectivamente na transcrição n° 36.990, do livro 3-K, do Cartório de Registro de Imóveis, da 1ª Circunscrição Imobiliária da Capital e transcrição 51.610, do livro 3-AX, do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição Imobiliária, também da Capital.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei será utilizado pelo PROVOPAR - Ação Social, exclusivamente para instalação e manutenção de suas atividades filantrópicas, tendo esta cessão duração até 31.12.98, permitida prorrogação mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outras finalidades, nem transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, aquele PROVOPAR, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 066/95

Curitiba, 20.10.95

Senhor Presidente.

Em conformidade com o art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao Ministério do Trabalho, uma área de 63,60m², parte do imóvel edificado na Rua Joaquim Nabuco, n° 2.134, no Município de São José dos Pinhais, de propriedade do Estado do Paraná, conforme consta na matrícula n° 756, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição daquela Comarca.

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos interesses superiores da Administração e da Coletividade, eis que o mencionado bem será utilizado pelo Ministério do Trabalho exclusivamente para a instalação e manutenção de "Posto de Atendimento" da Delegacia Regional do Trabalho, no município de São José dos Pinhais, atualmente desativado.

O referido imóvel foi incorporado ao patrimônio do Estado por doação em pagamento concretizada no ano de 1985 e constitui-se de terreno com área total de 4.350,00m², contendo benfeitorias, sendo hoje utilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda, que se pronunciou favoravelmente à cessão. Também a Secretaria de Estado da Administração manifestou-se de acordo.

Cabe, por último, frisar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, cuja duração está prevista até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes. Ficará, ainda, o cessionário responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o indispensável apoio e conseqüente aprovação, renovo a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Ministério do Trabalho uma área de 63,60m², do imóvel edificado na Rua Joaquim Nabuco, nº 2.134, no Município de São José dos Pinhais, de propriedade do Estado do Paraná, conforme matrícula nº 756, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de São José dos Pinhais.

Art. 2º - A área de que trata o art. 1º desta lei será utilizada pelo Ministério do Trabalho exclusivamente para instalação e manutenção do Posto de Atendimento da Delegacia Regional do Trabalho no Paraná, Município de São José dos Pinhais, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizada para outras finalidades, nem transferida a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, aquele órgão federal, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 067/95

Curitiba, 20.10.95

Senhor Presidente.

Em conformidade com o disposto no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, incisos I e IV, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a denominação de cargo de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, de Diretor da Colônia Penal Agroindustrial de Tamarana - símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 10.665, de 17 de dezembro de 1993, para Diretor da Penitenciária Estadual de Maringá, mantida a mesma simbologia.

A proposição ora formulada consulta aos superiores interesses da Administração, eis que propiciará adequação da estrutura de cargos comissionados às atuais necessidades daquela Pasta.

O titular da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania justifica a medida levando em conta a proximidade da conclusão das obras da Penitenciária Estadual de Maringá com a conseqüente necessidade de nomeação de responsável pela administração a nível de direção, e, paralelamente, expõe a situação de paralização em que se encontram as obras de recuperação da Colô-

nia Penal Agroindustrial de Tamarana.

Vale salientar que a Secretaria de Estado da Administração manifestou-se favoravelmente, entendendo oportuna a pretendida alteração.

Certo de poder contar com a atenção dessa colenda Casa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica alterada a denominação do cargo de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, de Diretor da Colônia Penal Agroindustrial de Tamarana, símbolo DAS-5, para Diretor da Penitenciária Estadual de Maringá, símbolo DAS-5.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 068/95

Curitiba, 20.10.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender despesas com equipamento de som para o auditório do Edifício Humberto de Alencar Castelo Branco.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de

cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Demonstrativo da Receita.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica inalterado o

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01	
I DA DESPESA		ANEXO				RS 1,00	

I	I			INATUREZA	ILI		IN. DO I
ICODIGO	I	ESPECIFICACAO		I DA	IFTIDI	VALOR	IPROCO
I	I			IDESPESA	I IRI		ICOP I

I 2200	I	ISECRETARIA DE ESTADO DA		I	I I I		I I
I	I	IADMINISTRACAO - ENTIDADES		I	I I I		I I
I	I	IVINCULADAS		I	I I I		I I
I	I			I	I I I		I I
I 2248	I	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO		I	I I I		I I
I	I	IPUBLICO - DEAP		I	I I I		I I
I 2099	I	IMANUTENCAO DOS SERVICOS DE		I	I I I		I I
I	I	IARQUIVO E MICROFILMAGEM		I 3121.00150IL1		4.000	10777
I	I			I 3152.15150IL1		4.000	10777

				T O T A L		I	8.000

I SUPLEMENTACAO		A N E X O		I		FL. 01		I	
I DA DESPESA		ANEXO				RS 1,00		I	
-----*									

I	I			INATUREZA	ILI			IN. DO I	
ICODIGO	I	ESPECIFICACAO		I DA	IFTIDI	VALOR		IPROCO	
I	I			IDESPESA	I IRI			ICOP	I
-----*									
I	2200	I SECRETARIA DE ESTADO DA		I	I I I			I	I
I		I ADMINISTRACAO - ENTIDADES		I	I I I			I	I
I		I VINCULADAS		I	I I I			I	I
I		I		I	I I I			I	I
I	2248	I DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO		I	I I I			I	I
I		I PUBLICO - DEAP		I	I I I			I	I
I	2099	I MANUTENCAO DOS SERVICOS DE		I	I I I			I	I
I		I ARQUIVO E MICROFILMAGEM		I	4121.00150IL	8.000		I	0777
-----*									

T O T A L						I		8.000	I

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 069/95

Curitiba, 20.10.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando dotar a Secretaria de recursos orçamentários para implementação dos Programas Paraná Urbano e das Nações Unidas para o Desenvolvimento Urbano (PNDU).

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da

Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do

cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do conteúdo nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos IV, V e VI desta lei e alterado o Programa de Obras, conforme Anexo VII.

Art. 4º - A abertura do presente crédito

suplementar tem por finalidade angariar recursos orçamentários necessários para implementar o Programa Paraná Urbano e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Urbano.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O		I		FL. 01	I
I DA DESPESA		ANEXO		I		RS 1.00	I

I		I		I		I	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	IFTID	VALOR	IN.DO	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP	I

I 4100	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I	I I		I	I
I	IDESENVOLVIMENTO URBANO	I	I	I I		I	I
I	I	I	I	I I		I	I
I 4103	IDIRETORIA GERAL	I	I	I I		I	I
I 2212	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I	I I		I	I
I	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I	I I		I	I
I	ISEDU	I 3132.10	I00	ILI	100.000	I0816	I
I	I	I 3132.15	I00	ILI	200.000	I0816	I
I	I	I 4121.00	I00	ILI	100.000	I0816	I
I	I	I 4323.00	I00	ILI	1.100.000	I0816	I

T O T A L						I	I

I ACRESCIMO		A N E X O I V		FL. 03		I
I RECEITA CENT ANEXO				RS 1,00		I
I	CODIGO I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROCI	
I	1113.02.00	IMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A	I 00 I	1.500.000	I0816I	
I		ICIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE	I I		I I	
I		ITRASP.INTEREST.E INTERMUN. E DE	I I		I I	
I		ICOMUNICACAO	I I		I I	
T O T A L			I	1.500.000	I	

I REDUCAO		A N E X O V		FL. 03		I
I RECEITA CENT ANEXO				RS 1,00		I
I	CODIGO I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROCI	
I	12119.02.00	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	I 20 I	1.500.000	I0816I	
I		IVINCULADAS	I I		I I	
T O T A L			I	1.500.000	I	

I REDUCAO		A N E X O V I		FL. 04		I
I DA RECEITA ANEXO				RS 1,00		I
I	CODIGO I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROCI	
I		ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES	I I		I I	
I		IVINCULADAS	I I		I I	
I		ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I I		I I	
I		ICOPEL	I I		I I	
I	12521.20.00	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	I 20 I	1.500.000	I0816I	
I		IVINCULADAS	I I		I I	
T O T A L			I	1.500.000	I	

I CANCELAMENTO		A N E X O V I I		FL. 05		I
I DAS OBRAS ANEXO				RS 1,00		I
I	CODIGO I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROCI	
I	1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES	I I		I I	
I		IVINCULADAS	I I		I I	
I	1049	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I I		I I	
I		ICOPEL	I I		I I	
I	1850	IGERACAO, TRANSMISSAO, DISTRIBUICAO DE	I I		I I	
I		I ENERGIA E NOVAS ALTERNATIVAS DE	I I		I I	
I		I APROVEITAMENTO ENERGETICO	I I		I I	
I	0001	ICONSTRUIR HIDRELETRICA DE CAXIAS	I T I	1.500.000	I0816I	
T O T A L			I T I	1.500.000	I	
			I O I		O I	

Curitiba, 20.10.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.903.392,00 (três milhões, novecentos e três mil, trezentos e noventa e dois reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, objetivando dotar de recursos para a viabilização do Projeto "Reformulação do Sistema de Fornecimento de Alimentação para as Unidades Penais".

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 3.903.392,00 (três milhões, novecentos e três mil, trezentos e noventa e dois reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica inalterado o Demonstrativo da Receita e alterado o programa de obras, conforme Anexo III.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO A LEI NO.		RS 1,00	

I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01		I	
I DA DESPESA		ANEXO A LEI NO.				RS 1,00		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I					

MENSAGEM N° 071/95

Curitiba, 20.10.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, para suprir recursos orçamentários, com a finalidade de destinar recursos para aquisição de imóvel pertencente à Caixa Econômica Federal, declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação por meio do Decreto n° 846 de 07/06/95, para implantação de Complexo Cultural.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		I	
I DA DESPESA		ANEXO A LEI NO.		RS 1.00		I	
-----		*-----*		*-----*		*-----*	
I	I	INATUREZA I		IL I	IN. DOI		I
ICODIGO I	ESPECIFICACAO	I DA IFTIDI		VALOR	IPROCI		I
I	I	IDESPESA I		IRI	ICOP I		I
-----		*-----*		*-----*		*-----*	
I 2900	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	I	I I I		I	I	I
I	I	I	I I I		I	I	I
I 2903	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I	I	I
I 2127	IADMINISTRACAO DAS POLITICAS	I	I I I		I	I	I
I	ICULTURAIS	I 4210.00	I00ILI	1.500.000	I0732	I	I
-----		*-----*		*-----*		*-----*	
		T O T A L I		1.500.000 I			
-----		*-----*		*-----*		*-----*	
I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		I	
I DA DESPESA		ANEXO A LEI NO.		RS 1,00		I	
-----		*-----*		*-----*		*-----*	
I	I	INATUREZA I		IL I	IN. DOI		I
ICODIGO I	ESPECIFICACAO	I DA IFTIDI		VALOR	IPROCI		I
I	I	IDESPESA I		IRI	ICOP I		I
-----		*-----*		*-----*		*-----*	
I 0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I I I		I	I	I
I	I	I	I I I		I	I	I
I 0902	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I	I
I	IIDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
I 1003	IINVESTIMENTOS PARA PRODUCAO E	I	I I I		I	I	I
I	IDISTRIBUICAO DE ENERGIA - COPEL	I 4140.00	I20ILI	1.500.000	I0732	I	I
-----		*-----*		*-----*		*-----*	
		T O T A L I		1.500.000 I			

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforma anexos II e III desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos IV, V e VI desta lei e alterado o Programa de Obras conforme Anexo VII.

Art. 4° - A abertura do presente crédito suplementar tem por finalidade suprir recursos orçamentários necessários para aquisição do imóvel desapropriado da Caixa Econômica Federal, conforme Decreto n° 846 - 07.06.95, para implantação do Complexo Cultural da Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I REDUCAO		A N E X O V I		FL. 04	
I DA RECEITA		ANEXO A LEI NO.		RS 1,00	
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	I PROC
I		ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES	I I		I I
I		IVINCULADAS	I I		I I
I		I	I I		I I
I		ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I I		I I
I		ICOPEL	I I		I I
I	2521.20.00	IOPERACOES DE CREDITO INTERNAS	I 20 I	1.500.000	I0732I
I		IVINCULADAS	I I		I I
T O T A L			I	1.500.000	I

CANCELAMENTO DAS OBRAS		A N E X O V I I ANEXO A LEI NO.		FL. 05 R\$ 1.00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCI	
1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES IVINCULADAS	I I		I I	
1049	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - ICOPEL	I I		I I	
1850	IGERACAO, TRANSMISSAO, DISTRIBUICAO DE I ENERGIA E NOVAS ALTERNATIVAS DE I APROVEITAMENTO ENERGETICO	I I		I I	
0001	ICONSTRUIR HIDRELETRICA DE CAXIAS	I T I	1.500.000	I 0732 I	
T O T A L		I T I	1.500.000	I O I	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 072/95

Curitiba, 20.10.95.

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumpre-me dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa que expediu o Decreto n° 1.036, de 18 de agosto de 1995.

O referido decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária à execução de despesas com divulgação e propaganda do Projeto da AIDS, com recursos do Governo Federal.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

DECRETO N° 1036

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 10, incisos III e VI da Lei Estadual n° 11.033,

de 30 de dezembro de 1994.

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 224.400,00 (duzentos e vinte e quatro mil e quatrocentos reais), de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III deste decreto.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos 1° e 2°, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos IV, V e VI deste decreto.

Art. 4° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 18.08.95.
174° da Independência e 107° da República.

(aa) JAIME LERNER
Governador do Estado
CASSIO TANIGUCHI
Secretário de Estado do Planejamento
e Coordenação Geral

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		A N E X O I ANEXO AO DECRETO NO. 1036		FL. 01 R\$ 1.00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL I IFTIDI IRI	VALOR	IN.DO IPROC ICOP
3500	ISECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	I	I I I		I
3501	IGABINETE DO SECRETARIO	I	I I I		I
2169	IADMINISTRACAO GERAL E PROGRAMAS IESPECIAIS - SESA	I	I I I		I
T O T A L		I	I I I	224.400	I 0841

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
I DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO. 1036		RS 1,00	
I	I	INATUREZA	I	IL I	IN.DO
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	I PROC
I	I	IDESPESA	I	IRI	ICOP
I 3500	I SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	I	I	I I	I
I	I	I	I	I I	I
I 3502	I GABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I	I
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I	I
I 2171	I PROGRAMACAO A CARGO DO ISEP	I 3211.03	I 00	I I	I 224.400 10841
T O T A L				I	224.400 I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I I		FL. 02	
I DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO. 1036		RS 1,00	
I	I	INATUREZA	I	IL I	IN.DO
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	I PROC
I	I	IDESPESA	I	IRI	ICOP
I 3600	I SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE -	I	I	I I	I
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I	I
I	I	I	I	I I	I
I 3674	I INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA -	I	I	I I	I
I	I ISEP	I	I	I I	I
I 2175	I ADMINISTRACAO E OPERACAO DE	I	I	I I	I
I	I SERVICOS DE SAUDE - SUS	I 3223.02	I 00	I I	I 224.400 10841
T O T A L				I	224.400 I

I ACRESCIMO		A N E X O I V		FL. 03	
I RECEITA CENT ANEXO AO DECRETO NO. 1036				RS 1,00	
I CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR I PROC
I 1762.01.00	I CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I	07	I	I 224.400 10841
T O T A L				I	224.400 I

I REDUCAO		A N E X O V		FL. 03	
I RECEITA CENT ANEXO AO DECRETO NO. 1036				RS 1,00	
I CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR I PROC
I 1113.02.00	I IMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A	I	00	I	I 224.400 10841
I	I CIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE	I		I	I
I	I TRANSP.INTEREST.E INTERMUN. E DE	I		I	I
I	I COMUNICACAO	I		I	I
T O T A L				I	224.400 I

A N E X O V I		FL. 04	
ANEXO AO DECRETO Nº. 1036		RS 1,00	
ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROCI
ISECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE -	I I		I I
IENTIDADES VINCULADAS	I I		I I
IINSTITUTO DE SAUDE DO PARANA - ISEP	I I		I I
IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	I 00 I	224.400	I0841I
A Diretoria Legislativa.		T O T A L I	224.400I

MENSAGEM Nº 073/95

Curitiba, 20.10.95.

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumpro-me dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa que expediu o Decreto nº 1.041, de 25 de agosto de 1995.

O referido decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária à execução de despesas de convênios a serem firmados com Prefeituras Municipais com recursos provenientes da União.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

DECRETO Nº 1041

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 10, incisos III e VI da Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994.

D E C R E T A:

SUPLEMENTACAO		A N E X O I	FL. 01	
DA DESPESA ANEXO AO DECRETO Nº. 1041			RS 1,00	
ICODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	VALOR	IN. DOI
I		I DA IFTIDI		IPROCI
		IDESPESA I IRI		ICOP I
1700	IADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I I I I		I I
I	IRECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL	I I I I		I I
I	I	I I I I		I I
1701	IPROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS	I I I I		I I
I	IE MULTISETORIAIS	I I I I		I I
2081	IAPOIO A NECESSIDADES PRIORITARIAS	I I I I		I I
I	IE A PROGRAMAS EVENTUAIS E/OU	I I I I		I I
I	IEMERGENCIAIS	I 4130.00I07ILI	3.980.000	I0674I
		T O T A L I	3.980.000 I	

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 3.980.000,00 (três milhões, novecentos e oitenta mil reais), de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III deste decreto.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos IV, V e VI deste decreto.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 3º, fica alterado o Programa de Obras da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, conforme Anexo VII deste decreto.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 25.08.95.

174º da Independência e 107º da República.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

CASSIO TANIGUCHI

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		I	
DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO. 1041		RS 1,00		I	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN. DOI	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP	I
0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	1	I	I I I		I	I
I	I	I	I	I I I		I	I
0902	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I I		I	I
I	I	I	I	I I I		I	I
1003	IINVESTIMENTOS PARA PRODUCAO E	I	I	I I I		I	I
I	IDISTRIBUICAO DE ENERGIA - COPEL	I	4140.00	I20ILI	3.980.000	I06741	I
T O T A L					I	3.980.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I I		FL. 02		I	
DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO. 1041		RS 1,00		I	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN. DOI	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP	I
1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO -	1	I	I I I		I	I
I	I	I	I	I I I		I	I
1049	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I	I	I I I		I	I
I	ICOPEL	I	I	I I I		I	I
1850	IGERACAO, TRANSHISSAO,	I	I	I I I		I	I
I	IDISTRIBUICAO DE ENERGIA E NOVAS	I	I	I I I		I	I
I	IALTERNATIVAS DE APROVEITAMENTO	I	I	I I I		I	I
I	IENERGETICO	I	4110.00	I20ILI	3.980.000	I06741	I
T O T A L					I	3.980.000	I

ACRESCIMO		A N E X O I V		FL. 03		I	
RECEITA CENT		ANEXO AO DECRETO NO. 1041		RS 1,00		I	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROCI	
12462.01.00	ICONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I	07	I	3.980.000	I06741	I
T O T A L					I	3.980.000	I

REDUCAO		A N E X O V		FL. 03		I	
RECEITA CENT		ANEXO AO DECRETO NO. 1041		RS 1,00		I	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROCI	
12119.02.00	IOPERACOES DE CREDITO INTERNAS	I	20	I	3.980.000	I06741	I
I	IVINCULADAS	I	I	I		I	I
T O T A L					I	3.980.000	I

REDUÇAO
DA RECEITAA N E X O V I I
ANEXO AO DECRETO NO. 1041FL. 04
RS 1,00

CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROC
		ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES	I		I		I
		IVINCULADAS	I		I		I
		I	I		I		I
		ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I		I		I
		ICOPEL	I		I		I
2521.20.00		OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	I	20	I	3.980.000	I0674
		IVINCULADAS	I		I		I
T O T A L			I		I	3.980.000	I

CANCELAMENTO
DAS OBRASA N E X O V I I
ANEXO AO DECRETO NO. 1041FL. 05
RS 1,00

CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROC
1000		ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES	I		I		I
		IVINCULADAS	I		I		I
1049		ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I		I		I
		ICOPEL	I		I		I
1850		IGERACAO, TRANSMISSAO, DISTRIBUICAO DE	I		I		I
		I ENERGIA E NOVAS ALTERNATIVAS DE	I		I		I
		I APROVEITAMENTO ENERGETICO	I		I		I
0001		ICONSTRUIR HIDRELETRICA DE CAXIAS	I	T	I	3.980.000	I0674
T O T A L			I	T	I	3.980.000	I
			I	0	I		01

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 074/95

Curitiba, 20.10.95.

Senhor Presidente.

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.830.250,00 (um milhão, oitocentos e trinta mil, duzentos e cinquenta reais), ao vigente Orçamento do Departamento de Trânsito - DETRAN, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender despesas com a construção do Centro Regional de Paranaguá, Centro Regional de Guarapuava e construção de barracão na sede de Curitiba.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 1.830.250,00 (um milhão, oitocentos e trinta mil, duzentos e cinquenta reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta lei, fica alterado o Anexo de Obras, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I		FL. 01 RS 1,00	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN.DO I
I		DA I	IFT I		IPROC I
I		DESPESA I	IRI		ICOP
3200	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I I		I
	IPUBLICA - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I		I
	I	I	I I		I
3268	IDEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRAN	I	I I		I
2153	IGERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E	I	I I		I
	IOPERACIONAL DO DETRAN	I	4110.00 I 54 I	1.830.250	I 0949
T O T A L		I		1.330.250	I

CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I I		FL. 01 RS 1,00	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN.DO I
I		DA I	IFT I		IPROC I
I		DESPESA I	IRI		ICOP
3200	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I I		I
	IPUBLICA - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I		I
	I	I	I I		I
3268	IDEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRAN	I	I I		I
2153	IGERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E	I	I I		I
	IOPERACIONAL DO DETRAN	I	4313.00 I 54 I	1.830.250	I 0949
T O T A L		I		1.830.250	I

SUPLEMENTACAO DAS OBRAS ANEXO		A N E X O I I I		FL. 02 RS 1,00	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	I	FT I	VALOR	IPROC
I					
3200	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I		I
	IPUBLICA - ENTIDADES VINCULADAS	I	I		I
3268	IDEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRAN	I	I		I
2153	IGERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E	I	I		I
	IOPERACIONAL DO DETRAN	I	I		I
0001	ICONSTRUIR PREDIOS PROPRIOS	I	0 I	1.830.250	I 0949
T O T A L		I	T I		O I
		I	0 I	1.830.250	I


A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 075/95

Curitiba, 20.10.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 355.212,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e doze reais), ao vigente Orçamento da Universidade Estadual de Londrina, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender a construção do Restaurante Universitário.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 355.212,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e doze reais), conforme Anexo I e III desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 4° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta lei, fica alterado o Programa de Obras da Universidade Estadual de Londrina, conforme Anexo V desta lei.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO
DA DESPESA ANEXO

A N E X O I

FL. 01
RS 1,00

I CODIGO	ESPECIFICACAO	I INATUREZA DA DESPESA	I ZAI DA IFTIDI IRI	I ILI TIDI IRI	VALOR	IN.DC IPROC ICOP
1100	ISECRETARIA DE ESTADO DA ICIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO ISUPERIOR	I	I	I I I		I
1102	IGABINETE DO SECRETARIO - IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I
2026	IPROGRAMACAO A CARGO DA UEL	I	4311.01	I00ILI	355.212	I1084
T O T A L					355.212	I

CANCELAMENTO
DA DESPESA ANEXO

A N E X O I I

FL. 01
RS 1,00

I CODIGO	ESPECIFICACAO	I INATUREZA DA DESPESA	I ZAI DA IFTIDI IRI	I ILI TIDI IRI	VALOR	IN.DC IPROC ICOP
1700	IADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - IRECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL	I	I	I I I		I
1701	IPROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS IE MULTISSETORIAIS	I	I	I I		I
2081	IAPOIO A NECESSIDADES PRIORITARIAS IE A PROGRAMAS EVENTUAIS E/OU IEMERGENCIAIS	I	4130.00	I00ILI	355.212	I1084
T O T A L					355.212	I

SUPLEMENTACAO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I I I			FL. 02 RS 1,00	
-----*		-----*			-----*	
I CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILI IFTIDI IRI	VALOR	IN. DO IPROC ICOP	
-----*		-----*			-----*	
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I			
	ICIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO	I	I			
	ISUPERIOR - ENTIDADES VINCULADAS	I	I			
	I	I	I			
1210	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	I	I			
2050	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I			
	IENSINO SUPERIOR NA UEL	4110.00	I00ILI	355.212	1084	
-----*		-----*			-----*	
		T O T A L			I	355.212 I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO IV		FL. 03 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPR	
	ISECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, ITECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - IENTIDADES VINCULADAS I				
2412.49.00	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO.	00	355.212	10	
TOTAL			355.212		

SUPLEMENTACAO DAS OBRAS		A N E X O V		FL. 04 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	PROC	
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, ITECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - IENTIDADES VINCULADAS				
1210	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA				
2050	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO ISUPERIOR NA UEL				
5002	ICONSTRUIR E INSTALAR RESTAURANTE IUNIVERSITARIO	T	355.212	1084	
T O T A L			355.212	0	

MENSAGEM N° 076/95

Curitiba, 23.10.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 12.679.586,00 (doze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais), ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender despesas com construção, ampliação, reparos e melhorias em escolas estaduais, transporte de merenda e material escolar, recuperação das carteiras escolares e repasse de recursos através do Fundo Rotativo.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 12.679.586,00 (doze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V, VI, VII e VIII desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica procedido o ajuste no Programa de Obras constante no Anexo VI da Lei Orçamentária de 1995, de acordo com o Anexo IX desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		A N E X O I ANEXO N.		FL. 01 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL IFTIDI IRI	VALOR	IN.DC IPROC ICOP
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I
I		I	I I I		I
3302	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
2157	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDEPAR	I	4311.01I16ILI	10.357.826	I0942
3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I I I		I
2161	IDESENVOLVIMENTO DO ENSINO	I	I I I		I
	IFUNDAMENTAL E DA EDUCACAO	I	I I I		I
	IPRE-ESCOLAR	I	4130.00I16ILI	1.671.760	I0942
2163	IDESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO DE	I	I I I		I
	IJOVENS E ADULTOS	I	4130.00I16ILI	300.000	I0942
2164	IDESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	I	I I I		I
	IESPECIAL	I	4130.00I16ILI	350.000	I0942
		T O T A L I		12.679.586	I

CANCELAMENTO DA DESPESA		A N E X O I I			FL. 01 RS 1,00	
ANEXO N.						
I CODIGO I	ESPECIFICACAO	I INATUREZA I	I DA IFT I	I IRI	VALOR	I IN.DO IPROC ICOP
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I	I I I		I
I		I	I	I I I		I
3302	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I I		I
I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I I		I
2157	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDEPAR	I	4311.01	I20 I I I	10.357.826	I 0942
3303	IDIRETORIA GERAL	I		I I I		I
2159	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I		I I I		I
I	IADMINISTRATIVA DA SEED	I	4121.00	I20 I I I	2.321.760	I 0942
		T O T A L I			12.679.586	I

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		A N E X O I I I			FL. 02 RS 1,00	
ANEXO N.						
I CODIGO I	ESPECIFICACAO	I INATUREZA I	I DA IFT I	I IRI	VALOR	I IN.DO IPROC ICOP
3400	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I	I I I		I
I	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I I		I
I		I	I	I I I		I
3470	IINSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	I	I	I I I		I
I	IEDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I	I	I I I		I
2166	IINFRA-ESTRUTURA E APOIO LOGISTICO	I	I	I I I		I
I	IA REDE ESCOLAR E AO ESTUDANTE	I	4130.00	I16 I I I	10.357.826	I 0942
		T O T A L I			10.357.826	I

CANCELAMENTO DA DESPESA		A N E X O I V			FL. 02 RS 1,00	
ANEXO N.						
I CODIGO I	ESPECIFICACAO	I INATUREZA I	I DA IFT I	I IRI	VALOR	I IN.DO IPROC ICOP
3400	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I	I I I		I
I	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I I		I
I		I	I	I I I		I
3470	IINSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	I	I	I I I		I
I	IEDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I	I	I I I		I
2166	IINFRA-ESTRUTURA E APOIO LOGISTICO	I	I	I I I		I
I	IA REDE ESCOLAR E AO ESTUDANTE	I	4110.00	I20 I I I	10.357.826	I 0942
		T O T A L I			10.357.826	I

ACRESCIMO RECEITA CENT		ANEXO N.		ANEXO V		FL. 03	
						RS 1,00	
-----				*-----*		*-----*	
CODIGO	I	ESPECIFICACAO		I	FT	I	VALOR
-----				*-----*		*-----*	
1721.01.30	I	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DO SALARIO		I	16	I	12.679.586
	I	EDUCACAO		I		I	0942
-----				*-----*		*-----*	
				T O T A L		I	12.679.586

REDUCAO		A N E X O V I				FL. 03		
RECEITA CENT		ANEXO N.				RS 1,00		
-----		*-----*				*-----*		
CODIGO	I	ESPECIFICACAO				I FT I	VALOR	I PROC
-----		*-----*				*-----*		*-----*
2119.02.00	I	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				I 20 I	12.679.586	I 0942
	I	IVINCULADAS				I I		I
-----		*-----*				*-----*		*-----*
T O T A L						I	12.679.586	I
-----		*-----*				*-----*		*-----*

ACRESCIMO DA RECEITA		A N E X O V I I		FL. 04 RS 1,00	
ANEXO N.					
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I
				VALOR	IPROC
		ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO -	I	I	I
		IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I
		I	I	I	I
		IINSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	I	I	I
		IEDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I	I	I
2412.16.00	I	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DO SALARIO	I	16	I
		IEDUCACAO - COTA ESTADUAL	I	I	I
		TOTAL	I		10.357.826

REDUCAO	A N E X O V I I I				FL. 04
DA RECEITA	ANEXO N.				RS 1,00
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I
				VALOR	IPROC
		ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO -	I	I	I
		IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I
		I	I	I	I
		IINSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	I	I	I
		IEDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I	I	I
2412.20.00		IOPERACOES DE CREDITO INTERNAS	I	20	I
		IVINCULADAS	I	I	10.357.826I0942
					I

CANCELAMENTO DAS OBRAS		A N E X O I X		FL. 05 RS 1,00	
ANEXO N.					
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I
			VALOR		I PROC
3400		ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO -	I	I	I
		IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I
3470		IINSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	I	I	I
		IEDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I	I	I
2166		IINFRA-ESTRUTURA E APOIO LOGISTICO A	I	I	I
		IREDE ESCOLAR E AO ESTUDANTE	I	I	I
0001		ICONSTRUIR SALA, COZINHA E SANITARIOS	I	T	I
		INA LOCALIDADE BOM PASTOR	I	I	I
0002		ICONSTRUIR SALA, COZINHA E SANITARIOS	I	T	I
		INA LOCALIDADE BOM RETIRO	I	I	I
0004		ICONSTRUIR SALA, COZINHA E SANITARIOS	I	T	I
		INA LOCALIDADE CHOPIM 2	I	I	I
0009		ICONSTRUIR SALA, COZINHA E SANITARIOS	I	T	I
		INA FAZENDA GUAPARA	I	I	I
0014		ICONSTRUIR SALA, COZINHA E SANITARIOS	I	T	I
		INA LOCALIDADE SERRARIA VIANNA	I	I	I
0015		ICONSTRUIR SALA, COZINHA E SANITARIOS	I	T	I
		INA LOCALIDADE SAO PEDRO DO GUAIRACA	I	I	I
0016		ICONSTRUIR SALA, COZINHA E SANITARIOS	I	T	I
		INA SEDE OURO VERDE	I	I	I
0021		ICONSTRUIR 06 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL	I	I	I
		IJARDIM GRAMADOS	I	I	I
0022		IAMPLIAR EM 05 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I	I	I
		INILIO CAIRO	I	I	I
0023		IAMPLIAR EM 03 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I	I	I
		ISANTA BARBARA E ESC. MUN. FREI THIAGO	I	I	I
		ILUCHESI	I	I	I
0029		IAMPLIAR EM 10 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA ESTADUAL DE	I	I	I
		IGUARAITUBA E ESCOLA MUNIC. ANGELO	I	I	I
		IDALPRA	I	I	I
0030		IAMPLIAR EM 06 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I	I	I
		I PROF. JOAO LOYOLA - SETOR H 14	I	I	I
0031		IAMPLIAR EM 05 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA ESTADUAL	I	I	I
		IAMANCIO MORO	I	I	I
0034		IAMPLIAR EM 01 SALA E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I	I	I
		I ENTRE RIOS E ESCOLA MUNIC. PRESIDENTE	I	I	I
		IMEDICI	I	I	I
0037		IAMPLIAR DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA	I	T	I
		IMUNICIPAL GABRIEL MANUEL	I	I	I
0039		IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I	I	I

CANCELAMENTO DAS OBRAS		A N E X O I X		FL. 06 RS 1.00	
ANEXO N.					
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROC
0040	I	ILUIZ SETTI	I I		I
	I	IAMPLIAR EM 04 SALAS E DEMAIS	I T I	262.824	I0965
	I	IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I I		I
	I	INILO PECANHA	I I		I
0041	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I T I	64.284	I0965
	I	IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I I		I
	I	IGENERAL CARNEIRO	I I		I
0043	I	IAMPLIAR EM 03 SALAS E DEMAIS	I T I	143.556	I0942
	I	IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I I		I
	I	I PROFESSORA MARIA CINTRA ALCANTARA	I I		I
0046	I	ICONSTRUIR 06 SALAS E DEMAIS	I T I	337.188	I0966
	I	IDEPENDENCIAS NO JARDIM CLAUDIA	I I		I
0047	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I T I	130.740	I0966
	I	IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I I		I
	I	I PROF. LEANDRO M. COSTA	I I		I
0049	I	IAMPLIAR EM 04 SALAS E DEMAIS	I T I	89.844	I0966
	I	IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I I		I
	I	I JOAO R. V. B. DY VERNAY - SETOR 30	I I		I
0050	I	IAMPLIAR EM 01 SALA E DEMAIS	I T I	36.840	I0965
	I	IDEPENDENCIAS A ESCOLA EST. ALBERTO R.	I I		I
	I	I VALENTE	I I		I
0051	I	IAMPLIAR EM 03 SALAS E DEMAIS	I T I	298.884	I0965
	I	IDEPENDENCIAS A ESCOLA EST. DR. MUNHOZ	I I		I
	I	I DA ROCHA	I I		I
0052	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I T I	175.476	I0942
	I	IDEPENDENCIAS A ESCOLA ESTADUAL	I I		I
	I	I MAESTRO BENTO MOSSURUNGA	I I		I
0053	I	ICONSTRUIR 06 SALAS E DEMAIS	I T I	358.224	I0966
	I	IDEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL N. I	I I		I
	I	I SRA. DA GLORIA - SETOR 20	I I		I
0054	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I T I	295.164	I0942
	I	IDEPENDENCIAS A ESCOLA ESTADUAL	I I		I
	I	I AGUA DO MEIO E ESC. MUNIC. EUCLIDES DAI	I I		I
	I	I CUNHA	I I		I
0057	I	ICONSTRUIR 04 SALAS E DEMAIS	I T I	174.648	I0942
	I	IDEPENDENCIAS NO BAIRRO SAO SILVESTRE	I I		I
0060	I	IAMPLIAR DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA	I T I	145.872	I0965
	I	I ESTADUAL VILLA LOBOS E ESCOLA	I I		I
	I	I MUNICIPAL	I I		I
0064	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I T I	81.648	I0945
	I	IDEPENDENCIAS A ESC. EST. PARAISO DO	I I		I
	I	I SUL E ESC RURAL MUNIC. ARTHUR C. E.	I I		I
	I	I SILVA	I I		I
0065	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I T I	123.996	I0966
	I	IDEPENDENCIAS A ESCOLA MUNICIPAL	I I		I
	I	I ALMIRANTE TAMANDARE	I I		I
0066	I	ICONSTRUIR 01 SALA E DEMAIS	I T I	55.320	I0942
	I	IDEPENDENCIAS NA LINHA PALMITAL	I I		I

CANCELAMENTO DAS OBRAS		A N E X O I X		FL. 07 R\$ 1,00	
ANEXO N.					
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I
			VALOR		IPROC
0068	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA MUNICIPAL	I	I	I
		ICASTRO ALVES	I	I	I
0069	I	IAMPLIAR EM 04 SALAS E UMA DEPENDENCIA	I	T	I
		IO COLEGIO EST. ALTO A. DO IGUACU	I	I	I
0070	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL DR.	I	I	I
		IJOAO FERREIRA NEVES	I	I	I
0071	I	IAMPLIAR DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA	I	T	I
		IESTADUAL FLORENTINA DE ARAUJO	I	I	I
0072	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESC. EST. LINHA	I	I	I
		IAPARECIDA E ESC. MUNIC. NILO PECANHA	I	I	I
0074	I	IAMPLIAR EM 04 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA EST. JOSE	I	I	I
		IFRESSATO	I	I	I
0077	I	IAMPLIAR EM 04 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA MUNICIPAL	I	I	I
		ISANTA LUIZA	I	I	I
0078	I	IAMPLIAR DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA	I	T	I
		IESTADUAL ANTONIO M. DE MELLO	I	I	I
0080	I	IAMPLIAR EM 04 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I	I	I
		IUNIDADE POLO	I	I	I
0081	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA EST. CASTROLANDA	I	I	I
0084	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA MUNICIPAL	I	I	I
		INOSSA SENHORA DO ROCIO	I	I	I
0088	I	IAMPLIAR EM 03 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I	I	I
		IPAQUIRE E ESC. MUNIC. ARMANDO ROSARIO	I	I	I
0089	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I	I	I
		I PROFESSORA MARIA DO ROSARIO CASTALDI	I	I	I
0090	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I	I	I
		ISAGRADA FAMILIA	I	I	I
0091	I	IAMPLIAR EM 04 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA EST. DR. FERNANDO	I	I	I
		IBARROS PINTO	I	I	I
0092	I	IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA EST. EUZEBIO B.	I	I	I
		IDE MENEZES	I	I	I
0093	I	IAMPLIAR EM 04 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA EST. MARIA	I	I	I
		ICECILIA E ESC. MUNIC. MOACYR TEIXEIRA	I	I	I
0094	I	IAMPLIAR EM 04 SALAS E DEMAIS	I	T	I

CANCELAMENTO DAS OBRAS		A N E X O I X		FL. 08 RS 1.00	
ANEXO N.					
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I
				VALOR	I PROC
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA EST. ARISTEU	I	I	I
		ISANTOS RIBAS E ESC. EST. C. CORACAO DEI	I	I	I
		IJESUS	I	I	I
0095		IAMPLIAR EM 06 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA MUNICIPAL	I	I	I
		INORMAN PROCHET	I	I	I
0096		IAMPLIAR EM 03 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA MUNIC. PEDRO I	I	I	I
		IVERGARA	I	I	I
0098		IAMPLIAR EM 04 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA MUNICIPAL	I	I	I
		IJARDIM GRAZIELA	I	I	I
0104		IAMPLIAR DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA	I	T	I
		IEST. DR. CAETANO M. DA ROCHA E ESC.	I	I	I
		IMUNIC. NOVA A. DO IVAI	I	I	I
0106		IAMPLIAR DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA	I	T	I
		IEST. VINICIUS DE MORAES E ESC. MUNIC.	I	I	I
		IARNALDO BUSATO	I	I	I
0107		ICONSTRUIR 01 ESCRITORIO MODELO NO	I	T	I
		ICOLEGIO EST. BARBOSA FERRAZ	I	I	I
0108		IAMPLIAR EM 03 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA RURAL	I	I	I
		ICACIQUE CRISPIN GUE-MON	I	I	I
0109		IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA RURAL POSTO	I	I	I
		IINDIGENA MOCOCA	I	I	I
0110		IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA RURAL	I	I	I
		ICOLONIA MACIEL	I	I	I
0111		IAMPLIAR EM 03 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA EST. CIDALIA R.	I	I	I
		IGOMES	I	I	I
0113		IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESC. MUNIC. LOURENCO	I	I	I
		IBUSATO	I	I	I
0115		IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA RURAL	I	I	I
		IMUNICIPAL BOM JESUS	I	I	I
0116		IAMPLIAR DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA	I	T	I
		IESTADUAL ALBERTO SANTOS DUMONT	I	I	I
0117		IAMPLIAR DEMAIS DEPENDENCIAS NO COLEGIO	I	T	I
		IEST. RIBEIRAO CLARO	I	I	I
0119		IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESC. MUNIC. CICERO	I	I	I
		IBITTENCOURT E COL. EST. JERONIMO F. M.	I	I	I
0122		IAMPLIAR EM 02 SALAS E DEMAIS	I	T	I
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA RURAL	I	I	I
		IMUNICIPAL BENEDITO DEODORICO	I	I	I

CANCELAMENTO
DAS OBRASA N E X O I X
ANEXO N.FL. 09
RS 1,00

CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	I	PROC
0125	I	IAMPLIAR DEMAIS DEPENDENCIAS NO COLEGIO	I	T	I	246.960	I	0965
		IESTADUAL DR. TULIO T. BELTRAO	I		I			I
0126	I	IAMPLIAR EM 01 SALA E DEMAIS	I	T	I	64.296	I	0966
		IDEPENDENCIAS A ESC. MUNIC. PEDRO	I		I			I
		ISIQUEIRA E ESCOLA ESTADUAL IZABEL	I		I			I
		ISIQUEIRA	I		I			I
0127	I	IAMPLIAR EM 01 SALA E DEMAIS	I	T	I	121.464	I	0965
		IDEPENDENCIAS A ESCOLA EST. PADRE	I		I			I
		ILADISLAU MAIBUK	I		I			I
0128	I	IAMPLIAR DEMAIS DEPENDENCIAS NO COLEGIO	I	T	I	210.852	I	0965
		IESTADUAL TANCREDO NEVES	I		I			I
0129	I	IAMPLIAR EM 03 SALAS E DEMAIS	I	T	I	266.208	I	0965
		IDEPENDENCIAS O COLEGIO ESTADUAL	I		I			I
		ICARLOS GOMES	I		I			I
0130	I	IAMPLIAR DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA	I	T	I	87.156	I	0965
		IEST. FRANCISCO INACIO DE OLIVEIRA	I		I			I
0131	I	IAMPLIAR DEMAIS DEPENDENCIAS NO COLEGIO	I	T	I	38.330	I	0965
		IESTADUAL VINICIUS DE MORAIS	I		I			I
T O T A L			I	T	I	10.357.826	I	
			I	O	I			OI

Ofícios:

O F Í C I O

Sob o n° CTL/SEEG/186/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei n°:

244/95: De autoria do Deputado Ricardo Chab que, declara de Utilidade Pública o Grupo Irmã Sheilla, com sede e foro no Município de Paranaíba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.181.
Anote-se - Arquite-se.

OFÍCIO N° 158/95

Curitiba, 07.10.95.

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de formalizar perante a Mesa Executiva e para todos os efeitos regimentais, que a partir desta data passo a integrar a representação parlamentar do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, neste Poder.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo a V. Exa. protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) JOEL COIMBRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inclusão na Ordem do Dia, com a maior brevidade possível, do Projeto de Resolução n° 16/95, por se encontrar o mesmo com o Regime de Urgência devidamente aprovado.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Resolução em apreço, encontra-se tramitando nesta Casa, já tendo pareceres das Comissões, e com Regime de Urgência aprovado, razões pelas quais, requeremos a sua inclusão na Ordem do Dia.

REQUERIMENTO N° 3179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a partir da presente data, não seja aceita pela Mesa Diretora desta Casa, Projetos de Resolução que visem criar ou emancipar municípios em nosso Estado, até regulamentação de nova Lei.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N° 3160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 361/95 para que seja encaminhado às Comissões específicas.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 3161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 407/91 para que seja encaminhado às Comissões específicas.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 3162

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 256/91 para que seja encaminhado às Comissões específicas.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 3163

Senhor Presidente.

Os Deputados da Comissão de Constituição e Justiça que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de Lei n°s 361/95, 256/91, 407/91 e 363/95.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(aa) NELSON JUSTUS, EMERSON NERONE, EDUARDO TREVISAN, VALDIR ROSSONI, TOTI COLAÇO, WALMOR TRENTINI, JOEL COIMBRA, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, JOSÉ TAVARES e GERALDO CARTÁRIO.

REQUERIMENTO N° 3164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 363/95 para que seja encaminhado às Comissões específicas.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 3172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada do Projeto de Resolução n° 034/95 de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, item 08 da Ordem do Dia de hoje, por duas Sessões.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 3139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento da discussão do Projeto de Lei n° 145/95 por três Sessões.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 3147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar aos familiares, extensivos à família Apaeana, pelo falecimento do Senhor Reynaldo Rehder Ferreira, ocorrido em data de 15/10/95 na Cidade de Maringá, deixando uma profunda lacuna na sociedade maringaense, principalmente na família Apaeana do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que seja dada ciência desta decisão à família do extinto e à APAE da Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

No dia 15 de outubro do corrente ano, faleceu na Cidade de Maringá, o Senhor Reynaldo Rehder Ferreira.

Pecuarista, membro de uma das mais tradicionais famílias maringaenses, membro do Conselho Deliberativo, vice-Presidente e por duas vezes Presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Maringá, o Senhor Reynaldo Rehder Ferreira, deixou viúva a Senhora Maria de Lourdes Rehder Ferreira e filhos Paula, Júlia, Renata e Reynaldo, gênros Antonio Carlos, Adilson, e deixando ainda cinco netos.

O falecimento do Senhor Reynaldo Rehder Ferreira, veio abrir enorme lacuna no seio da família apaeana de todo o Estado do Paraná, principalmente na de Maringá, onde o mesmo exercia a Presidência já por dois mandatos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade e a da família apaeana.

Que possamos nós, Senhor Presidente, neste momento de enorme tristeza e dor, manifestar nossa solidariedade e conforto aos familiares e amigos do Senhor Reynaldo Rehder Ferreira.

REQUERIMENTO N° 3149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con-

signado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Stella Braga Pereira, ocorrido nesta capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 77 anos de idade, faleceu, nesta Capital, a Senhora Stella Braga Pereira, que era viúva de José Ericksen Pereira.

A extinta era filha de Antonio Lacerda Braga e de Semiramis de Barros Braga, tradicional família paranaense.

Dona Stella deixou três filhos, sete netos e três bisnetos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Stella Braga Pereira.

O passamento da Senhora Stella veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades, dentre elas este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Dona Stella e o descanso não terão fim, desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Dona Stella Braga Pereira para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz, merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará sua serva Stella sob sua constante proteção, para que renovada pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Braga Pereira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 3156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a família Warmiling, com votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Dalmo Warmiling, do Município de Sal-

to do Lontra.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Senhor Dalmo Warmiling veio enlutar a família de Salto do Lontra. Marcou sua existência pelo desapego e luta pelas causas do município onde viveu.

Figura estimada, seu passamento enche de dor, além dos familiares, todos aqueles que tiveram a satisfação de com ele conviver.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Warmiling, endereçando a ela os votos de profundo pesar, rogando a Deus pelo conforto de todos.

REQUERIMENTO N° 3169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Gerson Carlos Marcondes, ocorrido no dia 22/10/95.

Pessoa com grande número de amigos, ligada à comunidade de Ponta Grossa, realizou vários trabalhos em benefício da mesma.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Londrina, 577, Bairro Santo Antônio, na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Osires Vargas Blanc, ocorrido em 21/10/95.

Pessoa com grande número de amigos, ligada à comunidade de Ponta Grossa, realizou vários trabalhos em benefício da mesma.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Ricardo Wagner, 433, Olarias, na Cidade de Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3151

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de congratulações e muito

aplauso ao casal Cacilda de Braga e Zenon Ozei Pech, que completou 51 anos de feliz união conjugal, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3152

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de congratulações e muito aplauso ao casal Sebastiana e Nicodemos da Silva, que completou 53 anos de feliz união conjugal, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3153

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de congratulações e muito aplauso ao casal Niva do Rocio e Mário Behnke, que completou 37 anos de feliz união conjugal, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes

anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Pien, pelo transcurso de mais um aniversário de sua Emancipação Política dia 01/11/95.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal Ney José Ciupka, ao vice-Prefeito, Senhor Manoel Valdir Taborda, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população do Município de Pien.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na significativa data de 01/11/95, o Município de Pien estará comemorando mais um aniversário de sua Emancipação Política. E é nesta data que homenageamos toda a população que é credora de nosso respeito e admiração pelo trabalho diuturno em prol do desenvolvimento cada vez maior do município.

A história de Pien é uma história de trabalho, dedicação e luta sempre renovada pela fibra de seu povo, com a colaboração de seus administradores de todos os tempos.

Portanto, é com muito orgulho que todos irão comemorar festivamente a data magna do município - 1° de novembro.

Com todo o respeito que a população de Pien é merecedora, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão e reconhecimento na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança colaborando para o crescente progresso do seu município.

REQUERIMENTO N° 3176

Senhor Presidente.

Considerando que no próximo dia 26 será inaugurado em Curitiba, no Parque Tin-

güi, o "Memorial da Imigração Ucraniana", solenidade que contará com a presença do Presidente da Ucrânia, Senhor Leonid Kutchma; que se trata de uma homenagem do Paraná à comunidade ucraniana no Brasil que comemora o centenário de sua imigração e que hoje é representada por cerca de 400 mil pessoas e, deste total, 90% vive neste Estado, em sua maioria dedicando-se à agricultura, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações com a comunidade ucraniana com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pela construção e inauguração do "Memorial da Imigração Ucraniana".

É ainda de se ressaltar a valiosa contribuição dessa valorosa comunidade à sociedade paranaense e brasileira, perfeitamente integrada nas estruturas da sociedade, sem prejuízo algum à sua identidade cultural, preservando seu estilo próprio de vida, seus costumes e tradições, notadamente a língua materna. O Memorial construído contém cinco elementos básicos voltados aos costumes e tradições ucranianas: uma capela, uma casa típica, um capnário, um portal e um palco ao ar livre.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à Sociedade União Agrícola Ucraniana, Dr. Julio Storoz, à Fundação da União Ucraniana do Brasil e Fundação do Grupo Folclórico Ucraniano de Curitiba (Rua Augusto Sttelfeldt, 7959) e ao Senhor Prefeito Rafael Greca de Macedo, Prefeito de Curitiba.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3145

Senhor Presidente.

Na forma do que prescreve o Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação e ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando aos mesmos gestões no intuito de incluir, no conteúdo programático do currículo das escolas da rede de ensino público estadual, o tema de prevenção contra o tabagismo.

É indiscutível o papel dos educadores em relação a esse problema que aflige a sociedade. São constantes as ações no sentido da conscientização dos cidadãos a respeito das nefastas conseqüências desse vício. Contudo, ações mais enérgicas devem ser envidadas e a prevenção junto aos estudantes deve ser criteriosamente ampliada.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 3146

Senhor Presidente.

Consoante o que prescreve a Constituição Estadual e o Regimento Interno desta Casa, o Deputado adiante nominado, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Jaime Lerner, bem como ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando que os mesmos informem se os recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, estão sendo enviados para o Município de Maringá dentro dos cronogramas específicos.

Cabe ressaltar que diversas empreiteiras estão demitindo funcionários e paralisando obras no município de Maringá, alegando a falta de repasse dos recursos do PEDU, motivo pelo qual essas informações se destinam a esclarecimento público.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 3166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado Ofício ao Exmo. Sr. Dr. Cândido Martins de Oliveira solicitando urgentes providências no sentido de que sejam procedidos reparos e adequação do prédio da delegacia policial do município de Altonia.

Requer ainda, da mesma forma, sejam destinados recursos para construção de muros no terreno da Delegacia, construção de abrigos para veículos policiais e veículos apreendidos e maior área de circulação de presos.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 3168

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado solicitação oficial ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes encarecendo a realização de estudos objetivando viabilizar recursos para as obras de pavimentação asfáltica da estrada municipal que liga a sede do município de Altonia a localidade denominada Vila Yara, numa extensão aproximada de 16 Km.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

É de fundamental importância a pavimentação dessa estrada face aos inúmeros benefícios que trará para a Comunidade de Altonia, tendo em vista que atingirá nada menos que 530 propriedades rurais, pequenas e médias, localizadas nas Estradas Municipais Circular, São Tomé, Porteira, Ra-

malho, Paiva, Paineira, Pontal, Pipoca, Rancho Velho, Moringa, Jacaré, Lagoa, Jaboti, e Bica, a maior área agrícola e pecuarista do município.

Beneficiará ainda, 4 portos de areia, que de uma produção diária de 500 caminhões poderá alcançar 1.500 caminhões diários; uma cerâmica que atualmente produz 400 mil peças mensais e que, com a nova estrada poderá atingir uma produção de 1.550.000 peças, gerando mais empregos e conseqüente aumento de arrecadação de impostos.

Destaque-se ainda, que a concretização dessa obra será um grande estímulo para o desenvolvimento do potencial turístico da região, face a existência da Ilha Grande no Rio Paraná e a Lagoa Xambrê, duas grandes obras da natureza.

REQUERIMENTO N° 3141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER, o envio de expediente ao Ex-mo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes - Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de se proceder a execução de asfaltamento através do "Programa Caminhos do Saber" no Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Prefeitura Municipal de Araruna, que solicita a execução dos serviços de asfaltamento através do Programa "Caminhos do Saber" no trecho: Distrito de São Vicente - Bairro Nova Era (São Geraldo) - BR-487 (Estrada Boiadeira), com aproximadamente 15 (quinze) quilômetros.

Este trecho de estrada, tem acentuado fluxo de trânsito dando acesso a grande número de pequenas propriedades rurais além de servir ao transporte escolar, deslocando um grande número de alunos.

Mais do que justo, o presente pleito trará com certeza maior segurança e condições para todos aqueles usuários.

REQUERIMENTO N° 3142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis no sentido de se proceder a execução de asfaltamento através do Projeto "Caminhos do Saber" no Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Prefeitura Municipal de Araruna, que réquer a execução dos serviços de asfaltamento através do Programa "Caminhos do Saber" o seguinte trecho:

- Estrada São Vicente à BR-272 (liga Campo Mourão a Goioerê), numa extensão aproximada de 06 km.

Essa estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando o asfaltamento, possui um fluxo de trânsito que os mesmos muitas vezes são prejudicados pelo mau tempo, pois a estrada fica intransitável, daí a premente necessidade de sua adequação.

REQUERIMENTO N° 3143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção das medidas cabíveis e indispensáveis no sentido de se proceder a execução de asfaltamento através do Programa "Caminhos do Saber" no Distrito de Paranaguá, Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Município de Boa Esperança, que requer, a execução dos serviços de asfaltamento através do Programa "Caminhos do Saber" no seguinte trecho:

- Estrada que liga Paranaguá a Boa Esperança, numa extensão de aproximadamente 10 km.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando o asfaltamento, possui um fluxo de trânsito que demanda 200 alunos da Zona rural para as escolas, os mesmos muitas vezes são prejudicados pelo mau tempo pois a estrada fica intransitável, daí a premente necessidade de sua adequação.

REQUERIMENTO N° 3144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção das medidas cabíveis e indispensáveis no sentido de se proceder a execução de asfaltamento através do Programa "Caminhos do Saber" da Estrada Campo Mourão - Barreiro das Frutas, com aproximadamente

17 km, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Município de Campo Mourão, que requer a execução dos serviços de asfaltamento através do Programa "Caminhos do Saber" trecho que liga Estrada de Campo Mourão a Barreiro das Frutas, com aproximadamente 17 km.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção visando o asfaltamento, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número de alunos as escolas além do escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação, para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO N° 3148

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições (art. 132, do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente, ao Senhor Euclides Bogoni (Av. Paraná, 1100, Caixa Postal 116, Paranavaí - PR, CEP: 87705-140), Diretor e Editor do Jornal "Diário do Noroeste", contendo votos de congratulações pelo 40° ano de existência deste periódico.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

No ano de 1955, o "Diário do Noroeste", nasceu com a denominação de "O Noroeste", com tiragem quinzenal. Desde a sua primeira edição, demonstrava a defesa dos interesses da Região Noroeste.

Dois anos depois, foram adquiridos novos equipamentos permitindo a edição semanalmente. Posteriormente, o jornal passou a ser editado tri-semanalmente, até que em 1959, passou a ter edição diária.

Em 1960, ganhou nova denominação "Diário do Noroeste", permanecendo inalterada até hoje.

No início era composto tipograficamente (letra por letra). Em 1975, o Jornal passou a utilizar a montagem em off-set, com grande avanço para a época. Neste mesmo ano, o Jornal foi vítima de um incêndio que destruiu todas as instalações, obrigando a sua impressão ser realizada em Maringá, por um período de seis meses.

Sempre este periódico procurou modernizar-se, atualmente utiliza as mais modernas máquinas semelhantes às dos Jornais de grande porte.

As dificuldades porque passou o "Diário do Noroeste", foram inúmeras, mas a determinação de seu fundador, Euclides Bogoni, soube transpor estes obstáculos, aprimorando cada vez mais a empresa na

busca da aceitação plena do periódico.

A imparcialidade, a seriedade, o respeito, a justiça, a honestidade e a perseverança são as características principais que este jornal tem demonstrado nestes seus 40 anos de existência.

É ele, o órgão oficial de comunicação da Região Noroeste, abrangendo 29 municípios.

Permanece até hoje, desde a sua fundação, o compromisso de manter a população de Paranavaí e região informada dos principais fatos que ocorrem no Município, Estado e País.

Ao "Diário do Noroeste", através de seu editor, redatores e funcionários, apresentamos nossos votos de congratulações pelo seu 40° aniversário.

REQUERIMENTO N° 3150

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de analisar o pedido feito pelos moradores do Alto Boqueirão, os quais solicitam que seja implantado o 2° grau, na Escola Estadual Roberto Langer, localizada na Rua Pastor Antonio Pólito, s/n°, Alto Boqueirão. Tendo em vista que só funciona o 1° grau, o atendimento desse pedido, será um grande benefício para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente a família Daleffe, com votos de profundo pesar pelo falecimento da jovem Edna Mara Daleffe, do município de Salto do Lontra.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A extinta jovem, pertencia a tradicional família de Salto do Lontra. Seu passamento irreparável veio abrir lacuna no seio da família e amigos.

O tempo jamais poderá apagar de nosso coração, a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Por intermédio deste Deputado, a Assembleia Legislativa do Paraná, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Daleffe, endereçando a ela, os votos de profundo pesar, rogando a Deus pelo conforto de todos.

REQUERIMENTO N° 3167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná - Dr. Jaime Lerner, no sentido de que, de acordo com estudos a serem desenvolvidos, avalie a real possibilidade de se firmar convênios de Cooperação Técnica e Financeira entre o Estado, através da Secretaria da Agricultura e Banco do Estado e o Município, objetivando a implantação de um Programa de Incentivo do Plantio de Café no município de Altonia, acolhendo assim, manifestação dos cafeicultores na sua constante e real preocupação sobre os rumos a serem seguidos quanto ao plantio de café em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

As terras de Altonia, cidade que já foi considerada a "Rainha do Café", sempre foram adequadas para o plantio de café, planta social que sempre trouxe consigo a fixação do trabalhador no campo.

A existência de 530 propriedades rurais, pequenas e médias, garantem um plantio de 3 milhões de mudas, o que significa a retomada do desenvolvimento e o combate pelos nossos próprios meios, à recessão e ao desemprego.

Em termos de agricultura, não existe nenhuma outra cultura que se compare aos níveis de produtividade do café. Por essa razão, a viabilização de um programa de apoio e incentivo ao plantio do café nos dará a certeza de que a "fase dos milagres da terra fecunda" não terminou.

A terra que nos deu tanto, pode caminhar para um novo estágio de êxitos, pela capacidade realizadora de nosso Governo e de nosso Povo.

REQUERIMENTO N° 3154

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de matéria vinculada no Jornal Gazeta do Povo, do dia 22 de outubro de 1995, página 51, sob o título Investir no Paraná: mentiras de um estado hospitaleiro, de autoria do empresário Adolpho Vilanova.

Que seja enviado cópia do presente ao autor da matéria e Editor Chefe do Jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Tem sido grandes as disputas pelos governadores em sediar nos seus respectivos estados algumas indústrias multinacionais de grande porte, como foi o caso da Volkswagen, onde o Paraná candidatou-se e acabou perdendo para o Rio de Janeiro. De outro lado pequenos e médios empresários encontram sérias barreiras para sediarem-se no Paraná.

A matéria que ora solicitamos a transcrição nos anais desta Casa de Leis, deve ser motivo de debates e tomada de posições, pelo Poder Legislativo e especialmente do Executivo. Segundo o que afirma o empresário Adolpho Vilanova, o Banco Regional do Extremo Sul - BRDE e o Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, estão estabelecendo diversos obstáculos para pequenos e médios empresários que desejam investir no Paraná, inclui-se também algumas Prefeituras Municipais e a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio.

Nas diversas demonstrações estatísticas, o ponto em destaque de interesse da população tem sido o emprego, de outro lado o desemprego em Curitiba e Região Metropolitana chega a 110 mil desempregados, inadmissível portanto aceitar pacificamente a manifestação de um empresário que tenta investir no Paraná e não consegue sensibilidade das autoridades do setor, chegando ao ponto de transmitir sua indignação na imprensa. É oportuna esta manifestação, para abrimos o debate com seriedade e profundidade que o tema merece.

REQUERIMENTO N° 3180

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a transcrição nos Anais desta Casa, do discurso proferido junto ao Monumento da Paz em Curitiba, por ocasião da solenidade em comemoração ao Dia das Nações Unidas no ano do Cinquentenário da Organização das Nações Unidas.

Requer ainda, a inserção na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de "Votos de Congratulações" com a Associação Batalhão de Suez, pelo transcurso do "Dia das Nações Unidas", nesta data.

A Organização das Nações Unidas - ONU, tem se constituído, nesses cinquenta anos, o órgão de negociação a nível global para a solução de toda ordem de conflitos. E não só de natureza militar, como econômica, social e ambiental. Merece ela o apoio dos Poderes constituídos e, a oração, que ora se requer a transcrição nos anais, diz bem o que representa a ONU no contexto das Nações.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado

conhecimento à diretoria da Associação Batalhão de Suez, Regional Paraná, que congrega os valerosos boinas azuis, ex-integrantes da Força de Emergência do Organização das Nações Unidas (Rua Andre de Barros, 216), e ao Senhor General Comandante da 5ª Região Militar.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 447/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Hospital Osvaldo Cruz, com sede e foro no município de Teixeira Soares, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Osvaldo Cruz é uma entidade que tem por finalidade prestar assistência médica e cirúrgica a todos os que procuram, independente das condições sociais e econômicas.

É uma entidade essencialmente assistencial pois não visa lucros, sendo toda sua renda empregada em melhorias e despesas do próprio hospital. O trabalho desenvolvido é de imensa importância social, portanto, nada mais justo que seja reconhecido de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 448/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Renascer, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.95

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Renascer é uma entidade que busca viabilizar a assistência a indivíduos com necessidade terapêutica e educacionais especiais. Busca com isto a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e suas organizações familiares.

Seu caráter é essencialmente social, sua finalidade não é política, nem lucrativa, portanto, nada mais justo seja

declarada de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 449/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica instituída a Política Estadual de Habitação com os objetivos de:

I - articular, compatibilizar e apoiar a atuação dos órgãos e entidades que desempenhem funções na área habitacional;

II - facilitar e promover o acesso à habitação para a população de baixa renda, implementando, inclusive, política de subsídios.

Art. 2° - A estruturação, organização e atuação da Política Habitacional deverá observar as seguintes diretrizes:

I - prioridade para programas e projetos habitacionais que contemplem a melhoria da qualidade de vida da população de menor renda;

II - democratização e transparência de procedimentos e processos decisórios como forma de permitir o acompanhamento, pela sociedade, de sua ação;

III - economia de meios, racionalização de recursos e auto-sustentação econômico-financeira;

IV - regras estáveis, simples e concisas;

V - adoção de mecanismos adequados de acompanhamentos e controle do desempenho dos programas habitacionais;

VI - emprego de formas alternativas de produção e acesso à moradia;

VII - integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento e nos demais serviços urbanos;

Art. 3° - Para efeito desta, considere-se habitação de interesse social:

I - programas habitacionais destinados ao segmento da população cuja renda familiar não ultrapasse a 08 (oito) vezes o salário mínimo vigente no País;

II - programas habitacionais definidos por: construção de moradias; execução de lotes urbanizados dotados de infra-estrutura; urbanização de favelas; parcelamento de glebas; aquisição de materiais de construção, reformas e recuperação de unidades habitacionais; aquisição de moradia através de consórcio; regularização fundiária; habitação rural; intervenção em habitações coletivas; recuperação de áreas degradadas para uso habitacional.

Art. 4° - A execução da Política Estadual de Habitação será de responsabilidade do órgão Estadual na área de habitação - COHAPAR, (ou órgão do poder executivo a ser criado), integrada as políticas muni-

cipais da habitação mediante a formalização de convênios.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Art. 5º - Fica criado o Conselho Estadual de Habitação, órgão superior, deliberativo, consultivo e fiscalizador, vinculado ao órgão estadual de habitação.

Art. 6º - Ao Conselho Estadual de Habitação compete:

I - aprovar as diretrizes, estratégias e instrumentos, bem como fixar prioridades para o cumprimento da Política Estadual de Habitação;

II - analisar, propor e aprovar programas de alocação de recursos do Fundo Estadual de Habitação na área de habitação, em consonância com a Política Estadual de Habitação, assim como acompanhar e fiscalizar a gestão desses recursos de acordo com o resultado e desempenho das aplicações realizadas;

III - acompanhar e avaliar previamente todos os projetos habitacionais a serem implantados, bem como fiscalizar o processo de execução dos empreendimentos realizados e em andamento, cabendo-lhe inclusive, propor ao agente promotor e financeiro a suspensão de recursos, caso haja constatação de irregularidades ou o descumprimento dos princípios e normas estabelecidos pela Política Estadual de Habitação;

IV - avaliar e redirecionar, alterar ou modificar as diretrizes ou condução da política habitacional, de acordo com as recomendações e pareceres fundamentados pelo órgão estadual na área de habitação;

V - estabelecer a política de subsídios e determinar critérios para retornos de parcela de investimentos, fixando condições para repasse de recursos e financiamentos não contemplados por esta lei;

VI - estabelecer critérios para distribuição e aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Habitação para os municípios, além de aprovar programas anuais e plurianuais de investimentos a serem apresentados pelos órgãos municipais da área de habitação aprovados pelos Conselhos Municipais de Habitação para a utilização desses recursos;

VII - constituir assessoria através de grupos técnicos, comissões especiais temporários ou permanentes, quando julgar necessário, estando facultado o requisito de funcionários da administração estadual;

VIII - elaborar seu regimento interno e submetê-lo a aprovação dos membros do Conselho Estadual de Habitação para sua regulamentação através de decreto.

Art. 07 - Cabe ainda ao Conselho Estadual de Habitação articulações quanto ao

estabelecimento das diretrizes a Política Estadual de Habitação como:

I - Fixar os parâmetros e condições para garantir a qualidade mínima da moradia e padrão construtivo mínimo, com metragem útil de 44 m² no mínimo.

II - estabelecer a planilha de custo para a construção de unidades e conjuntos habitacionais, fixando o valor máximo a ser pago aos agentes promotores conforme a peculiaridade de cada programa ou região;

III - fixar critérios para admissão de agentes promotores e candidatos a financiamento;

IV - fixar critérios de prioridades para atendimento da demanda habitacional para aqueles municípios que apresentarem o maior índice no déficit habitacional e o maior custo de mercado na locação de imóveis;

V - priorizar projetos que compatibilizem a relação - redução final dos custos da moradia; diversidade dos projetos arquitetônicos; melhor padrão construtivo; maior área construída; atendimento às necessidades individuais das famílias; proximidade com o centro urbano; infra-estrutura básica (contrapartida da prefeitura); serviços coletivos essenciais;

VI - serão beneficiadas e atendidas as famílias que ainda não tenham sido contempladas com financiamento habitacional; desta forma será realizado e mantido pelo órgão estadual da área de habitação cadastro de controle com base em relatórios e informações mensais a serem obrigatoriamente enviados a este órgão pelos agentes promotores e financeiros; objetivando expedir certidão comprobatória quanto ao atendimento do beneficiário, positiva ou negativamente; o referido cadastro incluirá todas as pessoas que já tiveram ou têm acesso como beneficiárias dos programas habitacionais;

§ 1º - constitui-se obrigatoriamente a exigência da certidão comprobatória para todos os agentes promotores de habitação popular a que se refere ao caput deste parágrafo;

§ 2º - os agentes promotores que deixem de atender a obrigação de prestar informações ao cadastro do órgão estadual na área de habitação terão suspensos os repasses de recursos para a realização de novos projetos habitacionais; no cumprimento de tal obrigação deixará de vigorar o referido efeito suspensivo;

§ 3º - realizar, através do órgão estadual da área de habitação cadastro prévio das empresas loteadoras, loteamentos autônomos, construtoras e incorporadas que pretendam atender à população de baixa renda do Estado, informando o número de lotes e sua área individual produzidos infra-estrutura disponível e unidades habi-

tacionais com as respectivas áreas unitárias; estas informações serão requisitos para a obtenção de certidão comprobatória que autoriza a aprovação do loteamento de averbação do mesmo junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

VII - para o cumprimento das funções do Conselho Estadual de Habitação será garantido o acesso às informações da movimentação mensal dos recursos disponíveis e as previsões de arrecadação e aplicação, de modo a lhe permitir reavaliar sistematicamente os programas e projetos habitacionais promovidos pelos agentes promotores e financeiros, bem como orientar a distribuição de recursos, quando for o caso.

Art. 08 - O Conselho Estadual de Habitação será presidido pelo titular da Pasta Estadual da Área de Habitação e será constituído pelos seguintes membros:

I - Secretário Estadual da Área de Habitação ou Presidente do Órgão Estadual da Área de Habitação;

II - 01 (um) representante do Ministério Público Estadual;

III - 01 (um) representante da Associação Paranaense dos Municípios;

IV - 03 (três) representantes do Governo Estadual na área de habitação ou áreas correlatas;

V - 03 (três) representantes do Movimento Popular vinculados à luta pelo acesso à moradia;

VI - 01 (um) representante do Movimento de Defesa dos Mutuários;

VII - 02 (dois) representantes das Centrais Sindicais de Trabalhadores.

§ 01 - Os membros do Conselho Estadual de Habitação e seus respectivos suplentes, serão nomeados pelo Governador do Estado, após indicação de seus respectivos fóruns, num prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta lei:

§ 02 - O mandato dos membros do Conselho Estadual de Habitação será de dois anos, podendo ser reconduzido, de imediato, uma única vez;

§ 03 - O exercício das funções dos membros do Conselho Estadual de Habitação não será remunerado, sendo porém, considerado como de serviço público relevante.

Art. 09 - O Conselho Estadual de Habitação reunir-se-á, ordinariamente, a cada 30 (trinta) dias, e extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou por 1/3 (um terço) de seus membros.

I - As matérias aprovadas em plenário passarão a constituir subsídios para elaboração da Política Estadual de Habitação.

CAPÍTULO III DO FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Art. 10 - Fica instituído um fundo especial de natureza contábil denominado Fundo Estadual de Habitação, administrado pelo Órgão Estadual da Área de Habitação depositado no Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, com os seguintes objetivos:

I - centralizar os recursos destinados às atividades habitacionais de interesse social no Estado;

II - custear a produção de unidades habitacionais, de lotes urbanizados, aquisição de materiais de construção e estimular a utilização de processos alternativos para a melhoria e barateamento da produção das unidades habitacionais;

III - estabelecer uma política de subsídios.

Art. 11 - Constituirão recursos do Fundo Estadual de Habitação:

I - dotação orçamentária estadual prevista no plano plurianual, através da alíquota de 2% (dois por cento) do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);

II - recursos captados de entidades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação, do Fundo de Desenvolvimento Social e congêneres;

III - prestação e retornos decorrentes de empréstimos, financiamentos, convênios e outros contratos, conforme política financeira de subsídios do Fundo Estadual de Habitação;

IV - contribuições, doações e convênios de financiamento de organismos internacionais de cooperação;

V - rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

VI - contribuições e doações de pessoas jurídicas de direito público e privado;

VII - rendas provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VIII - quaisquer outras rendas eventuais.

Parágrafo Único - Os recursos previstos neste artigo, para sua aplicação, respeitarão os princípios e normas definidores das diretrizes da Política Estadual de Habitação aprovados pelo Conselho Estadual de Habitação.

CAPÍTULO IV DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Art. 12 - Todas as aplicações dos recursos do Fundo Estadual de Habitação terão por objeto fundamentalmente, o acesso à habitação, observados os seguintes critérios:

I - 70% (setenta por cento) no mínimo dos recursos serão atribuídos aos pretendentes com renda de até 05 (cinco) salários mínimos;

II - os recursos remanescentes serão atribuídos aos candidatos com renda de 05 (cinco) até 08 (oito) vezes o salário mínimo vigente no País;

III - O Conselho Estadual de Habitação fixará para cada município do Estado de acordo com os dados das necessidades habitacionais e programas por ele apresentados, os percentuais mínimos de aplicação de recursos por faixa de renda familiar;

IV - Os recursos de que trata este artigo serão direcionados a programas e projetos habitacionais que tenham como agentes promotores prioritariamente ao órgão estadual da área de habitação; aos órgãos municipais da área de habitação (COHABs, secretarias, departamentos, diretorias, cooperativas habitacionais vinculadas às organizações comunitárias, associações de moradores, associações de pequenos produtores rurais, sindicatos de trabalhadores, cadastrados no Conselho Estadual de Habitação.

Art. 13 - Aos municípios que constituírem seu Conselho Municipal de Habitação e Fundo Municipal de Habitação que forneçam contrapartida aos recursos fornecidos pelo Fundo Estadual de habitação e viabilizem programas e projetos habitacionais executados diretamente pelo órgão municipal da área de habitação em consonância com diretrizes da política estadual de habitação, será dada prioridade de acesso aos recursos de que trata esta lei.

Art. 14 - Da política de subsídios os critérios estabelecidos para aplicação dos recursos são os seguintes:

I - assegurar que os investimentos realizados tenham retorno ao Fundo Estadual de Habitação;

II - a proporcionalidade entre a renda e o subsídio;

III - o subsídio seja concedido à família;

IV - a diminuição dos custos finais da moradia repassados ao valor dos financiamentos e às prestações do mutuário como custos de obras, encargo financeiros, taxas, emolumentos, seguro e outros;

V - em caso de desemprego involuntário ou de comprovação de não possuir renda mínima para sua subsistência, os beneficiários desta lei e os atuais mutuários do sistema financeiro vinculados ao órgão estadual da área de habitação, poderão requerer a suspensão do pagamento das prestações por um prazo de 06 (seis) meses, a cada período de 36 (trinta e seis) meses, ficando as parcelas suspensas automaticamente transferidas para o saldo devedor.

Art. 15 - O Conselho Estadual de Habitação deverá ser instalado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da publicação desta lei.

Art. 16 - Fica autorizado o Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da inclusão dos recursos no plano plurianual, a dotar de recursos orçamentários o Fundo Estadual de Habitação.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(aa) DOUTOR ROSINHA

EMERSON NERONE

PÉRICLES DE MELLO

ÂNGELO VANHONI

IRINEU COLOMBO

LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de projeto de lei que visa dar cumprimento ao estabelecimento na Constituição Federal, em seu art. 23, inciso IX, do qual o Art. 12, inciso IX da Constituição Estadual é cópia.

Institui o "Fundo Estadual de Habitação" e fixa diretrizes na política habitacional do Estado. Esta instituição é constitucional, uma vez que a Constituição do Estado do Paraná ressalva em seu art. 135, inciso IV, a vedação sobre vinculação de receita, repartição de arrecadação de impostos a órgão, fundo ou despesa, "salvo as previstas no plano plurianual, a repartição do produto da arrecadação dos impostos do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias".

Neste sentido, nada existe que impeça sua tramitação no que concerne ao seu aspecto constitucional. Ademais, a competência para dispor sobre a matéria, segundo o Art. 53, inciso XVI da Constituição Federal, é comum.

O processo de urbanização no Brasil foi extremamente rápido e violento, especialmente na década de 70, em razão de políticas de desenvolvimento e modernização da agricultura com o incentivo ao plantio extensivo e altamente mecanizado de grãos para exportação e de pastagens, em substituição às culturas mais tradicionais e de menor porte, fazendo surgir a agro-indústria. Como consequência, desapareceram pequenas propriedades rurais, aumentando o êxodo rural para as regiões urbanas. Somente no Paraná, entre as décadas de 70 e 80, desapareceram cerca de 105.000 (cento e cinco mil) pequenas propriedades rurais, e em contrapartida com os milhares de migrantes se dirigindo para as cidades-pólo do Estado, aumentou o já alto nível de desemprego, de desnutrição, de violência e

as precárias condições de habitação.

Regiões como Londrina, Maringá, Cascavel e Paranaguá se constituem em pólos de adensamento populacional acima da média nacional de 1,89 ao ano. Situação de destaque é a Região Metropolitana de Curitiba que comporta hoje 47,47% (quarenta e sete vírgula quarenta e sete por cento) da população do Estado.

Destaca-se, portanto, a partir do censo de 1991 (o último oficial) o esvaziamento da maioria dos municípios, sendo que 57% (cinquenta e sete por cento) deles apresentaram taxa de crescimento negativo entre -0,01% (menos um décimo por cento) a -6,9% (menos seis vírgula nove por cento). A estimativa do déficit habitacional, portanto, segundo dados oficiais é cerca de 800.000 (oitocentos mil) moradias e em Curitiba, próximo a 80.000 (oitenta mil). Só a COHAB de Curitiba tem em fila de espera 41.521 (quarenta e um mil, quinhentos e vinte e uma) famílias, sendo que 55,74% (cinquenta e cinco vírgula setenta e quatro por cento) destas possuíam renda mensal inferior a 03 (três) salários mínimos. Este dado nos remete ao cálculo de que a COHAB precisaria produzir 260.000 (duzentos e sessenta mil) habitações para Curitiba e Região Metropolitana.

A justificativa, segundo informações do governo estadual paranaense, é de que Curitiba, de 1970 a 1991, Curitiba cresceu 112% (cento e doze por cento), ao passo que a oferta de habitação popular aumentou em apenas 65% (sessenta e cinco por cento). O índice de crescimento de áreas de sub-habitação na Capital que em 1971 era de 21 (vinte e uma) áreas, em 1993 este número cresceu para 179 (cento e setenta e nove) áreas. O índice de crescimento, portanto, foi de 1.110,62% (um mil cento e dez, vírgula sessenta e dois por cento). Segundo dados do IPARDES, em 1995, dos 370 (trezentos e setenta) municípios existentes no Paraná, 235 (duzentos e trinta e cinco) se enquadram na qualificação sobre habitação "em condições muito críticas" ou "críticas". Isto remonta um quadro bastante caótico, sendo que no Estado 63,5% (sessenta e três vírgula cinco por cento) dos municípios, e por consequência sua população, vivem dias de muito sofrimento, sem a perspectiva definitiva de poder ter sua própria habitação. A situação é tão grave que tomamos como exemplo Curitiba, em que 20% (vinte por cento) de sua população vive em áreas de ocupação não regularizadas.

Para tanto, se vê a urgente necessidade de um amplo debate na sociedade paranaense, com os setores envolvidos, para que se tomem medidas concretas, aliviando assim o temor e o clima de insegurança vivida por uma parcela significativa dos ci-

dadãos paranaenses.

O acesso à moradia encontra-se entre os principais problemas sociais enfrentados pela sociedade humana. A situação atinge tamanha proporção que a ONU convocou a Segunda Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos. O Encontro Paranaense para o Habitat II mostrou que o Paraná, é principalmente, a Região Metropolitana estão inseridos neste contexto internacional.

Logo, bastante oportuna a instituição do "Fundo Estadual de habitação", que visa, objetivamente, garantir mecanismos permanentes para o financiamento de habitações populares em âmbito estadual, via garantias de investimentos no setor de moradia popular a fim de beneficiar às populações mais carentes do Paraná, que têm sido, sistematicamente, vítimas da falta de uma política nacional de habitação.

PROJETO DE LEI N° 450/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Cria o Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré, conforme divisas e confrontações abaixo descritas:

"Começa no marco das divisas dos Município de Almirante Tamandaré, Curitiba e Campo Largo. Segue pela margem direita do Rio Ouro Fino até encontrar o Rio Capivara no Município de Campo Largo. Segue pela margem direita do Rio Capivara até a foz do Rio Betara, e segue por este até encontrar a foz do Rio Pocinho, com a Estrada Capivara dos Ferreiras, no Município de Itaperuçu. Da foz do Rio Pocinho com a Estrada Capivara dos Ferreiras, segue pela referida estrada até o Rio Ilhéus. Do Rio Ilhéus, segue pela Estrada da Barra de Santa Rita até o Rio Barra de Santa Rita. Do Rio Barra de Santa Rita, segue pela Estrada do Campo Novo até encontrar o Rio Juquiri. Segue pela margem esquerda do Rio Juquiri no Município de Almirante Tamandaré, até o encontro com o rio Passaúna segue pela margem direita do Rio Passaúna até encontrar o marco das divisas dos Municípios de Almirante Tamandaré, Curitiba e Campo Largo, ponto inicial e final".

Art. 2° - O perímetro urbano do Município terá as seguintes divisas:

"Principia no marco colocado à margem direita da Estrada Curitiba - Porto Alvorada, n°. Km 21 mais 784,00 metros, daí em reta de rumo verdadeiro, a 34°35' SO, medindo 294,00 metros alcança um marco: deste marco, em reta de rumo verdadeiro 53°21' NO, alcança outro marco, colocado na Estrada Principal na distância de 132,50 metros, confrontando com terras

ocupadas por José Favoreto, daí, segue pela estrada no sentido sudoeste até a encruzilhada com Estrada da Rondinha, pela qual segue no sentido sudoeste, até encontrar o marco colocado no barranco esquerdo da mesma estrada; daí em rumo 23°32' NO, segue em reta medindo 100,00 metros, encontrando uma estrada vicinal, segue por esta até encontrar o marco colocado a 12,00 metros da encruzilhada com a Estrada Curitiba - Porto Alvorada; desce em reta ao rumo 39,40' NE e distância de 426,00 metros, ao marco posto sobre uma lomba segue por este através do Córrego Rio Verde; sobre uma pequena lomba até um marco cravado sobre esta; deste marco em reta 34°39' SO e distância de 252,00 metros ao marco ponto de partida da presente descrição".

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE LEI N° 451/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Cria o Município de Arapuã, desmembrado do Município de Ivaiporã, conforme divisas e confrontações abaixo descritas:

"Começa no rio Corumbataí sob a ponte na estrada municipal que liga Ivaiporã/Bentivi/Poema, que segue pela referida estrada, na divisa com o Município de Jardim Alegre até encontrar a margem direita do Rio da Bulha, sobe por este, na divisa com o Município de Ivaiporã até encontrar a linha seca de rumo verdadeiro 80°05' NE (medindo 10.150,00 metros), segue por esta na divisa do Município de Manoel Ribas até encontrar o Rio Corumbataí, segue pela margem direita do Rio Corumbataí, na divisa com o Município de Nova Tebas, até encontrar a ponte na estrada que liga Ivaiporã/Bentivi/Poema, ponto inicial e final".

Art. 2° - O perímetro urbano do Município terá as seguintes divisas:

"Inicia no encontro da rua Londrina com a Rua Apucarana, por esta até a Rua Café Filho, desta até a rua Piracicaba, desta até a divisa do lote 8 rural com a quadra 9, por esta até a divisa da quadra 7 com o lote rural 8, por esta até o Arroio da Estiva, sobe por este até a divisa do lote 120 com o lote 119, desta até a estrada para Romeópolis, por esta até a divisa da quadra 5 e lote rural 43, por esta até a divisa da quadra 4 com o lote rural 43, por esta até a Rua Araruva, des-

ta até a Rua Mauá, por esta até a divisa da quadra 03 e lote 42, por esta até a Rua Tiradentes, por esta até a Rua Guarapuava, por esta até a divisa da quadra 3 e lote 63 A, por esta até a divisa da quadra 4 e lote rural 63 A, desta até a Rua Londrina, segue por esta até o ponto inicial e final".

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE LEI N° 452/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado, o Poder Executivo, a estabelecer convênio com os Municípios, a fim de criar um FUNDO ESPECIAL, destinado a auxiliar os estudantes do 3° Grau.

Art. 2° - Os beneficiados pelo Fundo Especial, após formados, a título de reembolso, prestarão serviços à comunidade que lhes prestou auxílio.

Art. 3° - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 dias.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta tem por objetivo beneficiar estudantes que vêm demonstrando efetivo aproveitamento do ensino de 3° grau, mas que se encontram com dificuldades para terminar seus estudos em razão de insuficiência de recursos próprios.

Assim como os estudantes, também os municípios beneficiar-se-ão, com os trabalhos advindos dos mesmos, após formados.

Trata-se de proposta altamente meritória, merecendo portanto, total acolhimento por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 453/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Cria o Município de Imbaú, desmembrado do Município de Telêmaco Borba, conforme divisas e confrontações abaixo descritas:

I- Com o Município de Telêmaco Borba

Inicia no Rio Imbauzinho na ponte da BR-340, segue por esta na direção geral sudoeste até encontrar o Rio Imbaú;

II- Com o Município de Tibagi

Inicia no encontro da BR-340 com o rio Imbaú, segue por este até a foz do Rio Mirim;

III- Com o Município de Reserva

Inicia no Rio Imbaú na foz do Rio Mirim, sobe por este até a foz do Rio Jacutinga, sobe por este até a cabeceira, deste ponto por linha reta e seca na direção geral noroeste alcança no Rio Charqueado a ponte da Estrada José Lacerda, segue por esta estrada até o cruzamento com a Estrada Corrente na Serra do Monjolinho, segue por esta na direção geral noroeste até encontrar o Rio Cachoeirão;

IV - Com o Município de Ortigueira

Inicia no encontro da Estrada Corrente na Serra do Monjolinho, com o Rio Cachoeirão, desce por este até sua foz no Rio Imbauzinho, desce por este até encontrar a ponte na BR- 340, ponto inicial e final.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projeto de Resolução:**PROJETO DE RESOLUÇÃO**

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica suspensa a realização de consultas plebiscitárias questionado sobre a criação ou incorporação de Municípios no Estado do Paraná.

Art. 2º - A suspensão de que trata o artigo anterior produzirá seus efeitos até nova regulamentação da matéria, através de Lei Complementar.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.95.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A nova realidade, imposta pelo desenvolvimento dos Municípios nas últimas décadas que sejam urgentemente regulamentadas as matérias de criação e incorporação de Municípios no Estado do Paraná, hoje normatizadas pela Lei Complementar nº 56, evitada de vícios e falhas.

Seria um contrasenso permitir-se a criação e incorporação de novos municípios, sem que imperativamente sejam disciplinados novos requisitos básicos à matéria.

Neste sentido, a norma em epígrafe, procura suspender a realização de consultas plebiscitárias realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, questionando às populações interessadas sobre a vontade de criar-se um Município ou incorporar-se a outro já existente.

Em sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, ao Projeto de Resolução que ora apresentamos, por se tratar de matéria justa e de relevante interesse não só ao Estado do Paraná, como também aos Municípios e suas populações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Tureck.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) -

Apenas para registrar a presença, nesta Casa, do Dr. Vicente - de Pitanga, junto com dois companheiros que estão aqui e muito nos orgulhamos com as suas presenças.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria primeiro registrar as presenças dos nossos Prefeitos da Região da Concan - Gilmar Cardoso de Farol, também Osnei Picanso de Corumbataí do Sul e também o chefe da CIRETRAM de Campo Mourão, Gentil Costa.

Srs. Deputados, subindo a esta tribuna, hoje, com muita tristeza para aqui dizer dos fatos que ocorreram lamentavelmente na nossa Região. Os Municípios: Campina da Lagoa, Mamborê, foram afetados pelo vendaval, pelas fortes chuvas ocorridas na última 6.ª feira Srs. Deputados, só vendo para acreditar e só vendo para testemunhar e só vendo para poder falar, aqui nesta tribuna, em defesa das nossas lideranças, do nosso prefeito, do prefeito de Campina da Lagoa, do Prefeito de Mamborê, daquelas lideranças o sofrimento daquelas comunidades, dos nossos irmãos atingidos.

Dez e meia da manhã você não podia passar na estrada, de carro, porque tinha meio metro de pedras que caíram ali. E você vendo ali crianças chorando, pais de família machucados, de ver ali aquela grave situação - casas que descobriram todas e dentro delas, pedras que caíram, em torno de 20 a 30 cm. de altura. Foi uma tristeza muito grande. Duzentas pessoas se feriram no município de Mamborê. Uma mulher morreu. Crianças machucadas. Um senhor com traumatismo craniano tão forte foi a violência daquelas pedras, daquelas gotas que vieram ali sacrificando os nossos irmãos. As árvores descascaram, os pés de banana bateu tanta chuva que foi a mesma coisa que colocar num liquidificador.

Então, Srs. Deputados, foram lamentáveis as coisas que aconteceram.

Mas o que nos deixa contentes é ver a solidariedade do povo do Paraná, ver a solidariedade dos municípios da Região de Campo Mourão que ajudaram, que colaboraram e principalmente dos municípios da região de Campo Mourão, que ajudaram e colaboraram e principalmente dar o testemunho aqui do prefeito do Farol que está com a gente hoje, Corumbataí ajudando para reconstruir o município de Campina da Lagoa para reconstruir o município lá da cidade de Mamborê.

O nosso Governador, Jaime Lerner, que estava em Cascavel, sobrevoou Campina da Lagoa, foi lá e sobrevoou também o município de Mamborê e viu aquilo que aconteceu, coisa inacreditável. Eu só me lembro de uma que aconteceu, foi em 71 em Campo Mourão e aquilo que nós vemos hoje lá no município de Mamborê, nós não queremos que aconteça em lugar nenhum.

Passo a usar o horário do PDT.

Sr. Presidente, nós recebemos a solidariedade...

O Sr. Jocelito Canto - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Quero lhe cumprimentar pelo seu pronunciamento.

No dia de ontem, nesta Casa, entramos com um requerimento, pedindo a criação de uma comissão especial de Deputados, na qual incluímos o seu nome e iniciamos ainda no dia de ontem, juntamente com os Deputados Adur, Zucchi, Pessuti, Miltinho Puppio, principalmente para as cidades mais atingidas.

Digo a Vossa Excelência que na cidade de Ponta Grossa, ontem e hoje, mais de mil telhas de Eternit nós arrecadamos no nosso programa de rádio para que sejam levadas principalmente para a cidade de Mamborê e Campina da Lagoa.

Uma pena que a imprensa do Paraná não tenha coragem de divulgar isso, meu caro Deputado.

O Sr. Renato Adur - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Querida me solidarizar com V.Exa. também, nós que também representamos o município de Mamborê, Campina da Lagoa, Juraná, Ubiratã, desde as primeiras horas da sexta-feira nós tomamos as providências a nível de Curitiba e também com os municípios da região. Juntamente com o Deputado Jocelito Canto que fez um trabalho excelente, mesmo a nível de Ponta Grossa, buscando levar os benefícios para a região Centro Oeste, nós ontem encaminhamos um expediente a S.Exa. o Governador do Estado

do Paraná, solicitando uma atenção especial para as famílias rurais dos nossos municípios, porque além das cidades, como bem V.Exa. pode observar e acompanhar, nós também estivemos na região, pudemos verificar, além das cidades, das casas, da periferia, nós temos também a área rural de Mamborê, os agricultores, os pecuaristas, os trabalhadores da área rural, também em Campina da Lagoa e Ubiratã.

Fizemos expediente ao governador solicitando que determine ao Banco do Estado do Paraná liberar uma linha de crédito subsidiada para financiamento para reconstrução das instalações das propriedades desses agricultores para pagamento na safra de maio de 1996, portanto queríamos inclusive solicitar o apoio de V.Exa. junto ao próprio Governador do Estado que libere esta linha de crédito, não será uma doação, será um empréstimo àquelas famílias medianas da região, que têm posses mas que não têm dinheiro momentaneamente, para que possam reconstruir suas instalações e com o resultado da safra do próximo ano que começaram a plantar agora eles quitarão esses empréstimos em maio de 1996.

Era isso, Deputado.

O SR. NELSON TURECK - Agradeço as palavras do nobre Deputado Renato Adur e também do Jocelito Canto e a gente agradece pela solidariedade, pelo trabalho, pelo seu empenho e também pelo grande companheirismo e pela vontade de ajudar aquela população e dizer uma coisa, aquilo que o Renato Adur disse e também o Jocelito, a área rural nós tivemos um exemplo hoje que aconteceu também em Barbosa Ferraz no Distrito de Pocinho, nós recebemos o comunicado...

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado, faço um coro ao seu pronunciamento e estivemos juntos hoje pela manhã, com o Deputado Miltinho Puppio, junto à Defesa Civil do Estado do Paraná, no sentido de que aqueles ações emergenciais com relação a esse problema ocorrido, seja imediatamente providenciado.

Temos que trabalhar em duas frentes e o Deputado Jocelito, que pediu a constituição dessa comissão para tratar desse assunto, acredito que o primeiro passo seria estabelecer de volta as suas residências às pessoas que foram prejudicadas e que têm que voltar às suas residências antes de qualquer outra decisão.

Imagino e na minha região, foi o dia 23 ao dia 27, duas chuvas de granizo que se abateram sobre a nossa região, além de muitos produtores terem perdido as suas lavouras e alguns deles tendo ficado sem a infra-estrutura básica principalmente gal-

pões, aviários, chiqueiros, nós temos que ter uma ação conjunta e rápida, não só por parte do Governo do Estado, mas também reivindicar como foi aprovado aqui ontem, por parte do Governo Federal, porque pela experiência que temos passado, se formos aguardar o Governo Federal remeter os recursos para que essas famílias sejam atendidas, com certeza absoluta vai demandar um tempo muito grande e é preciso que as famílias que tiveram as suas casas destruídas por esse temporal, que sejam imediatamente ressarcidas pelo menos na condição de continuarem morando nas suas residências.

É um fato grave. Temos que unir forças aqui, independente de partido, mas nós os Deputados que representamos esses municípios atingidos. Temos que trabalhar em conjunto para que possamos ter uma alternativa rápida e o governo do Estado possa dar a sua contribuição de forma que os nossos agricultores tenham a condição de continuar lá morando e fazer as suas lavouras, aqueles que, infelizmente, além dos problemas que tiveram na agricultura, perderam as suas lavouras tendo em vista o temporal.

Muito obrigado.

O SR. NELSON TURECK - Peço para usar o tempo do PPR.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedido o tempo.

O SR. NELSON TURECK - Concedo aparte ao Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Gostaria de me somar ao seu pronunciamento, mas fazer um esclarecimento.

Ontem, um dos Deputados fazia uma crítica severa ao Governo Federal, dizendo que o Governo Federal não tomou providência nenhuma com relação a essa catástrofe que aconteceu no Estado do Paraná. Só gostaria de esclarecer que existe um processo. Primeiro, o Prefeito precisa declarar de calamidade pública ou estado de emergência. Depois, esse processo é remetido à Defesa Civil que avalia todos os prejuízos, faz um levantamento e depois esse processo é remetido ao Governo Federal. Isto ocorreu na época das enchentes aqui no Paraná.

Logicamente que naquela ocasião os recursos vieram de forma tardia, mas eu gostaria de lembrar a todos os Deputados que quem liberou os recursos dos municípios que foram atingidos através das enchentes, foi o Governo Federal. Não foi o Governo Estadual. Naquela ocasião, quando criticavam e fizeram essas críticas, mas quem liberou, quem repassou, quem entregou o che-

que foi o Governo do Estado, mas os recursos são oriundos do Governo Federal.

Tenho certeza absoluta que se for agilizado por parte do Governo Estadual essa solicitação, o Governo Federal atenderá todos os municípios sem dúvidas nenhuma.

O SR. NELSON TURECK - Obrigado pelas palavras.

Temos hoje uma audiência com a vice-Governadora, e a Emília Belinati com a sua sensibilidade, a grande mulher do Paraná, nos receberá hoje e se alguns dos Deputados, Jocelito, Miltinho Puppio, Edgar Bueno, da região que foi afetada, de Cascavel, o seu comparecimento nos honrará muito para o fortalecimento das nossas reivindicações.

E aproveitando, concedo aparte ao Deputado Edgard Bueno.

O Sr. Edgard Bueno - Deputado Nelson Tureck, quero parabenizá-lo pela citação e pela sua preocupação com a região que foi atingida e também quero destacar aqui que Cascavel e principalmente a periferia da cidade foi arrasada pelo peso do granizo que caiu naquela região na última sexta-feira.

E também queremos destacar aqui, até como forma de agradecer, a presença do Governador Jaime Lerner em Cascavel que sobrevoou Santa Tereza, Lindoeste e, principalmente, a base mais periférica da cidade de Cascavel.

E nós tivemos a satisfação de perceber, com a sensibilidade que o Governador tem, ele pode responder aquela região, imediatamente, mandando telhas para poder cobrir aquelas residências principalmente das famílias mais necessitadas.

Até hoje apenas com lona e isso é uma preocupação muito grande. A população de Cascavel sofreu um impacto muito grande, mas, também, em nome de todas as lideranças de Cascavel, ele agradece a presença do Governador Jaime Lerner e os recursos que já está mandando para minimizar o sofrimento daquela gente.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. NELSON TURECK - Obrigado pelo aparte. Sei que todos os Deputados desta Casa de Leis estão solidários aí com os nossos irmãos do Paraná, principalmente das cidades que foram afetadas.

E dizer que do Governo do Estado do Paraná nós já recebemos o ponto positivo do Governador, da Casa Civil, também da Defesa Civil e dos Senhores Secretários para das providências sejam tomadas.

E nesse documento que os municípios estão trazendo e vamos entregar hoje, à Governadora em exercício - Emília Belina-

ti, para que também esses documentos cheguem até o Governo Federal e tenhamos aí recursos não só do Governo do Estado mas também do Governo Federal com as linhas de crédito do Banco do Estado do Paraná para os nossos agricultores e o Banco do Brasil que também é um banco do nosso agricultor do Estado do Paraná, para que ele também libere recursos para os nossos agricultores para que possam, ali, fazer a reconstrução de seus barracões que foram todos danificados e destruídos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que o Deputado Duílio Genari, representando a cidade de Toledo, vai trazer até a nós uma jovem de sua sociedade, que, representando o Paraná, foi eleita Miss Brasil World, no dia 11 de outubro, no concurso realizado no Palácio das Convenções - Anhembi, em São Paulo.

Esta mesma moça estará aqui, em nosso meio, porque ela participará do concurso Miss Mundo que irá se realizar na África do Sul, no próximo dia 18 de novembro de 95.

Assessoria do Deputado Duílio Genari, convoca os Senhores Deputados e nós da Mesa Executiva determinamos às Lideranças:

Deputado Rossoni - PDT;

Caíto Quintana - PMDB;

Cezar Silvestri - PSDB;

Élio Rusch - PFL;

César Selene - PPR e acompanhando o Caíto Quintana o Deputado Romanelli e outros Senhores Deputados, a juntamente com o ilustre ex-Presidente da Casa, Deputado Orlando Pessuti, a fazer a Comissão de Recepção a nossa Miss Brasil que nos representou e é orgulho do Paraná por ter alcançado este mérito.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Acompanhando hoje notícia veiculada pelo Jornal Folha de Londrina, que citou por duas ocasiões o nosso nome, cabe a nós fazer o esclarecimento nesta Casa, porque um dos princípios que nos trouxeram até esta Casa é o da transparência.

Primeiro o Jornal Folha de Londrina, cita, na sua edição de hoje...

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Senhor acabou de nomear uma comissão para recepcionar a Miss Brasil. Ao fazer esta comissão Vossa Excelência esqueceu a única representante das mulheres do nosso Estado. Apesar que ela fará a saudação à Miss Brasil, solicitado a Vossa Excelência que a inclua, pois é a representante da maioria da população

paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Deputada Irondi Pugliesi, desde o início, quando o Deputado Duílio Genari nos solicitou já é cicerone maior dos Senhores Deputados, representando a mulher paranaense.

Ela é a Presidente da Comissão e a Comissão só com ela não seria completa sem a presença dos Senhores Deputados nomeados por este Presidente. A Deputada Irondi é a Presidenta e os demais são membros. Continua com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Retorno o meu pensamento, em que dizia aos Senhores Deputados.

O Jornal Folha de Londrina de hoje, cita duas vezes o nome deste Deputado que usa a tribuna e cabe-nos, diante, principalmente da nossa população, do nosso povo do Paraná e para que a verdade nunca fique distante, se possa aqui oferecer o direito de se dizer o contrário daquilo que escreve a Folha de Londrina, de hoje.

Primeiro a Folha de Londrina, fala em prestação de contas, dizendo que este Deputado não prestou contas dos jetons recebidos no mês de setembro.

Concordamos plenamente. Realmente, este Parlamentar, a sua assessoria e como os homens são humanos houve apenas uma falha e não se colocou na prestação de contas do jetons do mês de setembro. Um erro que nós apuramos e mandamos imediatamente ser retificado no dia de hoje.

Estávamos com problemas na troca de computadores e o computador que entrou não estava sabendo desse cheque, inclusive está uma cópia já com a imprensa e acabou não colocando e agora nós o colocamos.

Realmente aconteceu uma falha. Agradeço pela cobrança, porque acho que quando a cobrança for justa ela deve ser atendida.

Colocamos na prestação de contas de hoje 924,84 reais, cópia do cheque que está no documento da nova prestação de contas, dinheiro este que nós recebemos no mês passado por sessões extraordinárias e mais, a própria imprensa não me questionou, mas levantando a prestação de contas, achamos uma falha. Faltou a colocação de 600 reais que recebemos no final do mês, também, como assistência social que aumentou no mês que passou.

Mais uma falha que também aconteceu e que a valorosa imprensa também não apurou, mas nós apuramos no dia de hoje.

Faltou também nesta prestação de contas, de nós colocarmos à troca deste contador, que nós trocamos não se colocou como "despesa" do nosso mês, como Deputado que presta contas do que recebe, o aluguel

da casa que nós pagamos aqui em Curitiba, ajuda a uma escola de Ponta Grossa e também uma parte do combustível que nós usamos para transportar as pessoas carentes de Ponta Grossa, mas no final do próximo mês, nós haveremos de colocar esses gastos que também foram feitos pelo nosso gabinete. Corrigimos o erro, fizemos uma nova prestação de contas que está nas mãos da imprensa.

Submetemos a mesma, mais uma vez para que fosse vistória, para que não acontecessem novos erros.

O segundo assunto comentado pelo Jornal de Londrina: Diz o Jornal que o Deputado Jocelito solicitou de alguns Deputados da oposição, dinheiro para pagar o seu programa nacional do PSC que foi levado ao ar na última quinta-feira.

O jornal, ao fazer tal afirmação, faltou com a verdade. Não tem fonte para dizer que este Deputado pediu e não passa de uma mentira mal colocada, e que quer denegrir a imagem de alguém que trabalha.

Realmente nas brincadeiras e nos bastidores deste Plenário, como todos nós Deputados, amigos que somos, houve algumas brincadeiras.

Em momento algum esse Deputado pediu nada para ninguém. Portanto, que o jornalista que escreveu esta matéria, não falte com a verdade e coloque, acima de tudo, a verdade, nesse caso.

Senhor Presidente, anexo, entrego também uma cópia de um documento vindo do Diretório Nacional do meu Partido, em Belo Horizonte, onde nesse documento, o Partido Social Cristão, afirma, através do seu Presidente nacional, que esse Deputado não pagou absolutamente nada para aparecer em rede nacional.

Senhor Presidente, a prova já está também, com a imprensa, de que não teve custo nenhum para este Deputado, a participação sua no programa. O Partido me dá o espaço porque vê no trabalho que represento e faço no Paraná, um exemplo para todo o Brasil e por isso, o Partido sempre apresenta aquilo que faz. A imprensa nos cobra. Eu não sou nenhum bandido. Não entrei na política para ganhar dinheiro e a prova é que está aí, que nesses 8 meses como Deputado, nós só obtivemos contas a mais do que ganhamos nesta Casa, porque o nosso povo está em dificuldade e ele acaba sempre caindo na garagem da esperança e nós atendemos as pessoas. Isso, passada a eleição, continuamos atendendo. Ninguém fez até hoje o que tivemos coragem de fazer.

Gostaríamos de mostrar o que nunca foi mostrado, mostrando o quanto se ganha e o que se faz com o salário aqui recebido. Já disse: cada Deputado faz o que quer com o salário. Faço o que quero com o meu. Na

campanha, prometi que daria 50% do subsídio que recebia como Deputado para fazer obras sociais, mas o que é subsídio? Subsídio é o salário e estou dando 50% de tudo o que ganho nesta Casa, até do 13º que já recebi, os jetons, assistência social, o ressarcimento e até o dinheiro da convocação que recebi, ao iniciar os meus trabalhos nesta Casa.

Isto a imprensa não divulga, isto a imprensa não mostra para o Paraná e mais, a imprensa não mostra a garagem da esperança que trabalhamos: mais de 200 pessoas atendidas por dia, mais de 50 pessoas sendo atendidas todos os dias pelo próprio Deputado, na base. Não moro em Curitiba, moro em Ponta Grossa indo e voltando todos os dias e cumprindo meu papel como radialista e até de madrugada socorrendo as pessoas com os nossos veículos para as pessoas que precisam.

E, finalmente, não vi nenhuma nota na Imprensa quando, ontem, formulamos aqui, a criação de uma comissão de apoio para dar respeito a este Parlamento, quando aquelas famílias ao longo do Vale do Piquiri estão todas abandonadas e esquecidas porque o destino não lhe foi honesto.

Lamento, profundamente, que a imprensa não tenha colocado, pelo menos uma nota, não para divulgar o meu trabalho mas para ajudar a divulgar uma campanha que visa arrecadar, como arrecadamos em Ponta Grossa, mais de mil telhas Eternit para aquele povo sofrido de Campina da Lagoa, de Mamborê e da Região. Porque já morei naquela região. E quando precisamos, aqueles moradores se levantaram e fizeram campanha para o Rio de Janeiro e para Santa Catarina. Não vi nada disso, Senhores! Não vi uma única linha, não vi uma única linha!

Finalmente, Senhores, gostaria - antes de concluir - conceder aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Jocelito, vejo que V.Exa. emocionado, vai à tribuna para defender a sua honra. E fico pensando aqui, Deputado Rosinha, e dizer o seguinte:

Ou V.Exa. aqui é uma exceção entre esses Deputados que vieram aqui para ganhar dinheiro, ou, na verdade, estamos aqui, somos aqui um bando de otários que ficamos ouvindo V.Exa. subir à tribuna para dizer que não veio aqui para ganhar dinheiro. Mostra uma prestação de contas, furada. A imprensa questionou o senhor e nunca tinha visto. E enquanto o senhor falava fui ali e vi sua prestação de contas.

Queria convidar cada um dos Deputados, os que vieram aqui para ganhar dinheiro nesta Casa, verifiquem a prestação de contas dele e verifiquem se há alguma diferença com a prestação de contas que qual-

quer um dos Srs. Deputados têm com os gastos que têm: assistência social e com as despesas e ressarcimentos.

E queria muito, Deputado, se é pela transparência, que V.Exa. juntasse na sua prestação de contas, o nome do seu contador e também os comprovantes dos pagamentos que o senhor está fazendo. Porque já que é para escancarar isso, vamos escancarar de vez. Os comprovantes de depósitos Bancários, vamos esclarecer de uma vez por todas, para a Imprensa e para a sociedade. Porque não é possível que nós, Deputados, que estamos exercendo nosso mandato, ouçamos o senhor subir nesta tribuna e dizer que viemos aqui para enriquecer. Claro, V.Exa. faz muito bem, utiliza muito bem as técnicas de marketing, é um expert. Até porque o senhor segue a velha tática da galinha: Aquela que bota apenas um ovo, mas cacareja tanto, que parece até que botou uma dúzia.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, só gostaria de lamentar que nunca vi o Deputado Romanelli fazer nenhuma prestação de contas. Aliás, eu vi os Anais desta Casa, e V.Exa. gosta muito da Imprensa e até paga a Imprensa para lhe prestar assessoria. Isso eu vi nos Anais da Casa.

E mais, Presidente, o Deputado Romanelli que teve votos em Ponta Grossa, usando a Casa da Família, usando a Secretaria de Estado, nunca teve coragem de voltar a Ponta Grossa para lá, na Garagem da Esperança, ver a minha prestação de contas nota a nota. Está o convite eminente Deputado, para conhecer as notas fiscais da minha prestação de contas que são inúmeras. Mas o Senhor volte a Ponta Grossa, não só para pedir voto mas para trabalhar por aquele povo que está precisando de ajuda. Eu, em momento algum, este Deputado, desta tribuna, quis atingir algum dos companheiros aqui. E sempre usei a palavra - cada um faz o que quer com o seu salário e fica bem claro esse posicionamento. Cada um faz o que quer.

Eu, Deputado Romanelli, assumi um compromisso em Cartório e estou cumprindo. Estou cumprindo até mais do que prometi, mas o dia em que o Senhor me der a satisfação de ir a Ponta Grossa, conhecer a Garagem da Esperança, tenho certeza que o Senhor vai se envergonhar do que acaba de falar.

E para finalizar, Sr. Presidente, as vezes fico em dúvida quanto ao posicionamento de alguns setores da imprensa do Paraná, será que têm cisma de mim? Pelo fato de que recentemente, nesta mesma tribuna, fui agredido por uma jornalista e provei a ela que ela estava errada, será que tudo

isso vem desde aquele dia que mostrei, através de uma pesquisa que não estava errado ou Sr. Presidente, até aonde vai isso. Não tenho medo de enfrentar a imprensa, não porque cumprio o meu papel como radialista, como comunicador social, não sou demagogo, Deputado Romanelli, gostaria de saber quantas telhas o Senhor vai doar para a região de Campina da Lagoa, onde o Senhor teve votos também ou vai solicitar para que alguém lhe ajude.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de dizer...

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Respeito o Deputado Jocelito, mas não vou aceitar que o Deputado Jocelito para se valorizar venha ofender o trabalho de parlamentares desta Casa.

Deputado Jocelito, V.Exa. pode dar o que V.Exa. quiser do seu vencimento. Cada parlamentar tem uma postura nesta Casa. Cada um tem uma forma de agir. Todos nós aqui, acredito, fizemos o nosso trabalho em defesa dos votos que recebemos. Todos conhecemos o tamanho dos nossos sapatos.

Cada um de nós sabe da condição que temos de poder ajudar e acho que a inteligência de cada um é dar o passo do tamanho da perna, para não precisar na sequência ficar com problemas, que muitos e muitos parlamentares têm aí e sabemos muito bem aqui e se tiver que discutir vamos discutir abertamente essa questão, para que não venham nos ofender gratuitamente numa sessão plenária da Casa.

O SR. JOCELITO CANTO - Gostaria de saber porque é que o Deputado Caíto Quintana aprovou o requerimento ontem da criação da comissão especial para ajuda as famílias, que estamos fazendo nesta Casa.

O Sr. Renato Adur - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Acho que os ânimos se alteraram e acho que cada Deputado tem a sua parcela de razão.

No entanto, gostaria de lembrar ao Deputado Jocelito Canto que lutamos durante mais de 20 anos, para que houvesse liberdade nesse país e a liberdade de imprensa acho fundamental.

V.Exa. é um Deputado que respeitamos muito, pelo seu trabalho que vem desenvolvendo na Cidade de Ponta Grossa e temos que lembrar que o grande fruto do seu trabalho, ele provém também da liberdade de imprensa que V.Exa. utiliza.

Gostaria de pedir ao Deputado Jocelito Canto que tivesse um pouco mais de calma. Entendemos o seu estado emocional, entretanto, neste momento queria fazer uma solicitação em nome do respeito que temos a

este plenário, do respeito que temos ao Estado do Paraná, do respeito que sempre tivemos a imprensa como um todo. Vamos dar as explicações necessárias, quando surge algum tipo de dúvida para aquele cidadão ou aquele órgão de imprensa que realmente fez o questionamento.

As explicações são pertinentes, pela própria liberdade democrática que nós temos, mas eu queria pedir ao Deputado Jocelito Canto, em nome deste Plenário, que acalmemos os ânimos e que procuremos resolver da melhor maneira possível, no melhor estilo democrático essas questões diretamente com os órgãos interessados. Era isso.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, quando se fala em dinheiro, todo mundo fica bravo. Eu não sei porque isso, mas quero encerrar as minhas palavras e dizer em primeiro lugar que em momento algum este Deputado tentou denegrir a imagem de nenhum dos Deputados aqui. Se algum Deputado achou que foi, não foi por querer fazer isso. Eu nunca disse nesta tribuna, nunca fiz prestação de contas aqui. Apenas coloco na Casa, arquivo na Casa a minha prestação de contas e entrego à imprensa para que ela não me cobre como me cobrou desta vez. Agora, nunca desrespeitei nenhum Parlamentar que faz o que quer com seu salário. Estou com toda certeza que não fiz isso.

Finalizo, agradecendo aos que me criticam. Têm aqueles que me criticam e que ainda não prestaram contas do que fizeram em mandatos, não eleitos pelo povo, mas ganhos pelo apadrinhamento político. Que prestassem contas ao Paraná do que fizeram e do que não fizeram.

Finalizo, agradecendo àqueles que me criticaram, mas que me criticaram com críticas construtivas. É com isso que me ajudam a ser um político diferente e ajudando a construir. Agradeço, mas ao mesmo tempo, repudio com coragem aqueles que batem em mim. Muitas vezes, ou até mandados, pagos, pagos, pagos para falarem da gente que tem coragem de dizer e fazer o que o povo quer.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra será concedida ao Doutor Rosinha.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Antes de ouvirmos as palavras do Deputado Florisvaldo Fier, apenas para registrar a presença na sessão de hoje, já que está acontecendo em Curitiba o Congresso Paranaense de Vereadores e temos a presença de diversos Vereadores do interior do nosso

Estado assistindo a sessão que está acontecendo hoje e vai acontecer no dia de amanhã também, e como nós somos Deputados do extremo oeste, com muita alegria registramos a presença do Presidente da Câmara de Pato Branco, do Vereador Cláudio Schelfler, do Presidente de Entre Rios do Vereador Hélio de Pato Bragado, do assessor da Câmara, o "Marreco", do Presidente da Câmara de Marechal Cândido Rondon que já nos honrou ontem com a sua presença, do Vereador Miguel, dos assessores da Câmara de Marechal Cândido Rondon também, Ademir Damer, Valdir, entre outros Vereadores que prestigiam os trabalhos deste Poder.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa associa-se à lembrança do ilustre Deputado Élio Rusch, cumprimentando não só os Senhores Vereadores aqui presentes, mas cumprimentando não só os Senhores Vereadores aqui presentes, mas cumprimentando o Presidente da União dos Vereadores do Paraná, o Vereador Jorge Bernardi que tem desenvolvido um trabalho de valorização aos Senhores vereadores e a todas as Câmaras municipais do nosso Estado.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) - Quero aproveitar para registrar a presença do pronunciamento que nós fizemos de Campina da Lagoa e do Senhor Prefeito Marciano, e da solidariedade que os Deputados têm dado ao município de Campina da Lagoa.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Queria me associar às homenagens que os Deputados estão fazendo aos Senhores Vereadores, aos Prefeitos e destacar a presença do Vereador João Vilmar do distrito de Fernandes Pinheiro que possivelmente haverá a sua emancipação política nas próximas semanas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após a polémica com o Deputado Jocelito Canto, onde na minha garagem só tem um fusca e muita esperança, Jocelito! E ontem já teve o debate da questão da tempestade no Norte do Estado e foi aprovada a Comissão proposta pelo Deputado Jocelito Canto. É fácil apoiar esta proposta porque este Parlamento não fica alheio ao que ocorre no nosso Estado. E tudo que é proposto no sentido de obter a solução ou encaminhamento da solução, nós sempre votaremos favoráveis e sempre seremos unânimes nessas propostas. Acho que aí já responde a in-

terpelação feita, apesar de eu não ter procuração, do Deputado Caíto Quitana do porquê que votou favorável.

Mas vim para a tribuna para abordar uma questão que é o relacionamento da administração atual do nosso Estado, do nosso governo com os representantes dos trabalhadores dos servidores públicos, no caso, os dirigentes sindicais. Durante a legislatura passada por mais de uma vez ocupamos a tribuna - para criticar o governador de então, Roberto Requião, pela maneira autoritária e desrespeitosa que tratava os dirigentes sindicais. O atual governo tem recebido um ou outro sindicato, mas, e talvez o Governador não saiba, alguns dirigentes, alguns administradores têm se comportado de maneira irresponsável em relação aos sindicatos.

Na semana passada todos nós recebemos o comunicado de um requerimento aprovado na Câmara de Londrina aonde demonstrava qual era o comportamento da Direção do IAPAR em relação ao SINDASPEL. E logo, em seguida, a própria Direção do IAPAR mandava correspondência a todos os Deputados dando a sua versão. O que nós condenamos é que uma administração chegue naquele ponto e naquela situação, de requerer, judicialmente, a ilegalidade ou o desconhecimento de uma entidade sindical. O que é necessário é que se negocie. O Governo Federal já designou em medida provisória a negociação de ambas as partes. E quem tem que dizer se esse ou aquele sindicato é de representante daquela categoria de trabalhadores, são os trabalhadores. Porque no momento que se filiam ao sindicato eles estão reconhecendo aquela direção e aquela entidade como representante deles.

Também recebemos correspondência do SINTEA - Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio do Estado do Paraná. Que, novamente este, também, critica a mesma direção do IAPAR na qual coloca que não querem reconhecer o SINTEA como sindicato desses trabalhadores. E mais: ainda propõe que se acabe com o desconto na folha de pagamento - garantia esta constitucional! E quem tem que dizer se deseja ter a contribuição sindical descontada ou não do seu salário é o trabalhador que dá autorização para que este desconto ocorra.

Estamos usando esta Tribuna para pedir à Bancada Governista que leve esta preocupação ao Governo do Estado. Porque se ele não tomou conhecimento, que tome, porque a relação entre patrões e entidades representativas deve se dar de maneira democrática e respeitosa. Temos um segundo caso diz respeito à Secretaria de Estado da Saúde e o Sindicato da Saúde. Já garantido no Orçamento do ano passado o pagamento das precatórias trabalhistas que deveriam ter sido feitas até o mês de julho deste

ano, não foi efetuado pelo ISEP - Instituto de Saúde do Estado do Paraná. Não ocorrendo isso, para poder garantir o recebimento dessas precatórias, aquela entidade teve que pedir o bloqueio da conta do ISEP, que foi feita através do seu advogado.

Solicitado o bloqueio e o sequestro de contas, o Juiz concedeu e o ISEP teve sua conta bloqueada e o seu orçamento sequestrado para pagar os trabalhadores que moviam ação trabalhista contra o Instituto de Saúde do Estado.

Nós sabemos o quanto é grave isto. Uma administração pública não pode deixar que isto ocorra. Sabemos que os investimentos de saúde do nosso Estado são baixíssimos e assim mesmo ele se propõe para o ano que vem somente 3,15% do orçamento fiscal, mas se este pouco ainda é sequestrado por débito da Secretaria de Estado da Saúde que não paga, a Secretaria para ver desbloqueada a sua conta, efetuou o pagamento de dois funcionários que encabeçavam a lista e pediu tempo até o final deste mês para efetuar os pagamentos dos demais e se isto não ocorrer novamente será bloqueado e provavelmente sequestradas as contas do Instituto de Saúde do nosso Estado.

Não pode-se permitir que isto ocorra. O terceiro fato que ocorreu recentemente diz respeito ao SINDASP e a EMATER. Desde 89 vem se negociando o pagamento da URP, negociou-se com o ex-governador Álvaro Dias, que não pagou os servidores, durante quatro anos, negociou-se com o governador Roberto Requião, que por sua vez não pagou os servidores, mas empreiteiras, na primeira negociação que se tem há o pagamento quase que imediato para o setor empresarial do nosso Estado, mas os servidores não, esses fica-se empurrando dia após dia, mês após mês e no caso aqui agora já questão de anos sem pagar.

Ao tomar posse o Governador Jaime Lerner, em fevereiro teve a primeira negociação, quando houve a promessa do pagamento até setembro deste ano. Setembro passado, não tendo acordo entre o sindicato e a direção da EMATER, restou a direção sindical, através do seu departamento jurídico pedir o bloqueio da conta das arrecadações da Feira que se realizou no Parque Castelo Branco.

Não pode uma administração pública permitir que se chegue neste nível, como do ISEP e no caso da EMATER, aonde tem a sua conta bloqueada.

Essa Feira era de caráter internacional, que poderia ser louvado o seu sucesso, mas no entanto com a sua conta bloqueada acaba saindo em noticiário político policial do nosso Estado, por não pagar as contas.

Mas essa questão chamou atenção para

mais um fato, Srs. Deputados, ao terminar a Feira os seus organizadores informaram à imprensa que pela Feira passaram trezentas mil pessoas, esse foi o informe, só que as contas foram bloqueadas de quarta a domingo, por cinco dias e nesses cinco dias passaram por lá 47.530 pessoas que pagaram e o governo disse que trezentas mil visitaram a Feira.

Uma média de 9.506 pessoas por dia e nesses cinco dias tivemos dois shows o Chitãozinho e do Gaúcho da Fronteira, que chamam atenção do público. Como que se informa que trezentas mil pessoas passaram, quando em cinco dias passaram cerca de 47.530 então em 10 dias passaram 95.000 e as outras duzentas e cinco mil pessoas passaram por onde? Se é que passaram. Se passaram são 205 mil pessoas da classe social mais elevada do nosso Estado, que não pagaram ingresso para entrar, sendo que os mais pobres é que tiveram que pagar o seu bilhete para poder visitar a Feira. Essa é uma questão que, se ocorreu, ou se mentiu dizendo que tinham 300 mil pessoas, ou então é uma Feira que vem favorecer setores sociais que não têm necessidade de favorecimento, como o não pagamento da bilheteria. O bloqueio das contas acabou sendo o único para que pudéssemos ter esse tipo de controle para ver se há mentira ou se alguém não está pagando e isso não pode se repetir em administrações, nem mentir e nem cobrar somente dos mais pobres. Ou abre para todo mundo ou cobra-se somente dos mais ricos para que se faça justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

Com a palavra, o Senhor Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna: o senhor Suplicy esteve ontem aqui na Assembléia Legislativa do Paraná para discutir um projeto de sua autoria desde a época de 1991, aprovado no senado federal, no senado da República, um projeto destinado exatamente a armar o estado brasileiro e o governo brasileiro a fazer frente ao problema da miséria no nosso país e o que me traz a esta tribuna é um estranhamento pelo pronunciamento feito pelo Deputado Luiz Cláudio Romanelli, da tribuna desta Assembléia. Teve uma época e não vou citar o nome do meu amigo e companheiro que também foi amigo e companheiro do ex-Governador Roberto Requião, que sentia-se mal ao encontrar com o Requião na rua, porque o nosso partido era oposição ao governo do Estado e para esta pessoa, não ficava bem encontrar um amigo, que era o governador,

do qual ele, enquanto membro de um partido, fazia oposição e até criou-se alguma situação constrangedora no meio político do Estado do Paraná.

Remonta mais ou menos a uns 4 anos e meio. Foi logo no início do Governo Requião. Parece que tanto este meu companheiro de partido, quanto o Deputado Romanelli, não conseguem fazer a distinção entre o trato de um senador da República que visita a capital do Estado do Paraná e que foi visitar algumas obras da Prefeitura de Curitiba, como o sistema de transporte coletivo, a Rua da Cidadania, o Farol do Saber, o Farol da Cidadania, visitou algumas obras da atual administração, do qual o Partido dos Trabalhadores é oposição. Tem uma visão crítica a respeito de algumas obras e de alguns programas de prefeitura da nossa cidade, mas no entanto isto não impede de que eu, membro do Partido dos Trabalhadores ou de qualquer partido, possa conhecer estas obras e é só através do conhecimento desses programas sem paixão, é que podemos fazer uma reflexão, inclusive para negá-lo, se for o caso.

Então quero dizer ao Deputado Romanelli que o Senador Suplicy atendeu a um convite do Prefeito Rafael Greca que, quando esteve no Senado Federal, para discutir verbas para a periferia da Cidade de Curitiba e para o aperfeiçoamento do transporte coletivo da nossa cidade, verbas essas que foram liberadas pelo Senado Federal, porque se tratam de verbas internacionais, convênio firmado pela nossa cidade com o Banco Mundial. Nesta ocasião o Prefeito da Capital do Estado ao conversar com o Senador Eduardo Suplicy a respeito da nossa cidade, elencou uma série de obras que a Cidade de Curitiba tem. Dentre elas o que chamou a atenção de um ex-candidato da maior cidade da América Latina que disputou com o Senhor Paulo Maluf - e que tem um interesse particular sobre o transporte coletivo, porque é profundo conhecedor do sistema de transporte coletivo europeu e da América do Norte, tinha vontade de conhecer este sistema na nossa cidade.

Acho que é descabida a sua crítica, Deputado Romanelli, porque se trata não de um membro do Partido dos Trabalhadores que visita a Cidade de Curitiba e que pode, ao conversar com o prefeito, ou almoçar com o prefeito emprestar apoio político à administração da nossa cidade. Se trata, antes, de um divisor muito claro para nós e que temos que ter isso muito tranquilo para que não sejamos tão infantis no nosso modo de fazer política. Se trata de um Senador da República, votado, majoritariamente pelo povo de São Paulo e que veio a esta cidade, em caráter oficial, a convite de um Deputado do PTB, Deputado Eduardo Trevisan, que teve a honra de apresentar um

projeto para discussão nesta Assembléia, o Projeto de Renda Mínima.

Então V.Exa., ao proceder essa crítica, foi de uma deselegância e de um não entendimento de como é que se dão as relações dos Partidos num país democrático. Lamentei sua intervenção, não consegui entendê-la. Cheguei quando V.Exa. tinha acabado de se pronunciar e fiquei surpreso ao conhecer as suas declarações que estão na imprensa, hoje, a respeito da vinda do Senador Suplicy. Deputado Romanelli, o PT é Oposição à atual administração do Prefeito Rafael Greca, isto não nos impede de apoiar qualquer iniciativa da prefeitura que venha ao atendimento da maioria da população da nossa cidade. Também não tenha dúvidas, Deputado Romanelli, porque V.Exa. estava movido por uma ação dos trabalhadores que ocuparam a área chamada Ferroviária e que hoje estão sob ameaça de despejo. Não tenha dúvida, o Partido dos Trabalhadores está do lado dos trabalhadores da Ferroviária. Não aceitará medida de força para impor o despejo daqueles trabalhadores, tanto quanto o senhor.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Me permite um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte. Queria dizer que ouço, com atenção, a lição sobre democracia que o Deputado Ângelo Vanhoni faz da Tribuna nesta tarde. Quero deixar claro o seguinte: a minha admiração pelo Senador Suplicy não deixou de ser maior pela postura que ele teve ontem em nossa capital. O que questionei foi que o Senador da República viesse a esta capital - e foi a imprensa que disse e eu disse isto dessa Tribuna, V.Exa. pode consultar as notas taquigráficas - a imprensa disse que o Senador veio a Curitiba a convite da Assembléia Legislativa com passagem paga por esta Casa e veio, ele, conhecer os pontos turísticos da capital. E confesso ao Senhor que me surpreendeu quando vi o roteiro do Senador Suplicy. Tenho a maior admiração pelo senador, pelo Partido dos Trabalhadores, pela postura da vossa Bancada nesta Casa e de V.Exa., agora, tenho sim direito - como Deputado Estadual - de formular juízo de valor sobre o comportamento de uma figura pública como é o Senador Suplicy, por quem tenho o maior respeito. E quero dizer a V.Exa. que é claro eu aprendo um pouco mais ouvindo V.Exa. nesta Tribuna nesta tarde.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Tem um ditado popular que insistir no erro uma vez é ruim; insistir no erro duas vezes é grave e pela terceira vez tem uma outra caracterização que não vou dizer aqui.

Deputado Romanelli, a Rua da Cidadania

não é uma obra turística. A Rua da Cidadania o seu Governador, o seu Governador Roberto Requião elogiou o Prefeito Rafael ao instituir a Rua da Cidadania porque está dentro da política, sabe do que, não é? De levar a gestão pública para a periferia e o acesso das comunidades mais distantes aos serviços da administração pública. O seu Governador recentemente deu declarações na imprensa. Mesmo que não tivesse dado defendendo a rua da Cidadania do ponto de vista da sua concepção como descentralização administrativa e de serviços do município.

Outra coisa, Ópera de Arame, Deputado, V.Exa. pode pensar que é apenas um espaço turístico. Não é apenas um espaço turístico. É um equipamento cultural de alto valor para a produção de cultura e fluência de cultura na nossa cidade. E é uma obra bonita, é uma obra bem feita e acho que independente do Governo que fez é uma obra que temos que ter a humildade de reconhecer que é uma obra.

O SR. ROMANELLI - Claro que é. Agora, quando o Senador Suplicy vier passear em Curitiba tem que vir por conta própria. Se ele não puder pagar a passagem eu pago e pago a estada também.

O SR. ÂNGELO VANHONI - O Senador não veio passear em Curitiba. O Senador veio...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra está com o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Vossa Excelência está sendo deselegante. Vossa Excelência quer fazer uma crítica ao Partido dos Trabalhadores, acusando o partido dos Trabalhadores de estar emprestando apoio a administração do Senhor Rafael Greca.

É este o modo da sua administração. Está sendo desleal com o Senador da República que foi convidado e foi financiado para vir a esta Assembléia para discutir o projeto de renda mínima, foi levar esta discussão ao Prefeito Rafael Greca, porque este mesmo projeto também está em discussão na Câmara Municipal, com os Vereadores.

Projeto colocado em discussão na Câmara Municipal no começo do ano pelo Vereador Jorge Samek. Vossa Excelência está sendo desleal...

(Discussões Paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) O tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Vossa Excelência está sendo desleal, está sendo infan-

til ao querer caracterizar a visita de um Senador da República, como Eduardo Suplicy, de um passeio turístico a esta cidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas queremos que seja desconsiderado o tempo em que o Deputado Romanelli atrapalhou a falação do nosso Deputado, que seja descontado e dado um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O tempo de Vossa Excelência está encerrado. Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Antes porém, chega de homem, vamos ver as moças que estão aí e o Senhor Presidente, Zuk, já designou uma Comissão de Deputados, a Deputada Irondi para recebê-las aqui no Plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, uma questão de ordem sobre a questão da Ordem do Dia.

Vossa Excelência tem primado aqui e tenho um grande respeito pelo Senhor, porque Vossa Excelência quando assume um compromisso tem honrado e eu acho que houve uma falha da sua Assessoria e não está incluído na Ordem do Dia de hoje o projeto do Deputado Duílio Genari, o projeto 275, que Vossa Excelência na última quarta-feira, firmou um compromisso conosco de estar na Ordem do Dia de hoje.

Estava preparado hoje e os companheiros Deputados para discutir este projeto, sabemos que é polêmico, sabemos que haverá emendas, mas infelizmente, Deputado Anibal Khury, eu o procurei pela manhã para ver se nós incluiríamos ainda na Ordem do Dia, não foi possível encontrá-lo.

Gostaria de saber se há condições....

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto será incluído na Ordem do Dia de amanhã.

Hoje nós queremos só ver as moças bonitas.

Está suspensa a Sessão por cinco minutos para que os Senhores Deputados possam apreciar a beleza da mulher paranaense.

Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a presente Sessão.

Convido as nossas misses a participarem da Mesa, Eleessandra Dartora e Sandra Pretti.

Concedo a palavra a nossa Deputada Irondi Pugliesi, Dama desta Casa para saudar as nossas misses. Logo após, iremos ouvir a poesia do Deputado Caíto Quintara.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores convidados.

Para esta Casa de Leis é uma satisfação hoje, termos as mulheres paranaenses aqui representadas pela Miss Brasil Eleessandra e a Miss Paraná, Sandra.

É um orgulho para nós do Paraná, tê-las aqui porque Eleessandra que foi eleita no dia 11.10 lá no Palácio do Anhembi em São Paulo, vai representar o Brasil, vai representar o Paraná e vai representar Toledo, no Concurso na África do Sul, na Cidade do Sol, Sun City.

E nós sabemos Eleessandra que você, lá na Cidade do Sol estará falando de Toledo, que eu parabenizo aqui o Prefeito Albino Corazza e Duílio Genari por poder divulgar a sua cidade, falar para o mundo, de Toledo, falar do Paraná do Brasil.

Eleessandra vai estar na África do Sul falando das riquezas do nosso Paraná e Sandra fala ao Paraná pela cidade de Quatro Pontes e o nosso Deputado Élio Rusch que é da região fica parabenizado também por ter uma mulher que represente tão bem a sua região e o Paraná.

Eleessandra eu quero dizer a você que fico muito orgulhosa de ver a mulher do Paraná brilhar como você brilha.

Fico muito satisfeita de ver você divulgar o meu Estado o nosso Estado para o mundo, mas quero dizer a você que vindo de uma conferência da mulher organizada pelas Nações Unidas que foi promovida na China, eu gostaria que você que representa a metade da população do Brasil pudesse se lembrar das mulheres brasileiras e sempre citá-las nos seus pronunciamentos, nas suas entrevistas, falar dos nossos direitos, das nossas conquistas, mas também Eleessandra falar que nós mulheres brasileiras precisamos ainda conquistar muitas coisas no nosso País, principalmente no dia a dia.

Mas vamos falar do nosso Código Penal, do nosso Código Civil das Legislações Ordinárias, sobre a saúde da Mulher, sobre a criança, sobre a família.

Então fico feliz de saber que você é uma mulher inteligente como você é, que já tive informações disso, bonita como você é, vai falar por nós mulheres, metade da população do Paraná, e vai se lembrar que nós hoje de acordo com 189 países que assinaram a proposta das Nações Unidas sobre a Mulher, que vai falar sobre a Mulher e os direitos humanos.

Quero terminar esse meu agradecimento a sua visita aqui, dizendo a você e aos

nobres companheiros e ao Presidente, que a Mulher é tão importante no nosso Continente, a Mulher é tão importante e deve ser valorizada no mundo.

Citando um ditado que não sei a autoria mas que "a mão que balança o berço é a mão que governa o mundo".

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - É uma satisfação enorme para nós, percebermos que o Paraná tem na sua Miss Paraná e na sua Miss Brasil, pessoas dotadas de uma beleza extraordinária para representar o nosso Estado e mais do que isso, com uma cultura capaz de transmitir o pensamento paranaense e o importante, Senhores Deputados, contemplando essa Mesa, vendo essas duas jovens sentadas, temos a maior comprovação dessa miscigenação inteira de raças, que compõem o nosso País e principalmente neste Estado, encontro de raças, as tendências, pois temos aqui uma loira e uma morena representando a beleza do Paraná.

Vou, em nome dos meus companheiros dessa Assembléia desejar boas vindas a vocês, com um soneto, interpretando como se fosse um convite dessa Casa, um soneto muito bonito, chamado "Duas Almas" que fala assim:

Ó tu que vens de longe
Ó tu que vens cansada,
entra e sob esse teto
encontrarás carinho,
eu nunca fui feliz
e vivo tão sozinho,
vives sozinha sempre
e nunca foste amada,
a neve anda a branquejar lividamente
a estrada
e a minha alcova
tem a tepidez de um ninho.

Entra,
a menos até que as curvas do caminho,
se desmanche
no esplendor nascente da alvorada,
e amanhã,
quando a luz do sol dourar radiosa,
sob essa estrada sem fim,
imensa, deserta e nua,
podes partir de novo a nômade formosa.

Já não serei tão só,
nem irás tão sozinha.

Há de ficar conosco,
uma saudade tua
e hás de levar contigo,
uma saudade minha.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Depois do Deputado Caíto, vamos ouvir as moças. Concedo a palavra à Miss Brasil.

A SRTA. MISS BRASIL - Boa tarde a todos, é um prazer para mim estar aqui, é um prazer para mim representar o Paraná e representar o Brasil.

Gostaria de agradecer ao Anibal Khury por ter me recebido bem e a todos vocês e dizer que eu fui Miss Toledo, representei a cidade de Toledo no Miss Paraná, ganhei e representei Miss Paraná no Miss Brasil e dizer que agora, no Miss Mundo, vou fazer o possível para representar muito bem o Brasil também e agradecer a todos por terem me recebido como me receberam.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos ouvir a Sandra que vai falar pelo governo.

A SRTA. SANDRA - Boa tarde a todos. Quero agradecer ao Presidente - Deputado Anibal Khury e a todos vocês. Eu sou de Quatro Pontes e estou representando o Paraná. Se der certo tentarei o concurso de Miss Brasil em dezembro e se for eleita serei Miss Brasil ano que vem. Mas, por enquanto, sou a Miss Paraná, mas com muito orgulho, e o representarei também com muito orgulho.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós agradecemos a presença da Miss Brasil e Miss Paraná. E queremos salientar que a beleza brasileira aqui representada por essas duas misses, nos orgulha. Antigamente se dizia: atrás de um grande homem sempre há uma grande mulher. Agora mudaram: ao lado de um grande homem sempre há uma grande mulher.

Suspendo a Sessão por alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 158/95, subscrito pelo Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente, comunicando sua integração no PSDB, neste Poder. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legisla-

tiva.

Projetos de Lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone e demais Senhores Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/95, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que revoga a Lei nº 9.342, de 19 de julho de 1990, e dá outras providências. (criação do Município de Pontal do Paraná). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 145/95. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 145/95.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/95, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores São Pedro e São Paulo - AMOSP, e dá outras providências. Com sede e foro na cidade de Campo Largo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/95, autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 9.350, de 16 de agosto de 1.990. (Criação do Município de Carambei). Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/91, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que cria o Município de Ariranha, desmembrado do Município de Ivaiporã. Sem PARECERES (Publ. no D.A. nº 71, de 18.06.91).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de

Lei nº 256/91, para que seja encaminhado às Comissões específicas. **- Aprovado.**

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/91, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que cria o Município de Rio Novo, desmembrado do Município de Reserva, com as divisas e confrontações que especifica. Sem PARECERES (Publ. no D.A. nº 114, de 12.08.91).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 407/91, para que seja encaminhado às Comissões específicas. **- Aprovado.**

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/95, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que cria o Município de Rio Branco do Ivaí, desmembrado do Município de Grandes Rios, incorporando parte do Município de Rosário do Ivaí e do Município de Cândido de Abreu Estado do Paraná. Sem PARECERES. (Publ. no D.A. nº 116, de 18.09.95).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 361/95, para que seja encaminhado às Comissões específicas. **- Aprovado.**

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/95, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que cria o Município de Cruzmaltina, desmembrado do Município de Faxinal. SEM PARECERES. (Publ. no D.A. nº 116, de 18.09.95)

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 363/95, para que seja encaminhado às Comissões específicas. **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Joel Coimbra, Nelson Justus, Valdir Rossoni, Emerson Nerone e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de Lei nºs 361/95, 256/91, 407/91 e 363/95. **Aprovado.**

Projetos 256, 407, 361, 363 estão retirados da Ordem do Dia, faltando parecer da Comissão.

O SR. EDSON LINO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, em que pese que V. Exa. retirou

da Ordem do Dia, mas cabe da minha parte um esclarecimento aos nobres Deputados e aos demais presentes. Está havendo uma certa confusão quando se trata de projeto de criação, confunde-se com projeto de resolução ou com a criação de município. A impressão que se dá que os quatro projetos em pauta, projeto de lei de criação de município, de que estamos entrando hoje com o projeto de criação de município.

E a bem da verdade não é isto. Estes projetos eram projetos de resolução, percorreram todos os caminhos da Casa, foram marcadas as consultas plebiscitárias em todos os municípios, alguns, no caso de Cruzmaltina já foi para a consulta plebiscitária e 80% da população disse sim à criação de município. O que está, Arirama, Rio Novo, Rio Branco do Ivaí, é dia 26 de novembro a consulta plebiscitária e temos certeza que vai passar.

Então, a nossa grande preocupação é que dia 26 de novembro depois não dê tempo de entrar o projeto de lei de criação de município que entendemos que o projeto de lei de criação do município é simplesmente uma ratificação do projeto de resolução do plebiscito, até porque não precisa de ajuntada de documento algum do projeto de lei de criação, a não ser a consulta plebiscitária, porque o projeto de resolução já percorreu todos os caminhos: documentação do IBGE, documentação de número de eleitores, número de habitantes, o Tribunal marcou o plebiscito.

Portanto toda a documentação já passou pela C.C.J. quando foi autorizada a consulta plebiscitária. E após marcado, realizado, depois o projeto de lei que cria os municípios.

Portanto, respeito o pensamento da douta Comissão de Constituição e Justiça que acha que deve ter o parecer mas gostaria de pedir a complacência dos nobres colegas para que votem o parecer favorável, porque se o plebiscito não passar não tem nenhum valor e com isto estaremos adiantando para que dia 26 de novembro quando nesses outros municípios for realizado o plebiscito já está pronto, porque sabemos que o Governador tem 15 dias úteis para sancionar ou para rejeitar a lei de criação de município e não temos prazo suficiente para que seja procedido esse trabalho.

Portanto, queria pedir a Comissão que dê o parecer favorável e fique aguardando o processo plebiscitário, no caso de Cruzmaltina, já está pronto, amanhã ou depois o Tribunal já encaminha e os demais que também dêem o parecer favorável, porque é praxe na Casa.

Gostaria inclusive que também tivesse o mesmo tratamento que está tendo Carambei, através do projeto que está hoje tam-

bém na pauta da Ordem do Dia, que acaba de ser votado o 383/95, queria o mesmo tratamento, até porque os meus projetos de resolução que deram origem aos projetos de criação em pauta são de 1991 dois deles e dois de 1995, então não acredito que a Comissão tenha dois pesos e duas medidas.

Quero contar com o apoio da Comissão que dê o parecer favorável e aguarde a consulta plebiscitária dos demais municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os projetos retornarão à Comissão de Constituição e Justiça.

Há uma pequena confusão do Deputado Edson Silva Lino, o projeto de Carambei já é lei, é apenas uma alteração para já inserir como projeto de resolução.

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 034/95, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza a realização de plebiscito, no Distrito de Bela Vista no Município de Pérola D'Oeste para que a população decida sobre a criação do Município de Bela Vista da Carova. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 83 de 29.06.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/95

P A R E C E R:

"Autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Bela Vista, no Município de Pérola D'Oeste, para que a população decida sobre a criação do Município de Bela Vista da Carova".

Iniciativa do Deputado Eduardo Trevisan, o projeto de resolução em exame que visa autorizar a realização de plebiscito no Distrito de Bela Vista, Município de Pérola D'Oeste, encontra-se de acordo com as exigências da Lei Complementar nº 59/91 e Constituição Estadual, legislação que disciplina a matéria: mapa da área, memorial descritivo, representação subscrita por mais de 100 eleitores, certidão do TRE - número de leitores 2.544, certidão do IBGE - nº de habitantes 6.551 e 113 domicílios e informação favorável quanto ao topônimo "Bela Vista do Caroba".

Desta forma, o exame do processado demonstra que todos os requisitos de lei foram cumpridos, sendo o parecer favorável e devendo o mesmo seguir seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 27.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio

Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da ~~Ordem~~ do Dia de hoje. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) sessões do Projeto de Resolução nº 034/95.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 3179, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NELSON JUSTUS (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estamos discutindo hoje nesta Casa a apreciação de dois projetos que visam regulamentar a Lei Complementar nº 56 que estabelece critérios para a criação de municípios. Um deles de autoria do Deputado Duílio Genari, que conforme disposição da Presidência da Mesa virá a Plenário amanhã e um substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Entendo nessa oportunidade ao apresentar este requerimento, que seria de bom alvitre, para que nós Deputados que temos assento nesta Casa, solicitássemos à Mesa que não aceitasse a partir desta data qualquer novo pedido de criação de novos municípios ou emancipação até que um desses projetos seja votado e a Lei Complementar 56 seja efetivamente regulamentada, por essa razão é que rogo a Vossas Excelências que defiram junto conosco este requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

O Deputado Nelson Justus fez menção hoje da apresentação de um projeto de resolução, me parece que é absolutamente anti-regimental um requerimento suspender a deliberação sobre a autorização da realização de plebiscito ou de criação de municípios. Na verdade eu não estou contrário, só quero crer o seguinte, que esse requerimento não pode ter essa característica, na verdade está acima do que regulamenta a Lei Complementar 56.

O SR. NELSON JUSTUS - É perfeitamente viável, sim Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa endossa o requerimento do Deputado Nelson Justus, porque entende que estão tramitando na Casa dois projetos de lei que regulamentam a criação de novos municípios. Agora é a partir de hoje ressaltando os projetos apresentados na sessão de hoje.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Questão de Ordem) - Mas os projetos de resolução ou de lei que já estão tramitando nas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continuam tramitando. Para ser mais preciso a partir de amanhã a Mesa não vai aceitar projetos de resolução ou de lei criando novos municípios se esse requerimento for aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Entendo que para voltarmos esse requerimento deva ser devidamente esclarecido o Plenário quanto àquilo que se pretende. O que estou entendendo da proposta do Deputado Nelson Justus é que a partir de amanhã nenhum projeto novo de resolução ou projeto de lei possa ser apresentado propondo a criação de algum município.

No entanto Senhor Presidente, temos pelo menos ainda uns 10 ou 15 projetos de resolução tramitando nesta Casa, visando obter deste Plenário, posteriormente ouvida a Comissão de Constituição e Justiça autorização para que o TRE marque plebiscito. Então esta é uma questão que existe. Temos diversos projetos de resolução tramitando na Assembléia cujos plebiscitos ainda não foram autorizados. O requerimento de Vossa Excelência não impede que esses projetos possam vir a Plenário.

Cito o caso por exemplo do Deputado Zuk San Pio XXII que tem projeto de resolução tramitando na Casa visando obtenção de autorização para criar o município, projeto de resolução de Anibal Khury e João Techy Filho, autorização para realização do plebiscito no Guarã, esses já estão tramitando já alguns dias, alguns meses aqui na Assembléia. Quando falamos em apresentar projeto de lei criando município, temos que separar também porque nós temos projetos de lei que serão ainda apresentados em cima de plebiscitos já autorizados e que serão realizados no dia 26/11 ou 03/12 e que precisarão de um projeto de lei porque até agora só tem projeto de resolução precisarão de um projeto de lei para ratificar o plebiscito já autorizado por uma resolução.

Então estou entendendo que não será permitido projetos novos, mas a seqüência daqueles projetos de resolução e projetos de lei para confirmar plebiscito serão todos analisados pela Casa é esta a pergunta que faço à Mesa em questão de ordem nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A pergunta já foi respondida mas passaremos a respondê-la outra vez.

O requerimento é claro que não sejam aceitos pela Mesa Diretora desta Casa projetos de resolução que visem criar e emancipar mu-

nicipios em nosso Estado até a regulamentação da nova lei. Entende-se perfeitamente que a partir de amanhã a Mesa se for aprovado o requerimento não aceitará projetos de resolução ou de lei no caso de municípios novos que sejam apresentados que não correspondam ao já apresentados.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Só para esclarecer. Projetos que já foram protocolados, que já passaram pela Casa, que já foi protocolado que já recebeu apoio até hoje e que estejam ainda em processo aqui na Assembléia ou até mesmo por questão de plebiscito já passou por aqui, então já está sacramentado, o que o Senhor não recebe mais a partir de amanhã é projeto apresentado aqui na Mesa pedindo apoio de criação de municípios.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente. A partir de amanhã se o requerimento for aprovado a Mesa não aceitará mais projetos de criação de novos municípios de resolução ou de lei, os que estão tramitando terão sua tramitação normal até que se regule a lei.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento. **Aprovado.**

Requerimentos n°s 3141 a 3144, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3145, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3148, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3146, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3149, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3150 a 3153, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3154, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 3155, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3166, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3156, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3167 e 3168, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3169 e 3170, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3175, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3147, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3173, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento n° 3176, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3180, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 080 e 108/95.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 275/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 24 DE OUTUBRO DE 1995.

"CINQUENTENÁRIO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS"

Discurso proferido junto ao Monumento da Paz, Curitiba (Brasil), em solenidade alusiva a data - 24.10.1995.

Autoridades nominadas, soldados da paz aqui presentes, senhoras e senhores.

É lugar comum dizer-se que este século vem apresentando as transformações mais profundas no desenvolvimento tecnológico, científico e cultural de toda a história da humanidade. Não é menos verdade que o preço dessas conquistas foi deslustrado por violentos conflitos em quase todos os pontos do planeta. O triste resultado desses acontecimentos, associado aos iminentes riscos de destruição proporcionados pelo emprego do potencial tecnológico disponível para fins militares, têm levado as nações, cada vez mais, a buscar a solução das divergências internacionais pela via da negociação político-diplomática.

Dentro deste contexto, a Organização das Nações Unidas representou, desde sua fundação há cinquenta anos, o ponto de convergência e o principal instrumento do exercício da negociação a nível global para a solução de toda a ordem de conflitos, hoje, não só os de natureza militar, mas, também, os de natureza econômica, social e do meio ambiente, dentre outros. É cada vez mais forte a presença da Organização na disseminação de normas e conceitos de caráter universal - nem sempre cumpridos - com vistas à preservação do planeta e da própria espécie humana. Sabemos que ela executa, quase sempre com dificuldade, os princípios contidos em sua Carta. Os resultados de sua atuação, neste meio século de existência, têm sido altamente positivos para o destino dos povos. Seus princípios e ideais, cada vez mais enriquecidos pela experiência continuada, haverão de consolidar um justo e harmônico convívio entre as nações.

Ao ensejo do aniversário de sua fundação, é lícito indagar o que teria ocorrido, neste meio século, sem a marcante presença da Organização das Nações Unidas.

A resposta está aqui, junto a este Monumento da Paz. Nós, os boinas azuis, como ex-integrantes da Força de Emergência da Nações Unidas, damos, de viva voz, o testemunho daqueles que estiveram prestando sua contribuição para neutralizar os graves conflitos entre nações do Oriente Médio, sob a bandeira das Nações Unidas. Hoje, após um longo processo, vemos, com um misto de orgulho e satisfação, a vitória de uma idéia mediante a celebração de acordos na direção da paz permanente e a definitiva solução dos conflitos que ceifaram preciosas vidas humanas naquela região. Este fato, dentre tantos onde a ONU se faz presente, seja como mediadora, supervisora de tregua, simples observadora ou mesmo com forças de segurança, é motivo de júbilo estarmos presenciando a vitória de uma idéia e a certeza que é possível, além de imperativo, o convívio fraterno

entre as nações.

Também é de justiça destacar e valorizar a competente e eficiente presença das Forças Armadas Brasileiras, em especial do Exército, por sua massiva presença em outros territórios, nas diferentes missões de paz conduzidas pela ONU. A cada acordo, a cada ajuda humanitária, a cada solução de conflito, os merecidos créditos e reconhecimento pela sua contribuição à paz, que tem como heróis a própria humanidade.

A presença, nesta solenidade, de destacadas autoridades e público junto ao Monumento da Paz, hoje coincidindo com a comemoração do cinquentenário das Nações Unidas, é altamente significativa. Representa a reafirmação dos propósitos universais de paz e dos princípios defendidos pela organização. O momento é particularmente oportuno para lembrar alguns dos princípios e propósitos contidos na Carta, como sejam:

- Manter a paz e a segurança internacionais podendo tomar medidas coletivas para prevenir e eliminar ameaças à paz.

- Fomentar entre as nações relações de amizade baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e à livre determinação dos povos buscando fortalecer a paz universal.

- Realizar a cooperação internacional na solução de problemas de caráter econômico, social, cultural e humanitário, buscando o estímulo e o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos, sem distinção de raça, sexo, idioma e religião.

A República Federativa do Brasil, como fundadora e signatária da Carta da ONU, também traz em sua Constituição (Art. 4º), alguns princípios comuns como: prevalência dos direitos humanos, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Finalizando, que este ato tenha o sentido da manifestação de confiança nos propósitos e na atuação permanente das Nações Unidas, pela paz e progresso dos povos no alvorecer do próximo milênio.

Nações Unidas! Desejamos-lhe neste dia 24 de outubro, do cinquentenário, que tenha vida muito longa e continue disseminando a paz e a solidariedade entre os povos.

Obrigado.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE OUTUBRO DE 1995.

**Paulinho Vinagre, 33 anos, engenheiro industrial de nível
mestrado, do estado do Paraná, atualmente tem indicação re-
cente do São Paulo para o governo; além de ser
presidente, também é diretor de obra e de as-
sessoria técnica do BCB e do BCB-SP.**